

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2016/2017



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

A MEMÓRIA DA GRANDE GUERRA NAS FORÇAS ARMADAS

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Marco António Frontoura Cordeiro
MAJOR DE CAVALARIA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

A MEMÓRIA DA GRANDE GUERRA NAS FORÇAS
ARMADAS

MAJOR DE CAVALARIA Marco António Frontoura Cordeiro

Trabalho de Investigação Individual do CEM C

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A MEMÓRIA DA GRANDE GUERRA NAS FORÇAS
ARMADAS**

MAJOR DE CAVALARIA Marco António Frontoura Cordeiro

Trabalho de Investigação Individual do CEM C

Orientador: MAJOR DE INFANTARIA Fernando César de Oliveira Ribeiro

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Marco António Frontoura Cordeiro**, declaro por minha honra que o documento intitulado **A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2016/2017** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **24 de julho de 2017**

Marco António Frontoura Cordeiro



Agradecimentos

O trabalho final de curso, encerra em si a essência e o fundamento desta formação, por exigir a resolução de problemas complexos. Este que se propõe, adiciona um outro ingrediente que lhe atribui um carácter paradoxal. Constitui-se num exercício evocativo e de construção memorativa da Grande Guerra, ao mesmo tempo que o procura desmistificar.

O seu resultado, sendo da minha responsabilidade, é fruto de um longo e difícil percurso, para o qual muitas pessoas e entidades contribuíram, sem as quais não seria possível a sua desconstrução e resolução.

Assim, gostaria de começar por agradecer e de uma forma especial, ao Dr. Ricardo Varandas, pela partilha de conhecimento e pela disponibilidade para as longas conversas sobre a temática. Agradeço também aos entrevistados, que emprestaram uma visão consolidada da experiência profissional e institucional, que em muito contribuíram para a compreensão do objeto de estudo. Exmos. Srs., General Brochado Miranda, Tenente-General Chito Rodrigues, Tenente-General Sousa Pinto, Tenente-General Oliveira Cardoso e Major-General Alves Flambó, obrigado pela disponibilidade e contributo.

Uma palavra de apreço para a Professora Doutora Sílvia Correia, professora de História Contemporânea no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem dedicado muito do seu trabalho académico a esta temática e que teve a generosidade de partilhar comigo a sua experiência e opinião sobre a temática.

Ao Coronel Amado Rodrigues, a quem agradeço a amizade, o tempo que dedicou às minhas solicitações, à crítica e à partilha de opiniões e experiências. Meu Coronel, obrigado.

Um agradecimento institucional aos Museus Militares do Exército, na pessoa do Coronel Sodré Albuquerque, Tenente-Coronel Paulo Rodrigues, Tenente-Coronel Rodrigues Bucho, Dra. Alexandra Anjos, Dra. Conceição Marques. Ao Museu de Marinha e Museu do Ar, na pessoa do Primeiro-Tenente Neves Gonçalves e da Capitã Luísa Abreu, respetivamente. Aos arquivos históricos da Marinha, do Exército e da Força Aérea, respetivamente na pessoa da Dra. Isabel Beato, do Capitão Roberto e do Coronel Francisco Duarte. Finalmente, ao Coronel Freire da Silva da Biblioteca do Exército, ao Dr. Esteves Pereira da Biblioteca Central de Marinha e ainda ao Coronel Cavaleiro Fernandes da Direção de História e Cultura Militar.

Ao Capitão-de-Fragata Alcobia Portugal, 2ª Comandante da Escola de Tecnologias Navais, pela disponibilidade e permissão para visitar a unidade e os seus espaços



museológicos.

Ao Major Dias Afonso, pela ajuda no pontapé de saída na desconstrução da temática.

Aos camaradas de curso que dispensaram os preciosos minutos para partilharem angústias, frustrações, esperança, alegrias e acima de tudo, amizade e camaradagem.

Ao Gabinete de História pela disponibilidade e apoio que sempre dispensaram. Em particular ao Major Oliveira Ribeiro, orientador deste trabalho, pela sua visão crítica e amizade que sempre dispensou a esta maratona. Meu Major, obrigado pela sua confiança e apoio.

Um agradecimento muito especial àqueles que, ao longo da minha vida, me têm apoiado de forma incondicional e que me trazem à razão, sempre que dela mais preciso, obrigado.

A todos, Bem Hajam!



Índice

Introdução	1
1. Base teórica de análise	4
1.1. Enquadramento bibliográfico	4
1.2. Enquadramento teórico	5
1.3. Percurso metodológico	7
1.4. Instrumentos de recolha	9
2. Os acontecimentos da Grande Guerra	10
2.1. Angola.....	11
2.2. Moçambique	12
2.3. França	13
2.4. Síntese conclusiva.....	14
3. As Representações Sociais.....	15
3.1. As Representações Sociais pós-guerra	15
3.2. As Representações Sociais na atualidade	19
3.3. Síntese conclusiva.....	21
4. As Instituições de Memória	23
4.1. Arquivos	23
4.2. Bibliotecas	25
4.3. Museus	26
4.4. Liga dos Combatentes da Grande Guerra	29
4.5. Síntese conclusiva.....	30
5. Dialética da construção da Memória	32
5.1. Do pós-guerra até à atualidade	32
5.2. Contexto evocativo	38
5.3. Síntese conclusiva.....	41
Conclusões.....	43
Bibliografia.....	48

Índice de Apêndices

Apêndice A — Corpo de conceitos	Apd A - 1
---------------------------------------	-----------



Apêndice B — Problemática da investigação	Apd B - 1
Apêndice C — Modelo de análise	Apd C - 1
Apêndice D — Entrevistas	Apd D - 1
Apêndice E — Empenhamento militar português.....	Apd E - 1
Apêndice F — Lugares de Memória da GG na Marinha e Exército.....	Apd F - 1
Apêndice G — Edificação monumental da Grande Guerra	Apd G - 1
Apêndice H — Atividade memorativa partilhada	Apd H - 1
Apêndice I — Inquérito aos Museus Militares	Apd I - 1
Apêndice J — Atividades da CCEC1GM	Apd J - 1

Índice de Figuras

Figura 1 – Abordagem ao problema da investigação	3
Figura 2 – Enquadramento do objeto	4
Figura 3 – Base teórica de análise	5
Figura 4 – Base concetual.....	6
Figura 5 – Percurso metodológico.....	8
Figura 6 – Toponímia na antiga Escola Prática de Infantaria.....	17
Figura 7 – Toponímia na antiga Escola Prática de Cavalaria.....	20
Figura 8 – Extrato da publicação da criação do MPGG	27
Figura 9 – Extrato da publicação da anulação da criação do MPGG	28
Figura 10 – Comemorações do 11 de novembro junto do MNMGG.....	34
Figura 11 – Cerimónia de inauguração (1940).....	35
Figura 12 – Homenagem ao Soldado Milhões durante o dia festivo do RI 15	36
Figura 13 – Retenção e recuperação da Memória	41

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Informação genérica disponível no AHM	24
Tabela 2 – Programa geral da CCEC1GM	40
Tabela 3 – Problemática da investigação	Apd B - 1
Tabela 4 – Modelo de análise	Apd C - 1
Tabela 5 – Perfis de entrevista.....	Apd D - 1
Tabela 6 – Quadro de sinopses de entrevistas (I)	Apd D - 2
Tabela 7 – Quadro de sinopses de entrevistas (II).....	Apd D - 3



Tabela 8 – Quadro de sinopses de entrevistas (III)	Apd D - 4
Tabela 9 – Expedições do Exército no TO de Angola	Apd E - 1
Tabela 10 – Expedições do Exército no TO de Moçambique	Apd E - 2
Tabela 11 – 1ª Divisão do CEP	Apd E - 3
Tabela 12 – 2ª Divisão e outras forças do CEP	Apd E - 4
Tabela 13 – Lugares de Memória da Marinha e Exército (I)	Apd F - 1
Tabela 14 – Lugares de Memória da Marinha e Exército (II)	Apd F - 2
Tabela 15 – Edificação monumental da Grande Guerra (I)	Apd G - 1
Tabela 16 – Edificação monumental da Grande Guerra (II)	Apd G - 2
Tabela 17 – Apoios do Exército à Liga dos Combatentes em 2016.....	Apd H - 1
Tabela 18 – Resultados dos inquéritos aos Museus Militares	Apd I - 1
Tabela 19 – Atividades da CCEC1GM em 2016	Apd J - 1



Resumo

Um século depois, a participação militar portuguesa na Grande Guerra merece uma reflexão, no sentido de analisar que Memória temos desse conflito e compreender como ela chegou até aos nossos dias. Os objetos, os livros, o papel e as cerimónias que têm sido conservadas e preservadas, ajudam-nos a compreender a sua utilidade e importância, contribuindo, em última análise, para meditar sobre a identidade e sobre os valores que a comunidade castrense preserva.

Esta investigação propõe-se analisar a forma como a Memória da Grande Guerra tem sido preservada nas Forças Armadas, sendo o seu argumento desenvolvido ao longo de três conceitos-chave: as Representações Sociais, as Instituições de Memória e a Memória, materializando a sua própria construção.

Como resultado verificamos que, recaindo o seu esforço no Exército, a Memória da Grande Guerra tem sido preservada em duas dimensões distintas, a coletiva e a de grupo. Não tendo exatamente o mesmo significado evocativo, têm-se manifestado de forma própria e sujeitas a vicissitudes distintas, onde hoje assumem formas mais complexas de representação. Se por um lado a primeira espelhou as sucessivas conjunturas políticas, concorrendo com a ação da Liga dos Combatentes, a segunda representou a expressão identitária do combatente e das gentes locais com as unidades de guarnição.

Palavras-chave

Memória – Representações Sociais – Instituições de Memória – Grande Guerra – Forças Armadas



Abstract

A century after, the portuguese military participation in the Great War deserves a reflection, to analyze what Memory we have of this conflict and to understand how it has reached us. The objects, the books, the paper and the ceremonies that have been preserved, help us to understand their usefulness and importance, allowing us to reflect about the identity and the values which the military community preserves.

This work proposes to analyze how the Memory of the Great War was preserved in the Portuguese Armed Forces, developing its argument towards three key concepts: the Social Representations, the Institutions of Memory and Memory, which set up its own construction.

As a result, we found that, the Army has been performing the main preservation efforts and the Memory of the Great War has been preserved in two different dimensions, the collective and group dimension. Not having exactly the same evocative meaning, they have been showed in different ways as well as faced distinct fortunes, where today they assume more complex forms of representation. While the first one reflects the political conjunctures, competing with the Liga dos Combatentes' actions, the second represented the expression of the combatant and locals' identity towards their own garrison units.

Keywords

Memory – Social Representations – Institutions of Memory – The Great War – Armed Forces



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AH/BCM	Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha
AHFA	Arquivo Histórico da Força Aérea
AHM	Arquivo Histórico Militar
AM	Academia Militar
AR	Assembleia da República

B

BA	Bateria de Artilharia
BAC	Bateria de Artilharia de Campanha
BAM	Bateria de Artilharia de Montanha
BatMortLig	Batalhão de Morteiros Ligeiros
BCM	Biblioteca Central de Marinha
BI	Batalhão de Infantaria
BibEx	Biblioteca do Exército
BMetr	Bateria de Metralhadoras
BMin	Batalhão de Mineiros
BNL	Base Naval de Lisboa
Brig	Brigada
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BSapCF	Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro

C

CANIFA	Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas
CAPI	Corpo de Artilharia Pesada Independente
CCEC1GM	Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da 1ª Guerra Mundial
CCEXC1GM	Comissão Coordenadora do Exército para a Comemoração dos 100 anos da 1ª Guerra Mundial
CEHM	Centro de Estudos de História Militar



CEMA	Chefe de Estado-Maior da Armada
CEM C	Curso de Estado-Maior Conjunto
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CEP	Corpo Expedicionário Português
CM	Conselho de Ministros
CMin	Companhia de Mineiros
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CNMMGG	Comissão Nacional do Monumento aos Mortos da Grande Guerra
COA	Comando Operacional dos Açores
CompAuto	Companhia de Transportes Auto
CompEng	Companhia de Engenharia
CompInf	Companhia de Infantaria
CPGG	Comissão dos Padrões da Grande Guerra
CR	Conselho da Revolução
CSM	Companhia de Sapadores Mineiros
CTOE	Centro de Tropas de Operações Especiais

D

DHCM	Direção de História e Cultura Militar
DR	Diário da República

E

EA	Escola das Armas
ECav	Esquadrão de Cavalaria
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
ES	Escola dos Serviços
ESE	Escola de Sargentos do Exército



ETN Escola de Tecnologias Navais

F

FA Força Aérea

FExp Força Expedicionária

FFAA Forças Armadas

G

GArt Grupo de Artilharia

GBA Grupo de Baterias de Artilharia

GCAdMil Grupo de Companhias de Administração Militar

GCSaúde Grupo de Companhias de Saúde

GG Grande Guerra

GMetr Grupo de Metralhadoras

GrMort Grupo de Morteiros

GrObuses Grupo de Obuses

GrTiroTenso Grupo de Tiro Tenso

I

IDN Instituto de Defesa Nacional

IESM Instituto de Estudos Superiores Militares

IUM Instituto Universitário Militar

IWM *Imperial War Museum*

J

JPN Junta Patriótica Nacional

L

LC Liga dos Combatentes

LCGG Liga dos Combatentes da Grande Guerra

M

MG Ministério da Guerra



MDN	Ministério da Defesa Nacional
MMAçores	Museu Militar dos Açores
MMBragança	Museu Militar de Bragança
MMElvas	Museu Militar de Elvas
MMLisboa	Museu Militar de Lisboa
MMMadeira	Museu Militar da Madeira
MMPorto	Museu Militar do Porto
MNMGG	Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra
MPes	Metralhadora Pesada
MPGG	Museu Português da Grande Guerra

N

n/a	Não aplicável
NEP/ACA	Normas de Execução Permanente Académica
n/r	Não respondeu
NRP	Navio da República Portuguesa
NPRAME	Núcleo Preparatório do Regimento Militar de Emergência

O

OAP	Operações de Apoio à Paz
ObE	Objetivo específico
ObG	Objetivo geral
OE	Ordem do Exército
ONACVG	<i>Office National des Anciens Combattants et Victimes de Guerre</i>
OS	Ordem de Serviço

Q

QC	Questão central
QCav	Quartel de Cavalaria
QD	Questão derivada

R

RA	Regimento de Artilharia
----	-------------------------



RAAA	Regimento de Artilharia Antiaérea
RAC	Regimento de Artilharia de Campanha
RAL	Regimento de Artilharia de Leiria
RALig	Regimento de Artilharia Ligeira
RAM	Regimento de Artilharia de Montanha
RAME	Regimento de Apoio Militar de Emergência
RC	Regimento de Cavalaria
RCmds	Regimento de Comandos
RCRPP	Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo
RE	Regimento de Engenharia
RegPQ	Regimento de Paraquedistas
RI	Regimento de Infantaria
RL2	Regimento de Lanceiros 2
RMan	Regimento de Manutenção
RMN	Região Militar Norte
RMT	Região Militar de Tomar
ROC	Regimento de Obuses de Campanha
RSM	Regimento de Sapadores Mineiros
RTm	Regimento de Transmissões
RTrans	Regimento de Transportes

S

SG	Secretaria da Guerra
SecTSF	Seção de Transmissão Sem Fio
SvcAdm	Serviço de Administração
SvcEng	Serviço de Engenharia
SvcSaúde	Serviço de Saúde
SvcVet	Serviço Veterinário

T

TBC	(a confirmar)
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações



U

UAGME Unidade de Apoio Geral de Material do Exército

Z

ZMA Zona Militar dos Açores



Introdução

A dimensão e as consequências da Grande Guerra¹ (GG) atingiram profundamente a sociedade contemporânea em todos os seus domínios (Arrifes, 2004). Materializou a última guerra imperialista, envolvendo as grandes potências da época, num palco à escala mundial (Duarte, 2016). No caso português, ela correspondeu ao prolongamento da turbulência interna e à luta entre os defensores e opositores da beligerância (Telo, 2014), onde a defesa da soberania colonial se constituiu o único elemento consensual (Pinto, 2017a). Assim, da sua participação como potência colonial, junto das grandes potências, chegam-nos hoje um conjunto de evidências e um legado que importa considerar, revisitar e evocar.

Este despertar tem sido encarado como um dever, no sentido de evocar e distinguir aquele acontecimento, num contributo para o reforço da Memória coletiva, com o compromisso de transmitir às gerações vindouras, a coragem e a bravura daqueles, que no início do século passado combateram por Portugal (Aguilar-Branco, 2014).

Volvidos 100 anos, cabe compreender o papel da Memória nas Forças Armadas² (FFAA). Analisar como ela é preservada, que recursos lhe são dedicados, que manifestações a evocam e constroem, constitui-se num exercício relevador do seu significado e utilidade para as FFAA.

Esta problemática assume duas dimensões distintas, que concretizam a ideia fundamental da sua multidisciplinidade. A primeira, no seu processo de construção associada à dinâmica cognitiva, que reflete a própria construção de identidade (Ângela, 2007), onde “a Memória procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (Leal, 2003, p. 588). A segunda, associada à sua preservação nas FFAA, como herdeiras do esforço militar português.

A temática da Memória, na ótica do historiador Le Goff (Gil, 1984), encerra em si a multidisciplinidade das ciências sociais, concretizando a relação entre o que é a Memória³ e o que é a História, cuja convivência conceptual tem assumido um amplo debate académico, a que o próprio se dedicou (Le Goff, 1996).

Posicionando este trabalho no âmbito da historiografia militar, podemos situá-lo no âmbito da história fundamental em detrimento da divulgação ou da história aplicada, porquanto se pretender adquirir novos conhecimentos como síntese deste exercício

¹ Ciente do propósito da sua distinção, será adotada a designação de GG, em detrimento da designação de 1ª Guerra Mundial.

² Recorde-se que a Força Aérea (FA) Portuguesa foi criada em 1952.

³ Ver corpo de conceitos (Apêndice A).



(Carvalho, 2009) que nos parece original.

Nesta problemática de investigação (Apêndice B), definimos como objeto de estudo a Memória, enquanto elemento intangível, associado à participação militar portuguesa na GG. É delimitado conceitualmente à Memória coletiva e de grupo, como expressão institucional, sendo que as representações sociais que concretizam a construção memorativa, são consideradas as de carácter material, sob a forma de cerimónias⁴, escrita e objetos. Relativamente às instituições de Memória, são consideradas as que estão no topo das respetivas organizações⁵. Já as perturbações a que está sujeita, não serão analisadas, embora se deva ter a consciência do seu efeito sobre o objeto. Temporalmente, é considerado o período entre 1914 e 2016 e geograficamente é delimitado às ações de combate nacionais nos Teatros de Operações (TO) de Angola, Moçambique e França, entre 1914-1918.

Considera-se como objetivo geral (ObG), analisar o significado e utilidade da Memória da GG nas FFAA, decorrendo deste quatro objetivos específicos (ObE): ObE1 - identificar os acontecimentos da GG que estão na génese da construção da Memória; ObE2 - analisar as manifestações da Memória da GG nas FFAA; ObE3 - caracterizar os processos de conservação da Memória da GG nas FFAA; ObE4 - analisar o processo de construção da Memória da GG nas FFAA.

No desenvolvimento do argumento, pretende-se dar resposta à questão central (QC): “Como é preservada a Memória da GG nas FFAA?” Concorrendo para ela quatro questões derivadas (QD): QD1 – “Que acontecimentos da GG estão na génese da construção da Memória e que hoje são evocados?” QD2 – “De que forma se manifesta a Memória da GG nas FFAA?” QD3 – “Como tem sido conservada a Memória da GG nas FFAA?” QD4 – “Como é veiculada institucionalmente a Memória da GG nas FFAA?”

Como metodologia (Figura 1) e modelo de análise (Apêndice C), é adotado o preconizado neste instituto (IESM, 2016), mantendo uma posição ontológica construtivista face ao objeto. Só assim se acredita ser possível adquirir conhecimento e acrescentar valor a futuras linhas de investigação, mesmo sabendo que o entendimento da Memória dependerá sempre da força do seu portador (Traverso, 2007), da dinâmica e do meio social onde os indivíduos se inserem (Morigi, et al., 2012). É adotado o método indutivo, adotado por Freixo (2012), explorando a diversidade de dados, teses existentes, otimizando o fator da multidisciplinariedade das ciências sociais e análise de entrevistas (Apêndice D), de forma

⁴ Embora tenha cariz imaterial, associa a ritualização de lugares de Memória à construção memorativa.

⁵ Atuais estruturas orgânicas, exceto o Museu do Buçaco (CM, 2014a) (CM, 2014b) (CM, 2014c).

a contextualizar o objeto no seio das FFAA. Concorre para o efeito, uma estratégia qualitativa, na perspectiva de obter hipóteses que alcancem a compreensão do fenómeno da Memória na instituição militar.

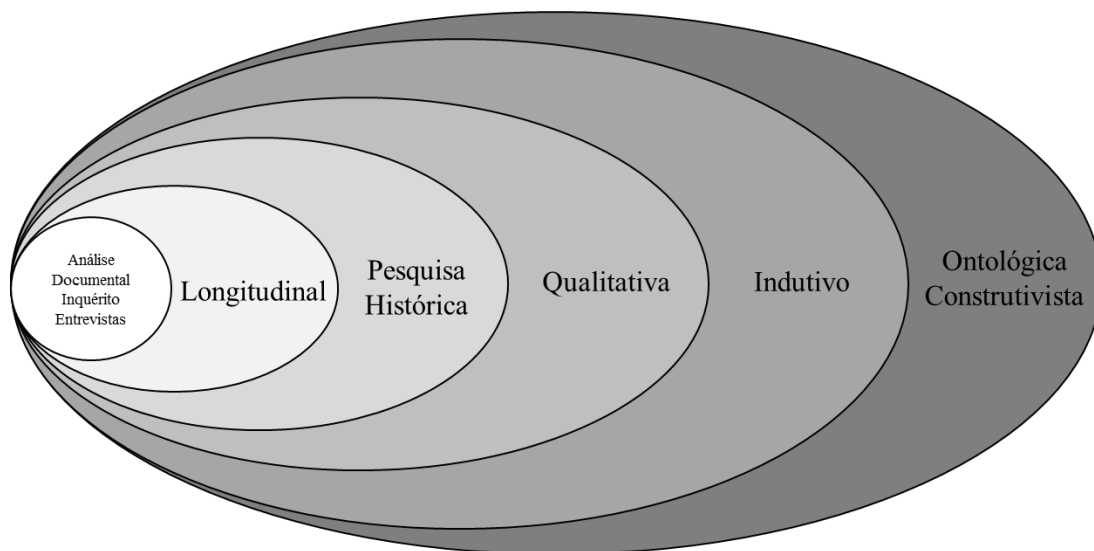


Figura 1 – Abordagem ao problema da investigação

Fonte: adaptado de IESM (2016, p. 35)

Para a sua concretização, é adotado o desenho de pesquisa histórico (Rego, 1963), pois, embora se considere o momento atual, é imperativo visitar documentação passada para compreender o período onde sobreviveu ao desgaste do tempo e de gerações.

O estudo está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo é feito um enquadramento, é definida a base conceitual e o percurso metodológico sobre o qual o argumento é desenvolvido. No segundo, são identificados os acontecimentos do período da GG que estão na génese da construção memorativa. No capítulo seguinte, são analisadas as formas através das quais a Memória se tem manifestado e que apoiam a construção memorativa, seguindo-se uma caracterização do papel das instituições de Memória na sua estrita função de conservação e ao mesmo tempo, potenciadores de representações sociais. Por fim, são articulados os conceitos desenvolvidos nos capítulos anteriores, analisando o processo de construção memorativa no universo das FFAA.

Como resultado, são tecidas as conclusões do estudo, confrontando os resultados obtidos com o problema da investigação.

1. Base teórica de análise

1.1. Enquadramento bibliográfico

Da revisão da literatura e na estrita observância do objeto às FFAA, consideramos esta investigação original, sendo que alguns estudos e obras, permitem ancorá-la à História Militar, Psicologia e Sociologia (Figura 2).

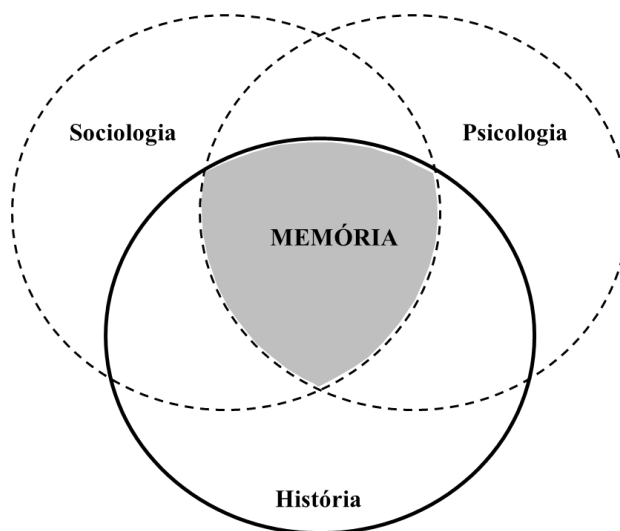


Figura 2 – Enquadramento do objeto

Fonte: autor (2017)

Em termos literários, a partir da década de 1970, as guerras passaram a ser analisadas muito para além da sua dimensão política e militar. Para Mosse (1999), a cultura de massas trouxe uma nova aproximação ao papel do indivíduo na sociedade, daí que vários trabalhos revisitassem o período da GG e lhe dessem uma perspetiva humanista, como os trabalhos de Isnenghi (1970), Fussell (1975), Mosse (1990) e Hynes (1991) (1997).

Correia e Janeiro (2013) defendem que esta tendência só ocorre em Portugal já no século XXI, com os trabalhos de Meneses (2004) (2006) (2011) (2012), que emprestam à GG essa dimensão humanista. Também João (1999) e Andrade (2001) se referem à introdução, no calendário oficial, de feriados e comemorações que concretizam o esforço memorativo associados aos eventos da GG.

Contudo, é com Sílvia Correia (2015) que são identificadas as políticas de Memória da GG em Portugal entre 1918 e 1933. Realça o papel dos combatentes como agentes da construção memorativa no pós-GG, marcada pela apropriação política e pelas restrições vividas durante o Estado Novo.

Nas dinâmicas sociais, Traverso (2007) considera que a GG trouxe uma alteração do paradigma nos comportamentos do pós-guerra. A Memória assumiu um carácter obsessivo,

centrada na celebração dos mortos e na crença do dever cívico da sua ritualização, dando-lhe uma preponderância relativamente aos heróis, vencedores ou vencidos, revelando o padrão das representações sociais daquele período.

Winter (2006) atribui a designação de “Primeira Geração de Memória” do período moderno, precisamente à consciencialização das sociedades europeias do pós-GG, baseada na ideia da formação da identidade nacional. Assim, os seus mártires constituíram-se em objeto da construção memorativa, sendo por isso distinta de todas as que a antecederam. Também Stanley (2000) considera que o legado da guerra não atingiu unicamente a vítima da GG. Ela forçou a Memória do outro, como se se tratasse de um convite à interiorização da experiência de combate, feito por aqueles que intensamente a viveram.

Finalmente, associando o papel da Memória às organizações, Walsh e Ungson (1991) revelam que estas adotam comportamentos distintos mediante a importância atribuída à Memória, articulando por isso, formas de a reter e recuperar.

1.2. Enquadramento teórico

Decorrente da definição do estado da arte, foram identificados conceitos dispersos relativos às áreas do saber da sociologia e psicologia, que permitiram a construção do modelo de análise, articulando os diversos conceitos e garantindo a compreensão e análise do processo da construção da Memória (Figura 3). A partir daí, foi possível revisitar o período histórico em análise no universo das FFAA, associando não só esses conceitos como também as respetivas dimensões, variáveis e indicadores (Apêndice C) e assim cumprir com os termos da problemática da investigação.

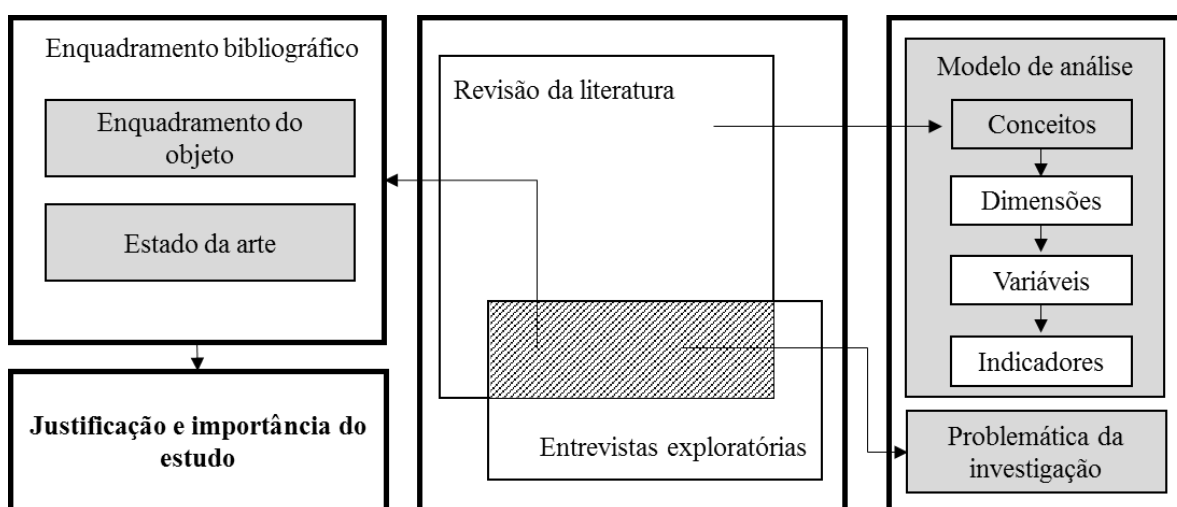


Figura 3 – Base teórica de análise

Fonte: autor (2017)

É neste sentido que consideramos que a Memória possui quatro elementos indispensáveis à sua compreensão: o universo, as representações sociais, as instituições de Memória e as perturbações (Figura 4), onde os três primeiros se constituem centrais na interpretação no modelo de análise. O primeiro relativo ao universo que atinge, o segundo à forma como se manifesta, o terceiro à forma como é conservada e finalmente, as perturbações a que está sujeita. São ainda introduzidos outros dois elementos que dão movimento à Memória, quer no tempo quer no contexto e que concretizam o processo de construção memorativa – a objetivação e ancoragem.

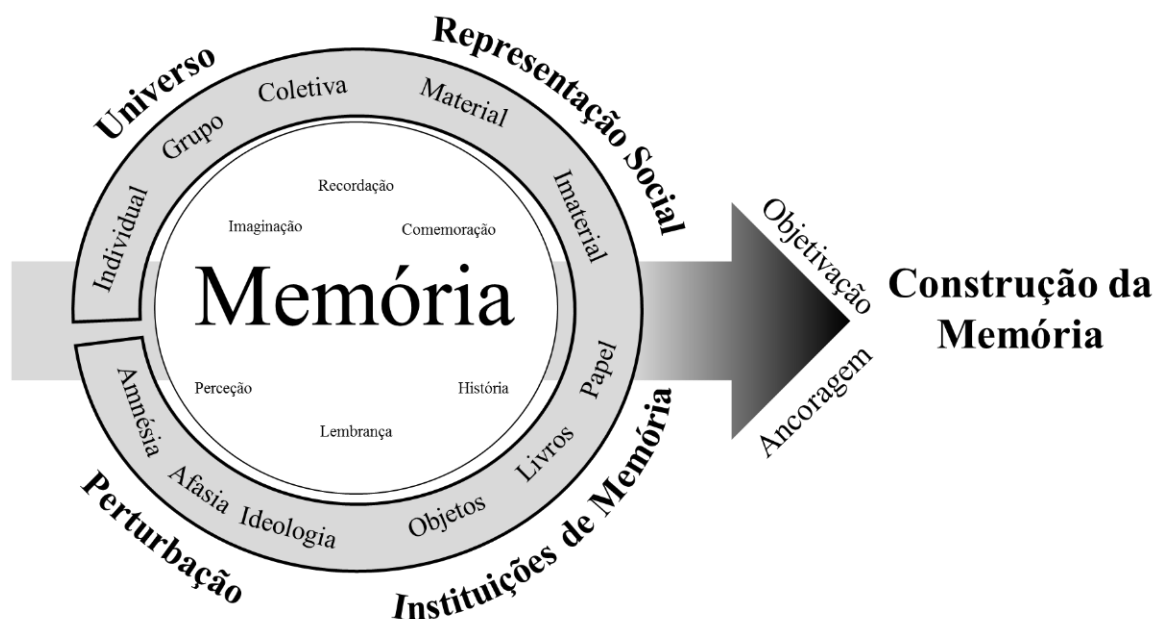


Figura 4 – Base conceitual

Fonte: adaptado de Moscovici (1979), Halbwachs (1990), Abric (1994), Rouquette (1994), Le Goff (1996), Hjørland (2000), Ângela (2007) e Traverso (2007)

Neste trabalho é entendido por Memória, a “propriedade de conservar informações, que incide sobre um conjunto de funções psíquicas” (Ângela, 2007, p. 161), onde é efetuada “a aquisição, conservação e evocação de informações” (Izquierdo, 2004, p. 15). Para Le Goff, cit por Silva (2006) é “a propriedade de conservar certas informações, (...) que permitem ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas”. Contudo, tal como Pomian (1998) adverte, nunca deverá ser confundida com recordação, imaginação, comemoração, percepção, lembrança e história.

Reconhecida a sua importância, a sua perenidade surge como uma preocupação social (Silva, 2015) e com ela a necessidade de a representar. Para Moscovici (1979), as representações sociais não são mais do que o quociente entre figura e significado. Assim,



elas ultrapassam a simples conservação, garantindo uma dinâmica própria na sua construção, assegurando o movimento da Memória no tempo.

Concorrem para as representações sociais, as atividades museológicas, bibliotecárias e arquivísticas, a que Hjerpe, em 1994 (Hjørland, 2000), designou de instituições de Memória. Estão-lhe cometidas as tarefas de refazer e mediar a própria Memória, abrindo as vias de transmissão do conhecimento, recorrendo às próprias representações sociais para o fazer (Ângela, 2007).

Contudo, a Memória também está sujeita a perturbações. Le Goff, cit por Gil (1984), define-as como um obstáculo ao processo de aquisição de Memória, onde destaca a amnésia e a afasia. Apresenta-nos ainda o conceito de manipulação ideológica (consciente e inconsciente), onde se desenvolvem forças que atuam sobre a Memória, como a censura, a afetividade, o desejo ou a inibição. Segundo o autor, esta tem sido a preocupação histórica das classes dominantes, onde Winters (2006), associa a este fenómeno a legitimação política da Itália, França e Alemanha, no pós-GG.

Finalmente, a objetivação surge como “um processo que transforma algo que é abstrato em concreto, possibilitando a partir daí, o inter-relacionamento com o grupo” (Rouquette, 1994). Já a ancoragem é o “processo associado ao enraizamento social de uma dada representação” (Jodelet, 1992, p. 377), trazendo o indivíduo para o domínio da identidade.

1.3. Percurso metodológico

O desenvolvimento do argumento decorre da metodologia descrita anteriormente, cujo percurso é orientado pelo desenho de pesquisa histórico (Figura 5).

Na primeira fase, foram efetuadas diversas leituras no âmbito da historiografia, da psicologia e sociologia, para além de outras nacionais e estrangeiras relativas ao estudo da Memória do período da GG. Adicionalmente, foram conduzidas entrevistas exploratórias com dois propósitos distintos. Para compreensão do objeto enquanto síntese de um processo social e dos conceitos a ela associados e outras orientadas para a compreensão do objeto no universo das FFAA. Ambas, permitiram a desconstrução do problema e definir os termos da investigação, contribuindo ainda para a definição do modelo de análise.

Na fase seguinte – a heurística, foram recolhidos diversos dados, através da análise documental histórica, literatura atual e entrevistas junto de entidades com responsabilidades institucionais na preservação da Memória e junto de especialistas nesta área.

Na fase da hermenêutica, os dados recolhidos, confrontados com o modelo de análise, foram sujeitos a uma análise crítica interna e externa de acordo com Rego (1963), através de

diversas fontes e interpretações apoiadas em entrevistas exploratórias. Assim, foi possível identificar as ideias chave a reter em cada um dos capítulos, compreendendo o processo de construção da Memória nas FFAA. Este percurso, permitiu sintetizar o conhecimento obtido e dar resposta às QD identificadas, através de cada um dos capítulos onde o argumento é desenvolvido. Apesar de adotado este desenho de pesquisa e atendendo à temática, pretendemos com ele fazer uma análise alargada no tempo, pelo que alguns dos resultados provêm da interpretação que o contexto atual no sugere, resultando daí um conjunto de perturbações difíceis de contornar.

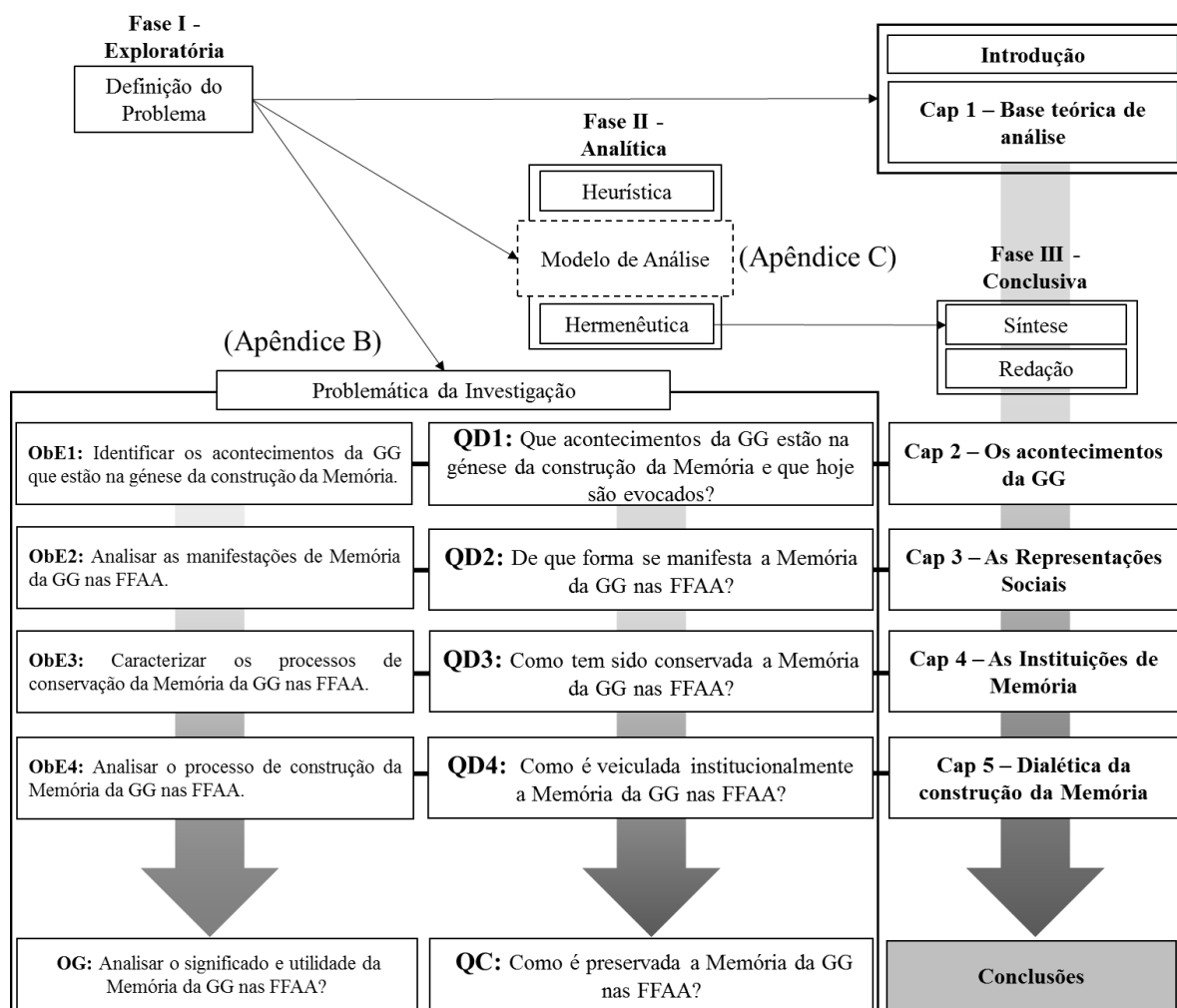


Figura 5 – Percurso metodológico

Fonte: autor (2017)

Finalmente, compreendendo a Memória e a sua construção, foram identificadas linhas de investigação complementares de ideias que aqui são desenvolvidas e outras, que por razões de delimitação, não o foram.



1.4. Instrumentos de recolha

Sem prejuízo do que já foi referido anteriormente, assinalam-se os dados recolhidos através de inquéritos aos museus militares, com o objetivo de sistematizar informação difícil de recolher por outra via. Adicionalmente, foram recolhidos dados junto da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da 1ª Guerra Mundial (CCEC1GM) e do Exército, tendo como referência o ano de 2016, possibilitando uma visão aleatória da dinâmica do objeto neste momento evocativo.

Finalmente, foram consideradas fontes arquivísticas da Liga dos Combatentes (LC), do Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha (AH/BCM), do Arquivo Histórico Militar (AHM), do Arquivo Histórico da Força Aérea (AHFA) e da Biblioteca do Exército (BibEx). Concorreram para a sua análise e crítica, bibliografia atual e histórica, complementada com a interpretação e opiniões recolhidas através de entrevistas com a função exploratória e expressiva (Guerra, 2006). Estas últimas possibilitaram ainda a compreensão e análise do objeto inserida nas FFAA na atualidade.



2. Os acontecimentos da Grande Guerra

Neste capítulo, identificam-se os acontecimentos mais relevantes que estão na génese da construção memorativa e assim responder à QD1. Foi através desses acontecimentos que sentimentos e emoções, conduziram à necessidade de lhes dar um carácter material, possibilitando a sua evocação e conferindo-lhe ao mesmo tempo, um conjunto de valores e práticas que têm vida própria (Moscovici, 1979).

A participação portuguesa estendeu-se por três TO distintos, empenhando aproximadamente 85 000 militares da metrópole (Oliveira, 1994). Apesar da declaração de guerra só ter ocorrido em 1916, no TO Africano⁶ “sem que o estivesse, *de jure*, Portugal [esteve], *de facto*, em guerra desde meados de 1914” (Teixeira, 1998, p. 62). Politicamente, apesar da defesa das nossas colónias ter sido consensual, a participação na frente europeia não o foi (Pinto, 2017a), onde a luta entre guerristas e anti-guerristas (Telo, 2010), correspondeu à luta pela sobrevivência da legitimação partidária e do próprio regime republicano (Meneses, 2010).

Para África foram mobilizados 28 898 militares (Oliveira, 1994), registando-se 16 005⁷ baixas (Fraga, 2003a) e onde se estima que tivessem sido utilizados mais de 100 000 indígenas em apoio às forças da metrópole (Pinto, 2017a).

Para França, a partir de 1917, integraram o Corpo Expedicionário Português (CEP) 55 165 militares e no Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) 1 328, registando-se 21 835 baixas, dos quais 1 997 mortos (Fraga, 2003a).

Tomaram parte do conflito, unidades de todas as armas e serviços do Exército, assim como unidades terrestres e navais da Marinha (Apêndice E), correspondendo a um esforço para o qual Portugal não estava preparado (Telo, 2010). Os três TO tiveram ainda a particularidade de ver, pela primeira vez, a utilização da aviação militar entretanto criada⁸ no Exército e que, apesar de não ter executado operações de combate, materializou o seu batismo enquanto nova arma (Ferreira, 2016).

Fora da delimitação deste trabalho, há a considerar outros acontecimentos relevantes da Marinha, como aqueles associados à escolta e luta antissubmarina em águas nacionais, nomeadamente o afundamento do NRP *Augusto Castilho*⁹ e do caça minas NRP *Roberto*

⁶ Inclui o TO angolano e moçambicano.

⁷ Dos quais 5 621 mortos.

⁸ Em 1911 foi criada a Aerostação Militar (SG, 1911) e em 1914, a Escola de Aeronáutica Militar (SG, 1914a). Recorde-se que a FA só seria criada em 1952 (Serejo, 2012).

⁹ Em consequência da escolta ao paquete *S. Miguel* que se dirigia para Ponta Delgada, a 14 de outubro de 1918 (comandado por Carvalho de Araújo) (Inso, 2015).



*Ivens*¹⁰ (Pereira, 2013).

2.1. Angola

Com o início da guerra na Europa e esperado o confronto entre tropas alemãs e tropas inglesas da União Sul-Africana, aliada às ameaças de sublevação nativa, cresce a preocupação da defesa do espaço soberano de Angola (Barbosa, 1915).

Foi neste contexto e a pedido do Ministério das Colónias, que a 1ª Expedição foi mobilizada¹¹ para reforço da presença militar, guarnecendo “alguns pontos da fronteira sul da província de Angola” (SG, 1914b, p. 1209).

Partem de Lisboa a 11 de setembro de 1914 as primeiras forças, sob o comando do Tenente-Coronel Alves Roçadas, que seriam as únicas a viver confrontos com forças alemãs. A 18 de outubro ocorre o primeiro episódio que ficou conhecido como o “incidente de Naulila” (Oliveira, 1994), quando um emissário do governador alemão da Darmalândia, acompanhado por militares e indígenas entram em território português, sem qualquer autorização. Intercetados, são conduzidos ao posto de Naulila, onde ocorreram desentendimentos, resultando a morte de parte da delegação alemã (Pinto, 2017a). A 31 de outubro, são atacados os postos fronteiriços de Cuangar, Bungà, Sambio, Dirico e Mucusso, representando a violência das represálias alemãs (Oliveira, 1994).

A partir de 12 de dezembro de 1914, ocorre o último confronto com forças alemãs, junto a Naulila. Aproveitando as diversas passagens a vau do Rio Cunene, os alemães executaram uma marcha sobre o forte de Naulila, onde enfrentaram forte resistência portuguesa a 17 desse mês. Contudo e apesar da atuação da infantaria e do esquadrão de dragões, o episódio salda-se numa derrota para as forças portuguesas, obrigando à retirada para Norte, vindo a permitir a revolta nativa (Coelho, 2014).

Esta expedição seria reforçada¹² com dois destacamentos, que na prática só vieram reforçar a 2ª Expedição (Oliveira, 1994). A sua missão inicial de impedir a invasão alemã, acaba por ser redefinida, depois da rendição da colónia alemã a 9 de julho de 1915 às forças sul-africanas (Coelho, 2014). É portanto no contexto das revoltas nativas, que a 20 de agosto de 1915 ocorre o combate de Môngua, onde após três dias de confronto, as forças de Infantaria 17, de Cavalaria 9 e do Batalhão de Marinha, acabam por alcançar uma vitória

¹⁰ Vítima de uma mina colocada perto da barra de Lisboa, pelo *UC-54* alemão, a 26 de julho de 1917 (Pereira, 2016).

¹¹ Decreto de Mobilização: OE nº19 – 1ª série de 18 de agosto de 1914.

¹² Unidades de reforço da 1ª Expedição – 1º Destacamento: OE nº26 – 1ª série de 13 de novembro de 1914. 2º Destacamento: OE nº31 – 1ª série de 31 de dezembro de 1914 e Destacamento de Rendição: OE nº15 – 1ª série de 18 de setembro de 1915.



sobre os cunenes e com ela a pacificação da região (Oliveira, 1994).

No caso particular da Marinha, este combate, segundo Pinto cit por Academia de Marinha (2014), ficou celebrizado pelo desempenho do seu batalhão, estando ainda associado aos combates de Tchipelongo e à ocupação de N'Giva. Os seus feitos mereceram o enaltecimento do comandante da 2ª Expedição, o General Pereira d'Eça, por a considerar “uma unidade de elite, (...) a mais resistente nas marchas e a mais esforçada nos combates” (Pereira, 2014, p. 466).

2.2. Moçambique

O envio da 1ª Expedição em 1914, procurou desde logo estabelecer uma linha de vigilância ao longo do Rio Rovuma, acautelando a ameaça alemã a Norte (Carvalho, 2015).

A 2ª Expedição¹³ comandada pelo Major Moura Mendes, a partir de novembro de 1915 (Oliveira, 1993) foi sujeita à pressão do Governo da República para que a sua missão colocasse Portugal num “lugar de destaque ao lado das nações que lutam contra a Alemanha” (Costa, 1925, p. 84). É neste contexto que fica associada aos acontecimentos da recuperação de Quionga, em abril de 1916 e da primeira tentativa da travessia do Rio Rovuma a 27 de maio desse ano (Oliveira, 1994). Neste último e em apoio às operações militares terrestres, realça-se a ação do cruzador *Adamastor* e da canhoeira *Chaimite*, na travessia daquele rio (Carvalho, 2015). O primeiro distinguiu-se em ações de reconhecimento e ataque pelo fogo às posições alemãs na margem Norte, vindo a possibilitar a sua travessia pelas forças terrestres (Pinto, 2010). Realça-se ainda o seu apoio à ofensiva sobre Newala em setembro de 1916 (Oliveira, 1994), tendo os seus feitos sido reconhecidos com a Comenda da Ordem da Torre e Espada¹⁴.

A 3ª Expedição¹⁵ comandada pelo General Ferreira Martins, procurou conduzir uma ofensiva a qualquer custo, certo que estava o fim da guerra (Telo, 2010). Pensava-se que a guerra no palco europeu estaria no fim e que o aparente sucesso militar do General Jan Smuts¹⁶ a Norte da colónia alemã, obrigava ao rápido empenhamento das forças portuguesas (Gil, 1919). Contudo, a sua ação resume-se à tomada e consequente retirada do posto de Newala a 22 de novembro de 1916 (Oliveira, 1994).

A 4ª Expedição sob o comando do Coronel Sousa Rosa, foi vítima, logo a partir de novembro de 1917, da ofensiva alemã que só terminaria em 1918, com o armistício.

¹³ Destinada a render a 1ª Expedição: OE nº15 – 1ª série de 18 de setembro de 1915.

¹⁴ Decreto do Governo de 3 de novembro de 1922.

¹⁵ Constituição: OE nº11 – 2ª Série de 30 de maio de 1916.

¹⁶ Comandante das forças britânicas e belgas na África Oriental.



Decorreu o combate de Negomano e o combate de Nhamacurra (Pires, 2014), respetivamente em 1917 e 1918, durante a invasão de Moçambique, correspondendo este último ao limite da incursão alemã em território português (Lettow-Vorbeck, 1923). Esta expedição incluiu um Batalhão de Marinha¹⁷, que desenvolveu ações em campanhas de pacificação (Pinto, 2013), nomeadamente em Quelimane, Regone e Gilé (Pereira, 2014).

2.3. França

Atendendo à política de alinhamento com os países da Tríplice Entente, nomeadamente França e Inglaterra, Portugal viu a necessidade de constituir uma força para um eventual emprego no centro da Europa. É com este propósito que, ainda antes da declaração de guerra, em 1914 é constituída a Divisão Auxiliar¹⁸, constituindo-se, mais tarde, na Divisão de Instrução, para a qual se pretendia mobilizar 22 461 homens (Oliveira, 1994). Em janeiro de 1917, após intensa atividade diplomática, é assinada a Convenção Militar Anglo-Lusa e definido o CEP como contributo nacional para o esforço de guerra dos aliados (AHM, 1917a), sendo constituído sobretudo por unidades de infantaria e de artilharia. Os primeiros contingentes embarcaram ainda nesse mês com destino a Brest. Outro contingente seria constituído formalmente a 17 de maio de 1917 pela Convenção Franco-Portuguesa, concretizando o pedido do Governo francês em guarnecer diversas baterias de artilharia pesada. É com este propósito que é criado o CAPI (Oliveira, 1994).

A partir de 10 de julho de 1917 é atribuído ao CEP, através da 1ª Divisão, integrada no 11º Corpo do I Exército britânico, a defesa do setor de *Fauquissard* e pouco depois a 2ª Divisão estaria também pronta para operações (Oliveira, 1994).

Em dezembro de 1917, foi criado o serviço de aviação do CEP, que nunca chegaria a operar (Tendeiro, 2014), sendo decidida a colocação dos seus pilotos nas esquadrilhas francesas (Ferreira, 2016). Nesse período, ficará para a história o papel do Capitão Óscar Monteiro Torres, não só pelo seu desempenho, mas também por ter sido o primeiro e único piloto português morto em combate (Tendeiro, 2014).

A participação nacional, embora marcada por outros episódios¹⁹, teve como acontecimento mais significativo a Batalha do *Lys*, ocorrida na madrugada de 9 de abril de 1918. A ofensiva alemã desencadeada pelo General Ludendorff, que ficou conhecida por Operação *Georgette*, concentrou 14 divisões alemãs numa frente de 16 quilómetros, quatro

¹⁷ Decreto do Governo nº 4086 de 5 de abril de 1918.

¹⁸ Decreto de mobilização e composição de 25 de novembro: OE nº 28 – 1ª Série de 26 de novembro de 1914 e OE nº 29 – 1ª Série de 7 de dezembro de 1914.

¹⁹ Incursões alemãs sobre o setor português, incursões portuguesas no setor alemão (Oliveira, 1994) e outras ações de combate anteriores a 9 de abril de 1918 (OS CEP nº162 de 18 de junho de 1919).



das quais sobre a 2ª Divisão²⁰ portuguesa, fazendo 6000 prisioneiros (Gilbert, 2013) e elevando para 1997 o total de mortos na campanha portuguesa naquele TO (Fraga, 2003a). Foi neste acontecimento que se notabilizou, pela sua coragem, o Soldado Milhões (Galope, 2014).

2.4. Síntese conclusiva

Dando resposta à QD1, podemos dizer que as forças portuguesas passaram por momentos de glória e derrota, de âmbito coletivo e individual. A Marinha teve uma participação discreta em operações de combate, à exceção do Batalhão de Marinha no combate do “Quadrado de Môngua” e às ações do *Adamastor* e *Chaimite*.

O Exército está associado aos três TO, assumindo o esforço de guerra. É evidente pelo número de baixas, de unidades mobilizadas, mas também pelo reconhecimento do seu esforço e desempenho nos diferentes TO, materializado nas condecorações que ganharam, transmitindo a coexistência da vitória, da derrota e do sacrifício. Em Angola, destacam-se os acontecimentos de Naulila, Cuangar e Môngua, onde foi possível assegurar a soberania nacional. Em Moçambique, evidenciam-se os episódios de Quionga e Newala, como vitoriosos e depois as ofensivas alemãs de 1917 a 1918, como humilhantes. Em França, o acontecimento mais significativo foi a Batalha do *Lys*. As unidades de infantaria e artilharia tiveram uma participação homogénea nos três TO, enquanto que as unidades de cavalaria foram orientadas sobretudo para o TO Africano. Relativamente à aeronáutica militar, este período associa-a sobretudo aos momentos da criação da aviação militar portuguesa.

²⁰ A OS do CEP nº162 de 18 de junho de 1919 e nº166 de 24 de junho de 1919, averba as ações de combate, de 9 de abril de 1918 (Oliveira, 1994).



3. As Representações Sociais

Atendendo à sua definição, os objetos e o papel não se constituem por si só em representação social. Apesar de manifestarem e evocarem um acontecimento ou pessoa, só a sua dinâmica torna possível a representação social e com ela criar um espaço de construção memorativa. Assim, a representação social é o ponto de partida e chegada dessa construção, onde a sua existência é imperativa para num segundo momento, aqueles que a adquiriram inicialmente, a possam promover junto de outros que não estiveram presentes no momento anterior.

As características das representações assumem várias formas: simples palavras, escritas ou orais, imagens desenhadas ou esculpidas, exercendo todas elas a sua função de expressão de acontecimentos vividos no passado, de pessoas ou lugares (Morigi, et al., 2012), circulando através da cultura, da linguagem e da própria sociedade (Sá, 1998).

No contexto da GG, Buelens (2016) recorda que, os seus atos memorativos foram seletivos e que a magnitude do evento tornou impossível fazer justiça a todos quantos participaram na guerra.

No capítulo que se segue, analisamos a forma como a Memória se tem manifestado, no intuito de dar resposta à QD2.

3.1. As Representações Sociais pós-guerra

3.1.1. Objetos

No pós-guerra multiplicaram-se as iniciativas²¹ para a materialização da participação nacional na GG (Apêndice F e G). Realça-se a ação inicial da Comissão Nacional do Monumento aos Mortos da GG (CNMMGG), logo a partir de 9 de abril de 1920, para a edificação do seu monumento, só concretizado em 1931 (CNMMGG, 1932), para o qual ambicionou trasladar os restos mortais do “Soldado Desconhecido”²².

Das diversas iniciativas nacionais²³, foi a Comissão dos Padrões da GG²⁴ (CPGG) a assumir o esforço na edificação monumental, procurando “exaltar o esforço da Raça, manifestado na intervenção militar de Portugal nos diferentes teatros de operações da Grande

²¹ Um dos primeiros monumentos comemorativos da GG situa-se em Ambleteuse, na França (1919), promovido pela Cruz Vermelha Portuguesa (CPGG, 1936).

²² Em 1920 foi determinado que os corpos ficariam no Mosteiro dos Jerónimos (OE nº15 – 1ª Série de 1920, p.687), algo que seria revogado (OE nº 5 – 1ª Série, p.256), determinando a sua trasladação para o Mosteiro da Batalha. Mesmo assim, em 1926, seria equacionada a trasladação dos restos mortais para o monumento em Lisboa, algo que só não terá acontecido por razões financeiras (CNMMGG, 1932, p. 42).

²³ e.g. Junta Patriótica Nacional (JPN), criada em 1916 no Porto, assumiu-se como um movimento patriótico de assistência e socorro às vítimas da GG, desenvolvendo uma diversificada atividade de propaganda (Peniche, 2015).

²⁴ Criada em 1921, na Academia Militar (AM) (Fraga, 2003b) e regulada por decreto (MG, 1932).



Guerra” (CPGG, 1936, p. 11), algo que atingiu uma dimensão sem precedentes²⁵. A sua ação foi orientada “por meio de uma intensa propaganda patriótica, em sessões solenes, comemorações²⁶, conferências e festivais” (CPGG, 1936, p. 11) e que se consideraria atingida quando fossem edificados os monumentos em La Couture, Ponta Delgada, Santa Maria, Luanda e Maputo (MG, 1932).

Segundo Sílvia Correia (2015), a sua atividade desenvolveu-se em três fases distintas: (i) propaganda inicial para angariação de fundos; (ii) até 1928, com a projeção e edificação do padrão de La Couture; (iii) até 1936 com a edificação dos restantes padrões. Em 1923, associou-se à iniciativa do *Touring Club de France*, erigindo sete padrões ao longo do antigo setor português na Flandres (CPGG, 1936). Promoveu ainda a construção monumental nos concelhos, apoiando inclusive a ação da JPN, nomeadamente o monumento em homenagem a Carvalho de Araújo. Em 1936, fruto da conjuntura política, o seu legado é transferido para a Liga dos Combatentes da GG (LCGG).

Os monumentos apresentam tipologias arquitetónicas distintas e diversificadas (LC, 2013), que apesar do enquadramento artístico inicial (CPGG, 1936), vieram responder às necessidades específicas de propaganda e das organizações locais (Correia, 2015).

Pese embora estas ações não tivessem resultado da iniciativa da Marinha e do Exército, elas foram complementares. Foi exemplo a ação do Presidente da República, António José de Almeida, a 10 de junho de 1920²⁷, em determinar a colocação de lápides ou monumentos em todos os quartéis da Marinha e do Exército, onde constassem os nomes dos seus mortos (CPGG, 1936).

Há ainda a considerar as diversas iniciativas de unidades militares em associar eventos, locais e pessoas à sua toponímia, onde a simples referência aludia à própria história da unidade e cuja importância se pretendia que estivesse presente nas rotinas diárias (Figura 6).

Considerando o valor e importância de retratar a guerra, o Exército, integrou o pintor Adriano de Sousa Lopes²⁸ no CEP, a pedido do Ministério da Instrução Pública (AHM, 1917b). Manteve diversos contactos artísticos com entidades francesas, promovendo a imagem e esforço nacionais (CEP, 1917a). A sua ação foi orientada para retratar os

²⁵ Quando comparado com outros momentos históricos nacionais, i.e. as Guerras Peninsulares (Synek, 2007) e posteriormente a Guerra de África (LC, 2013) (Conflito que envolveu Portugal e as suas possessões ultramarinas entre 1961-1974).

²⁶ Nomeadamente o 9 de abril e o 11 de novembro (MG, 1932).

²⁷ OE nº5 – 1ª Série, 1920, p.252.

²⁸ Devem ser consideradas as pinturas do Tenente-Coronel José Joaquim Ramos, relativas ao TO angolano (Pinto, 2017b).

“episódios que melhor [pudessem] representar o esforço glorioso das nossas tropas” (AHM, 1917b), cuja difusão se pretendia alargada. Já no fim da guerra efetuou um contrato com o Exército para a decoração da Sala da GG no Museu Militar (AHM, 191-).



Figura 6 – Toponímia na antiga Escola Prática de Infantaria

Fonte: EPI (2017)

3.1.2. Cerimoniais

Os primeiros rituais desenvolveram-se sobretudo em torno do “Soldado Desconhecido”, envolvendo indistintamente a instituição militar e a sociedade civil. Esta última materializou a sua vontade através da solidariedade junto daqueles que fizeram a guerra e que agora viam a sua debilidade física e psíquica sujeita à indiferença (Correia, 2015). No seio militar e logo a partir de 1920, as manifestações centraram-se nos mortos das unidades, promovendo cada uma os seus próprios rituais, associados a dias festivos (CPGG, 1936), embora não havendo um padrão definido²⁹. Tal como aconteceu na Europa³⁰, a sua génese reside no culto do “Soldado Desconhecido”, materializado por dois soldados, um oriundo do TO Europeu e outro do TO Africano, cuja ritualização e deposição em túmulo só ocorreu a 9 de abril de 1921. A partir daqui ficou associada às suas comemorações (Correia, 2009), contrariamente ao que ocorreu pela Europa, onde a sua comemoração foi feita no dia do armistício. Em Portugal, passam assim a coexistir duas cerimónias que, representando

²⁹ Depois do Regulamento Geral do Serviço do Exército de 1914, só em 1980 são uniformizados.

³⁰ O culto do “Soldado Desconhecido” inicia-se em Londres a 11 de novembro de 1920, onde os restos mortais de um soldado vindo de Verdum, são depositados na Abadia de *Westminster*. Também em Paris decorrerá na mesma data, mas em torno de divergências sobre o local do túmulo. Inicialmente é depositado no *Panthéon* e pouco tempo depois é trasladado para o Arco do Triunfo (Correia, 2015).



momentos distintos, tinham igual significado, o 9 de abril e o 11 de novembro (Rodrigues, 2017).

Os rituais nacionais acolheram, tal como em Inglaterra, os dois minutos de silêncio (CPGG, 1931), em homenagem aos seus mortos. No caso inglês (Winter, 2006), constituiu uma realidade desde 1919 a 1946, em todos os dias 11 de novembro. No caso português não obedeceria a um formato rígido, tendo sido só regulamentado em 1980 (CR, 1980a).

As diversas celebrações, que proliferavam por todo o país, sofreram um revés a partir de 1941, quando as manifestações são desencorajadas por Salazar, determinando que “a data deveria ficar inteiramente esquecida, limitando-se as comemorações à deslocação ao talhão de combatentes nos respetivos cemitérios” (Correia, 2009, p. 365). Não obstante, os altos signatários do Estado Novo nunca dispensaram a ritualização do “Soldado Desconhecido”, aquando de visitas de Altas Entidades (AHM, 1940a), como sucedeu na visita da Rainha Elizabeth II em 1957 (Guedes, 1957).

Apesar no novo contexto social e político que caracterizou o período do Estado Novo, no seio das unidades militares e mesmo ao nível regional, as celebrações mantiveram-se, estando associadas aos respetivos dias festivos militares, onde eram promovidas representações sociais no seu interior (RI2, 1960) (Simões, 2006). Ocorreram também em locais públicos, partilhados com a LCGG, onde os militares da região, e aqueles que pela respetiva unidade morreram em combate, eram evocados (LC, 1931) (LC, 1956). Esta realidade manteve o seu padrão praticamente até ao final do Estado Novo.

3.1.3. Papel

A este nível, teve enorme contributo Arnaldo Garcês Rodrigues, que integrou o CEP como fotógrafo, com o propósito de retratar a participação nacional (CEP, 1917b). Contudo, só foi autorizado a fazê-lo depois da solicitação inglesa para Portugal participar numa exposição interaliados em Londres, em maio de 1917 (EME, 1995). A partir de então e a pedido do Ministério da Instrução Pública, alimentou a imprensa nacional (AHM, 1917b), participando ainda em diversas exposições em Paris.

Contrariamente ao desejo inicial de se constituir a Secção Fotográfica Portuguesa, a participação nacional em tais exposições foi sempre discreta, contando sempre com o apoio francês, mas “contribuindo poderosamente para a propaganda do nosso esforço” (EME, 1995, p. 320). Os seus trabalhos são tão mais importantes se considerarmos que, pela lei da censura, a fotografia era uma exclusividade do fotógrafo do CEP³¹ (EME, 1995).

³¹ OS CEP nº 166 de agosto de 1917.



Já no pós-Guerra, o Ministério da Guerra (MG) veio incentivar os oficiais envolvidos na GG a elaborarem monografias referentes às suas unidades, registrando “duma forma duradoura e revestida da maior autenticidade os serviços prestados” (MG, 1920), cuja distribuição se pretendia ser massiva³². Das inúmeras que foram elaboradas e que se encontram disponíveis no AHM e na BibEx, constituíram-se fonte de relevante importância para subsequentes trabalhos literários.

3.2. As Representações Sociais na atualidade

3.2.1. Objetos

Hoje contam-se cerca de 103 monumentos públicos³³ dedicados à GG (LC, 2013), assim como inúmeros no interior de unidades militares da Marinha e Exército (Anexo F e G).

É ainda relevante assinalar a diversidade de objetos que as unidades mantêm nos seus espaços museológicos³⁴, cuja proveniência resulta das suas próprias subunidades ou de outras das quais são herdeiras. Identificamos maioritariamente objetos relacionados com armamento, fardamento e heráldica, havendo uma referência aos seus militares (RI13, 2001) (RI14, 2005) (RI15, 2005). Outro aspeto a considerar é a referência aos TO em que participaram, transmitindo sentimentos de bravura de todos os que combateram, independentemente de lhe estarem associados acontecimentos conotados com a vitória ou a derrota.

No entanto, este esforço foi sendo diluído com o tempo (Pinto, 2017b). Forçado pelas sucessivas reorganizações e reformas que têm ocorrido, motivaram a transferência ou extinção de unidades herdeiras ou intervenientes na GG, cujos marcos toponímicos (Figura 7), esculturais ou mesmo objetos foram sendo esquecidos (Flambó, 2017).

No atual contexto evocativo tem sido feito um esforço para a recuperação de diversos objetos (CCEXC1GM, 2012b), nomeadamente material e equipamento. Salienta-se a reprodução de diversos uniformes, estandartes, assim como o restauro de telas e quadros daquele período, ou a sua conservação, como as pinturas de Sousa Lopes e José Joaquim

³² e.g. Monografia de Cavalaria nº2 (Ascensão, 1928) e do Batalhão de Infantaria nº22 (AHM, 1921).

³³ Hoje, passados 43 anos, contam-se aproximadamente 190 monumentos em todo o país dedicados exclusivamente à Memória dos mortos da Guerra de África, pese embora de menor dimensão artística (LC, 2013). Em diversas unidades militares, verifica-se uma partilha desses espaços de culto. No período referente às Guerras Peninsulares, só passados quase 100 anos é que se verificou o esforço de edificação monumental para evocar o envolvimento nacional (Synek, 2007). Segundo a autora “a consciência nacional demorou a prestar-lhe qualquer atenção” (2007, p. 191). Este esforço memorativo foi mais evidente entre 1907 e 1914 (Assis, 2005), tendo sido edificados 10 monumentos em todo o país (Synek, 2007).

³⁴ Foram criados ao longo do tempo de forma espontânea. Só em 2004 passam a ter enquadramento legal (AR, 2004) e em 2008 no Exército (CEME, 2008).

Ramos, que têm sido expostas (Pinto, 2017b).



Figura 7 – Toponímia na antiga Escola Prática de Cavalaria

Fonte: EPC (2017)

3.2.2. Cerimoniais

Atualmente as cerimónias evocativas mantêm o seu padrão original, onde a atividade da LC e das FFAA é cooperante, visível nos cerimoniais associados ao 9 de abril e ao 11 de novembro (Apêndice H). A primeira, celebrando o Dia do Combatente, com a romagem ao túmulo do “Soldado Desconhecido” e a segunda, o Armistício. Contudo, a evocação que hoje é realizada assume um carácter mais alargado, não evocando somente o soldado da GG, mas também o da Guerra de África (Monteiro, 2014).

No Mosteiro da Batalha é mantida a guarda de honra ao túmulo do “Soldado Desconhecido”, estando cometida desde o início da década de 90, ao Regimento de Artilharia nº4, que passou a ter a responsabilidade de garantir a sua guarda (RAL, 1992) (RMN, 2006).

Das cerimónias estritamente militares contam-se as desenvolvidas nos dias festivos das unidades das FFAA, aludindo aos militares da unidade mortos em campanha, cuja referência também já não é exclusiva daqueles que combateram na GG (CEME, 2012d) (Exército, 2005).

Com elevado simbolismo, identifica-se a cerimónia associada ao dia festivo do Regimento de Infantaria (RI) 14, em Viseu, que celebra a data de 19 de março de 1918, recordando o *raid* da Companhia do Capitão Vale de Andrade, sobre uma posição alemã no setor de *Neuve Chapelle* (RI14, 2005), merecendo o seu nome ficar associado à toponímia



da parada da unidade. Ou ainda no RI13, associadas às suas comemorações que evocam o dia da Batalha do *Lys* (Apêndice F).

Atendendo ao crescente interesse da comunidade académica sobre o assunto da GG, há hoje uma partilha de interesses na promoção de exposições e colóquios, cujos destinatários atingem a comunidade castrense e académica, com grande impacto e divulgação (Flambó, 2017) (Pinto, 2017b).

3.2.3. Papel

No caso do Exército, a partir de 1980 as unidades passaram a ter a responsabilidade de elaborar o seu anuário, onde é vertida a respetiva história e constituída a Memória futura (CR, 1980a). Neles identificamos a evocação de momentos históricos da GG, assim como os espólios que conservam, ou ainda os monumentos e lápides que têm à sua guarda (RI14, 2005) (RI15, 2005). Esta realidade, no entanto, não exclui o mesmo tipo de representações anteriores a este regulamento, as quais devem ser consideradas como iniciativas pontuais (RI2, 1960).

Enquadradas nas evocações do centenário (CCEXC1GM, 2012b), foram desenvolvidas diversas linhas de investigação conducentes ao enriquecimento histórico daquele período, do qual têm resultado na publicação de diversas obras de cariz individual, com ampla divulgação. Institucionalmente (DHCM, 2013), foram editadas algumas obras e reeditadas outras emblemáticas daquela época, não só pelo seu significado histórico, como também por constituírem uma evocação dos seus autores³⁵. Apesar de identificadas diversas obras de cariz particular, relativas ao TO Africano, as mesmas não foram por nós identificadas em reedições ou edições institucionais.

3.3. Síntese conclusiva

Considerando a QD2, podemos concluir que as manifestações da Memória incidiram sobretudo nos monumentos, que viram uma disseminação sem precedentes, os quais sustentaram os principais atos cerimoniais nacionais e regionais. No período pós-guerra é difícil a distinção entre a atividade da Marinha e do Exército com aquela que a CPGG, JPN e LCGG desenvolveram, sendo que o Exército evidencia um maior envolvimento nestas atividades, onde foi associado predominantemente o TO Europeu.

Assim, a Memória refugiou-se nos atos cerimoniais associados aos dias festivos, para os quais os monumentos e lápides contribuíram, emprestando-lhe uma dimensão material ao

³⁵ e.g. *A Mentira da Flandres e o medo*, Ferreira do Amaral; *A malta das trincheiras*, André Brum; *Memórias da Grande Guerra*, Jaime Cortesão; *Nas trincheiras da Flandres*, Augusto Casimiro; *Na Grande Guerra*, Américo Olavo; *Livro de Ouro da Infantaria*.



ritual. Isto significa que, localmente, a Memória permaneceu resguardada no seio das unidades que tiveram uma participação ativa no conflito, estando conotada com os valores da bravura e vitória, sendo que alguns lugares memorativos se tenham vindo a perder, em consequência das sucessivas reorganizações militares.

A nível nacional, mais exposto às vicissitudes políticas e sociais, a Memória foi sempre influenciada pela propaganda e pela partilha de rituais e lugares com outras entidades.

As atuais tipologias de representações sociais mantêm o traço original. Contudo, hoje são construídas outras que assumem formas de expressão mais restritas e de maior complexidade de ancoragem, como são os exemplos das exposições ou edição e reedição de livros. As de cariz cerimonial, apesar da sua linha de continuidade, têm vindo a ser partilhadas com outros momentos históricos, nas quais é ainda visível a sua partilha monumental.



4. As Instituições de Memória

Este capítulo procura caracterizar como tem sido conservada a Memória da GG através das instituições de Memória, atendendo à definição de Hjerppe, para assim responder à QD3.

Recentemente, surgiu também outra ideia associada ao papel destas instituições no âmbito da cidadania, potenciando o diálogo constante entre instituições e indivíduos, ultrapassando o seu papel exclusivo de conservadoras e depositárias de Memória (Ângela, 2007).

Não obstante do papel da construção memorativa através das representações sociais descritas anteriormente, as instituições de Memória, são por si só um veículo dessa construção, cujos objetos, livros e papel carecem de um impulso dinâmico, para essa ação memorativa. É neste sentido que é relevante caracterizar os processos de conservação e de preservação associados. Dada a sua centralidade nesta temática, incluímos a LC com a finalidade de realçar o seu papel na construção memorativa.

4.1. Arquivos

A organização arquivística da Marinha durante o período da GG foi garantida pelo Arquivo Geral da Marinha³⁶, sofrendo sucessivas modificações em 1918, 1929 e finalmente 1960, onde passou a estar aberto ao público (Beato, 2017a). Em 1994³⁷, incluiu o Arquivo Histórico, competindo-lhe “guardar, conservar, catalogar, recuperar informação e apoiar a investigação dos documentos, cartas e iconografia” (CM, 1994). Desde 2009 o acesso à informação foi facilitado pela sua progressiva informatização (Beato, 2017a).

Contudo, existem fatores que condicionaram a conservação de acervos da GG. Para além de ter origem diversificada, militar e civil, o seu acervo não ficou imune às sucessivas reformas, tal como sucedeu com a transferência de diversa documentação para o Arquivo Histórico Ultramarino (Beato, 2017a).

Identifica-se documentação referente a armamento e regulamentos técnico-táticos em uso no Exército (Beato, 2017b), ou referentes ao CEP³⁸ (Beato, 2013), imagens e fotografias do NRP *Augusto Castilho* e do Batalhão da Marinha Expedicionária de Angola (Beato, 2017c). Há ainda documentação que detalha as participações dos Batalhões de Marinha em Angola e Moçambique (Beato, 2013), ou ainda referente ao episódio do NRP *Augusto Castilho* (Beato, 2017d) e ao empenhamento do cruzador *Adamastor* em Moçambique

³⁶ Teve origem em 1843, assumindo nova designação em 1914, pelo artigo nº 2 do Decreto nº 1060 de 18 de novembro de 1914 (Beato, 2017a).

³⁷ Decreto Regulamentar nº 35/94 de 1 de setembro.

³⁸ Serviço de comboios para a França.



(Beato, 2013).

No Exército é em 1911 (Exército, 1911a) (Exército, 1911b) que o AHM adota a configuração que hoje conhecemos, emancipando-se do Arquivo Geral do MG (AHM, 1930). Com a designação inicial de Arquivo Militar, a sua organização definitiva só veio a ficar estabelecida em 1921, depois de aprovado o seu regulamento (Exército, 1921), adotando uma organização semelhante à do Arquivo da GG inglês (AHM, 1930). Assim, o AHM, como passa a ser designado, ficou incumbido da “guarda e catalogação de todos os documentos históricos relativos às campanhas do Exército” (Exército, 1921). Em 1924, passa a incluir a 1ª e 2ª divisões e 1996, a 3ª e Fundos Especiais³⁹ (Tavares, 2016) (Tabela 1).

Tabela 1 – Informação genérica disponível no AHM

Assunto	Localização			Descrição
	Divisão	Secção	Caixa	
CEP	1ª Divisão - Portugal e Campanhas na Europa	Secção 35	1243	Aviação
			144, 145, 1301, 180, 1248, 89, 184, 185	Batalha de <i>La Lys</i>
			1065, 1177, 1401	Estatísticas
			1401, 1212, 1028, 1029, 1030, 1349, 1370, 1040, 1259, 1260, 1271, 145, 143, 828, 827, 830, 936	Justiça e Disciplina
			1212, 1272	<i>La Couture</i>
			440, 1187, 1188, 1189, 1190, 1177, 1277, 1256	Mobilização
			143, 830	Moral das tropas
			213, 1057	Museu da GG
			1028, 1177, 1302	Organização do CEP
			1349	Prisioneiros de Guerra
			144	Raids às trincheiras
			144	Reconstituição do CEP
			74	Relatórios
			-	Atividade operacional no sul de Angola
Angola	2ª Divisão - Colónias/Ultramar	Secção 2	-	Mobilização de tropas
			-	Relatório para organização da esquadilha de aviões
			-	Relação de militares
Moçambique		Secção 7	-	Correspondência diversa (1914)
			-	Relação de oficiais falecidos em Moçambique
			-	Correspondência diversa (1915)
			-	Relatórios de operações (1916)
		-	Operações militares no Niassa (1917)	
Defesa	3ª Divisão - Assuntos Militares Gerais	Secção 1	-	Relatórios e estudos de defesa do país
		-	Comissão e Direção de Aeronáutica Militar	
Instrução		Secção 5	-	Instrução e exercícios em Tancos
Emigrados		Secção 17	-	Prisioneiros de Guerra alemães
Mapoteca		Secção 47	-	Cartografia: TO Africano e Europeu
Iconografia	Fundos Especiais	Fundo 10	A11	Grande Guerra
			B2	Angola
			B7	Moçambique
Fototeca		Fundo 110	A11	Grande Guerra
			B2	Angola
			B7	Moçambique
Fundos Particulares		Fundo 17	-	Pereira d'Eça
		Fundo 51	-	Tamagnini de Abreu e Silva
		Fundo 55	-	David Magno
		Fundo 59	-	Gomes da Costa

Fonte: adaptado de Fraga (2003b), AHM (2007) e Tavares (2014) (2016)

³⁹ Organização e catalogação do acervo documental.



O acervo relativo ao CEP foi incluído no AHM em 1929, apesar de, desde 7 de julho de 1919, se encontrar a funcionar transitoriamente no mesmo espaço (AHM, 1930). A restante informação relativa à participação no TO Africano, ou ainda do CAPI, deu entrada a partir do final da década de 60⁴⁰. Contudo, relativamente ao TO Africano, acredita-se que poderá haver ainda informação dispersa ou extraviada, uma vez que estas forças eram entregues ao Ministério das Colónias, aquando da sua projeção (SG, 1914b), sendo expectável que alguma da informação tenha sido perdida aquando da transferência dos acervos. Existe ainda um conjunto de documentação proveniente de familiares (Tavares, 2016) e que passou a constituir-se como fundo particular do AHM.

Tal como na Marinha desde 2013, o AHM disponibiliza *online*⁴¹, através da plataforma *Digitarq*®, um conjunto cada vez mais alargado de informação relativa à participação do Exército na GG. Já em 2014, por ocasião da evocação do centenário, associou-se a um projeto *online*⁴² promovido pela CCEC1GM, onde é alargada a partilha de informação (Tavares, 2014).

Apesar da FA dispor de arquivo histórico, o seu acervo da GG não se encontra catalogado (Miranda, 2017), no entanto é possível identificar um conjunto de informação⁴³ avulsa relativa aos pioneiros da aviação militar.

4.2. Bibliotecas

A Biblioteca Central de Marinha (BCM), sucessora da Biblioteca da Academia Real de Guarda-Marinha e da Biblioteca da Escola Naval (Pinto, 2003), foi, desde a sua criação uma biblioteca orientada para as temáticas do período histórico dos Descobrimentos, da Expansão e complementarmente da História Marítima, assuntos técnicos do mar e navegação, assumindo uma função essencialmente escolar de apoio à Escola Naval (Crespo, 1995). Em 1982, é transferida para as atuais instalações e a partir de 1992 inicia o processo de informatização, possibilitando um acesso cada vez mais alargado. Hoje possui cerca de 900 obras (BCM, 2017) referentes à GG, associadas a aspetos técnicos de marinha, sendo as suas edições maioritariamente das décadas de 20 e 30. Fazem sobretudo referência à atividade da marinha mercante e a ações de combate no Oceano Atlântico, envolvendo

⁴⁰ De acordo com o Regulamento de Conservação Arquivística do Exército, cuja informação histórica é descrita na Portaria nº 272/2000 de 22 de maio.

⁴¹ Cfr. AHM (2017).

⁴² Cfr. MDN (2017).

⁴³ O acervo documental é constituído sobretudo por cópias de documentos originais, por doações de familiares e por documentos que têm sido recolhidos ou oferecidos por diversas entidades, como a Marinha ou Exército (Miranda, 2017).



marinhas estrangeiras. A sua origem editorial é maioritariamente particular, possuindo também diversa literatura estrangeira (BCM, 2017).

No Exército, na conjuntura da GG, a atividade bibliotecária era enquadrada pelo Regulamento da Biblioteca do MG e das Bibliotecas Regimentais (Exército, 1914), sem contudo haver qualquer dependência ou forma de coordenação (Calamote, c.1990). A sua atividade era pouco dinamizada (Nunes, 1948), não só pelas débeis condições de conservação (Calamote, c.1990), como também pela falta de zelo de leitores e bibliotecários (Nunes, 1948).

Até 1929 coexistiam a Biblioteca do MG, a Biblioteca do Estado-Maior do Exército (EME), a Biblioteca da Escola Militar e diversas bibliotecas regimentais⁴⁴. A primeira nunca dinamizou a aquisição de livros, dependendo de antigos acervos de conventos ou obras doadas de coleções particulares (Cesar, 1922a). Em 1929 funde-se com a Biblioteca do EME, criada em 1911 (BibEx, s.d.), assumindo a designação de BibEx (MG, 1929).

Do seu atual acervo, contam-se cerca de 1300 obras dedicadas à GG, abrangendo um amplo espectro literário (BibEx, 2017). Pode ser catalogado no âmbito técnico-tático, da estratégia, havendo, no entanto, um vasto conjunto de biografias e memórias de guerra, sendo as suas edições maioritariamente das décadas de 20 e 30. A referência ao emprego do Exército no TO Europeu é predominante e a sua origem editorial é sobretudo particular, verificando-se ainda diversa literatura estrangeira, principalmente nos anos que se seguiram à guerra (BibEx, 2017).

A FA não dispõe de nenhuma biblioteca com um carácter centralizador. A atividade bibliotecária está dispersa pelas unidades, comandos e órgãos do ramo (Miranda, 2017).

4.3. **Museus**

O Museu Português da Grande Guerra (MPGG) terá sido, porventura, o maior e mais ambicioso projeto para a conservação da Memória da GG. Na prática correspondeu à política de propaganda republicana e em particular dos guerristas (Telo, 2015). O projeto correspondeu à legitimação interna do regime republicano, onde o enaltecimento do esforço militar era preponderante para “conseguirem passar por nacional, aquele que era o projeto do seu próprio partido [democrata]” (Teixeira, 1998, p. 61).

Foi neste contexto, à semelhança do que ocorreu em Inglaterra⁴⁵, que foi criado em

⁴⁴ Nestas, a aquisição era muito escassa, com acesso reservado aos oficiais da unidade (Exército, 1914).

⁴⁵ e.g. o *Imperial War Museum* de Londres é criado a 5 de março de 1917 (IWM, 2017). Em França, o *Musée Somme 1916*, só aparece em 1992 (Musée Somme, 2017) e o *Musée de la Grande Guerre* em 2011 (Musée de la Grande Guerre, 2017).

1917 o MPGG⁴⁶ (Figura 8), com o objetivo de “perpetuar a memória da intervenção armada de Portugal [no reconhecimento] do esforço da Nação e [d]a obra política e militar da República” (SG, 1917, p. 511). Esta iniciativa conjunta dos MG, das Colónias e da Marinha, estava organizada em três secções distintas: museu, biblioteca e arquivo.

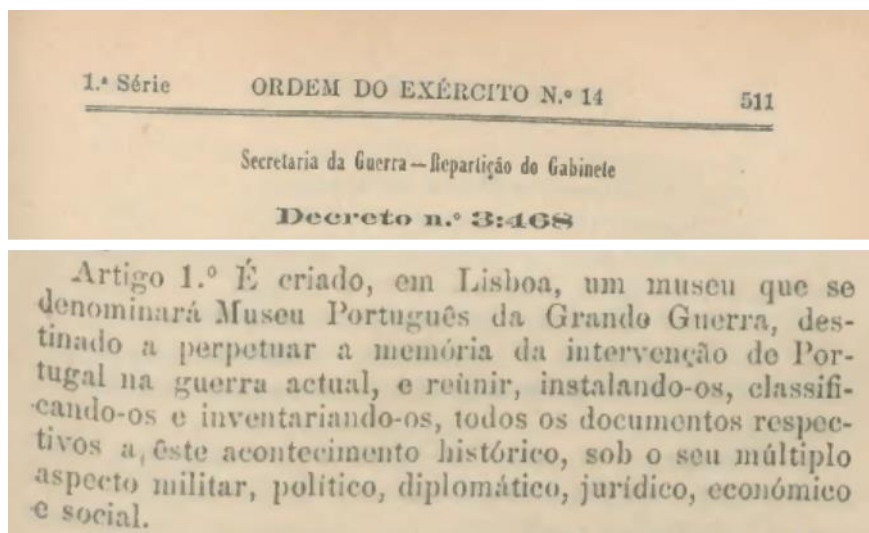


Figura 8 – Extrato da publicação da criação do MPGG

Fonte: adaptado da SG (1917, p. 511)

O seu primeiro e único diretor, General de Brigada José Emílio de Sant’Ana da Cunha Castel-Branco, foi nomeado para a função a 5 de novembro de 1917 e exonerado, após a sua extinção a 15 de maio de 1918 (Costa, 2005).

Durante a sua atividade, efetuou diversas diligências, em cumprimento dos Artº 9º e 10º do decreto da criação, visível nas diversas solicitações (MPGG, 1918a) de objetos, escritos e uniformes relativos ao TO Europeu (MPGG, 1917). Apesar do decreto se referir ao esforço militar em França e África, não foi por nós encontrada informação que indicasse qualquer tipo de diligência no sentido de recolher acervo relativo ao TO Africano.

A instabilidade política, consubstanciada pela sucessiva alternância partidária de governos guerristas e anti-guerristas, levou o 15º Governo, de Sidónio Pais (Telo, 2015), a extingui-lo por decreto (Figura 9).

Mesmo após a sua extinção e tal como ficaria estabelecido, continuaram as diligências (CEP, 1918) (MPGG, 1918a) (MPGG, 1918b) (MPGG, 1918c) para a recolha de material, com destino ao atual Museu Militar de Lisboa (MMLisboa).

⁴⁶ OE nº14 1ª série de 27 de outubro de 1917, pp. 511-515.

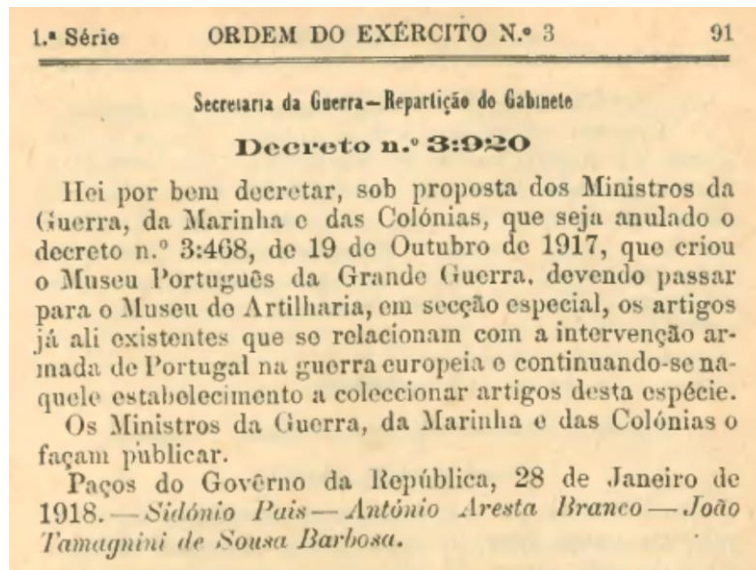


Figura 9 – Extrato da publicação da anulação da criação do MPGG

Fonte: SG (1918, p. 91)

No período da GG, o Museu de Marinha estava instalado no Terreiro do Paço, tendo sido transferido para as atuais instalações em 1969 (Gonçalves, 2017). Hoje, relativamente à GG, predomina acervo associado a fotos, documentos e espólios pessoais, falerística e ainda armamento, referentes à intervenção da Marinha e da Aviação Naval em Território Nacional (TN) e no TO de Angola. A sua proveniência resulta da recolha de espólios de unidades e navios da Marinha e de doações pessoais (Apêndice I). Os seus objetos só foram incorporados a partir da década de 30, em virtude de terem continuado em uso nas unidades da Marinha. Outras provêm de doações, ou ainda da recolha feita em outros espaços museológicos (Museu de Marinha, 2017).

Atualmente no Exército existem quatro museus⁴⁷, sendo que no período da GG existia somente o Museu de Artilharia, cuja configuração resulta das obras de modificação de 1906 (MMLisboa, 2016). Gorado o projeto do MPGG, em 1918 e por ordem do mesmo decreto que o extinguiu, foi criado no MMLisboa um espaço para a colocação do acervo referente àquele acontecimento (SG, 1918).

De uma forma geral conservam-se objetos relacionados com falerística, sendo que no MMLisboa há um conjunto de pinturas consideráveis. Os objetos reportam a participação do Exército no TO Europeu, havendo algumas referências ao TO Africano. A sua origem

⁴⁷ MMLisboa, do Porto (criado em 1977 pelo Decreto do CR n.º 242/77 de 8 de julho de 1977 (MMPorto, 2017), de Bragança (criado inicialmente em 1929 pelo RI10 até à extinção daquele regimento em 1979 e depois reativado em 22 de agosto de 1983 (Portaria n.º 106/87 de 16 de fevereiro, DR – 1.ª série) (Nogueiro, 2009) e de Elvas.



provém de unidades intervenientes no conflito e de doações pessoais (Apêndice I).

A museologia da FA relativa à GG está integrada no Museu do Ar, onde mantém um pequeno núcleo dedicado à GG (Machado, 2015). A Memória da GG neste espaço é discreta, tendo somente uma “Sala dos Pioneiros” onde constam alguns objetos associados aos primeiros pilotos da aviação militar, nomeadamente Óscar Monteiro Torres. Tem à sua guarda, sobretudo armamento, espólios pessoais dos pilotos pioneiros e falerística. A sua proveniência resulta de doações particulares e de espólios dispersos pelas unidades da FA. Estão associados ao TO de França e Moçambique e à participação da aviação militar, enquanto serviço integrado no Exército (Apêndice I).

4.4. Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Em 1919, o seu fundador Faria Affonso, dava os primeiros passos do movimento associativo dos antigos combatentes, criando a Associação dos Combatentes Portugueses (Martins, 2016). Gorada esta tentativa inicial, os seus esforços foram renovados em 1921, alcançado a eleição dos primeiros membros diretivos em 1923 (LC, 2017) e oficializada em 1924⁴⁸ (MG, 1924). Composta por elementos civis e militares, as suas atividades evocativas tinham como finalidade “promover benefícios gerais” e em particular a proteção e auxílio dos ex-combatentes (MG, 1924).

Em 1934, fruto da conjuntura, viu os seus estatutos serem suspensos, com o propósito de “evitar que elementos mal-intencionados continuem a aproveitar-se” (MG, 1934). Isto conduziu à ideia de Sílvia Correia (2009, p. 350) que a “memória e o luto foram nacionalizados”, na sequência da evolução da política nacional e os seus efeitos nos movimentos associativos. Podemos associar este período à ideia de Fraga (2003b), ao considerar que o trabalho que a LCGG vinha desenvolvendo na recolha de acervo arquivístico e bibliotecário da GG, ter terminado no final da década de 30.

Mais tarde, assume o esforço da preservação e conservação da Memória pelo legado da CPGG, após a sua extinção em 1936⁴⁹. Assim, (CPGG, 1936, p. 58) “este culto respeitoso pelo esforço da nossa intervenção militar na Grande Guerra manter-se-á, confiado agora à benemérita «Liga dos Combatentes da Grande Guerra» que nos vai suceder e cuja augusta missão se prosseguirá na eternidade da Pátria”. Esta responsabilidade foi visível pela promoção da edificação monumental até meados da década de 40 (LC, 2013) e cerimonial a

⁴⁸ Em 1975, assume a designação de LC, alargando o universo de associados a outros combatentes, que não exclusivamente os da GG (MDN, 1975).

⁴⁹ Será ainda herdeira da JPN e da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Organizações cívicas de cariz assistencial às vítimas da guerra, sendo que a JPN também promoveu a angariação de fundos na concretização de representações sociais de cariz escultural, como foi o exemplo do monumento do Porto (Correia, 2009).



elas associadas, nas quais a Marinha e o Exército tiveram participação ativa, tal como a FA, mais recentemente.

Há ainda a considerar a divulgação das revistas, *A Guerra*⁵⁰ e *Voz do Combatente* (Martins, 2016), onde foram veiculadas a vitimização do soldado português e as causas sociais associadas.

Não obstante, durante o seu período de atividade tem conservado um considerável espólio referente à GG no seu museu, biblioteca e arquivo, os quais têm vindo a ser disponibilizados *online*, integrando-o em plataformas conjuntas com a Marinha e o Exército (Rodrigues, 2017).

4.5. Síntese conclusiva

Dando resposta à QD3 e no que aos arquivos diz respeito, considera-se que pelo facto de terem sido constituídas unidades para emprego operacional⁵¹, possibilitou que o seu acervo documental fosse integrado mais cedo e de forma mais completa no seu repositório final. No entanto, no caso particular de forças empenhadas no TO Africano e atendendo ao envolvimento de diversos ministérios, é admissível que a documentação desse período esteja ainda hoje, dispersa ou mesmo extraviada. Contudo, é a informação relativa ao CEP que se encontra melhor organizada e conservada.

A descentralização e profusão das bibliotecas no Exército dão-nos uma ideia do seu desempenho na conservação da Memória, não só nas unidades regimentais como na sua biblioteca principal. No caso da Marinha, verifica-se que esteve sempre orientada para o seu papel formativo. Em ambas, não houve um papel de repositório de informação e conhecimento orientado para a sua preservação. No entanto a sua conservação foi sendo garantida, pese embora com acervo de edição particular. Por isso, podemos dizer que as bibliotecas militares foram um recurso negligenciado.

Relativamente à museologia, não houve uma política orientada para a recolha e organização de objetos, sobrevivendo sobretudo de uma forma *ad-hoc*, com grande dependência da doação particular. Passou a incluir objetos mais resistentes ao tempo e quando deles a organização os considerou obsoletos⁵², tendo a desvantagem de poderem não estar associados exclusivamente à GG. Deve ser realçado o considerável acervo falerístico, que hoje representa parte importante da Memória material, que foi beneficiado pelo enquadramento legal dado à criação ou restabelecimento de condições de atribuição de

⁵⁰ Fundada em 1925, por Faria Affonso.

⁵¹ e.g. CEP.

⁵² Exemplo do armamento, que é predominante no acervo museológico.



medalhas e condecorações, como provam os diplomas emitidos naquele período⁵³.

Contudo, o MPGG foi uma exceção, independentemente das questões políticas associadas. Concretizou a ideia de conservação e acima de tudo de preservação, para a qual muito iriam contribuir os trabalhos de Sousa Lopes. Da sua extinção prematura viria a beneficiar o atual MMLisboa.

A LCGG teve um papel central na conservação e preservação da Memória, através da criação e manutenção de representações sociais, divulgação e promoção de rituais a elas associados e que ainda hoje perduram. Por isso foi complementar com aquele que aqui se considera como instituições de Memória.

⁵³ e.g. Medalha Cruz de Guerra (1916), Medalha Militar (1917) e da Vitória (1920), Ordem Militar de Avis (1917) e de Torre e Espada (1917).



5. Dialética da construção da Memória

Cabe agora introduzir os conceitos de objetivação e ancoragem, por se constituírem nas duas formas de lidar com a Memória (Morigi, et al., 2012). Neste processo de resistência ao tempo, ela dependeu sempre da força do seu portador e das perturbações associadas, tornando inevitável a prevalência das Memórias fortes em detrimento das fracas (Traverso, 2007), ou mesmo as suas representações sociais, também elas constituídas por um núcleo central, mais resistente e um elemento periférico, mais flexível e mais permeável (Moraes, et al., 2014).

Como referido anteriormente, o legado da guerra trouxe um convite à interiorização da experiência de combate em toda a sociedade (Stanley, 2000). Estes espaços de empatia, entre aqueles que viveram o evento e aqueles que se seguiram na construção memorativa, foram em grande medida favorecidos pelas instituições de Memória e pelas representações sociais promovidas. Assim, neste capítulo procuramos associar conceitos desenvolvidos anteriormente, verificando os processos que possibilitaram a objetivação e a ancoragem e com eles, a construção memorativa e a sua comunicação geracional. É com este propósito que será analisado o processo da sua construção, desde o pós-guerra até à atualidade, respondendo assim à QD4.

5.1. Do pós-guerra até à atualidade

Winter (2006) refere que em toda a Europa e em Inglaterra em particular, aqueles a quem se devem as iniciativas da construção memorativa, foram aqueles que de uma forma pessoal estiveram envolvidos nos eventos que motivaram a sua construção. No caso português identificam-se duas tendências distintas. Se no meio militar representou o enaltecimento do esforço e coragem de todos aqueles que neles combateram (CPGG, 1936), na sociedade civil houve um ingrediente adicional. Por um lado, veicular o movimento de propaganda republicana e por outro, associado a um movimento de solidariedade de natureza assistencial (MG, 1924) (Correia, 2015).

No período que se seguiu à GG, a construção memorativa no universo militar dependeu dos propósitos de entidades exteriores, em manifestações públicas. Na década de 20, de acordo com Sílvia Correia (2009), houve uma ausência da necessidade comemorativa por parte das entidades cívicas, como a LCGG, recaindo as principais iniciativas nas ações de propaganda republicana, muitas vezes integradas na própria ação da CPGG (Leal, 2003). Constituem-se como exemplos, as inaugurações dos diversos monumentos em Portugal e nas colónias (CPGG, 1936). Mesmo assim, a LCGG assumiu um protagonismo crescente na



promoção das representações sociais de carácter cerimonial e escultural, indo um pouco em linha com o praticado pelas suas congéneres europeias⁵⁴ (Correia, 2015).

Os monumentos edificados revelam uma singularidade pela ausência da referência escultural do soldado do TO Africano⁵⁵. Somente em Luanda⁵⁶ e Maputo há uma representação do soldado envergando os trajes coloniais. Em ambas, procurou-se retratar os laços e o heroísmo entre europeus e africanos, sendo que, em Moçambique se pretendeu evocar a reconquista de Quionga, para materializar a determinação nacional na sua afirmação entre as grandes potências (CPGG, 1936).

Tal como foi tendência europeia, testemunhando “o poder e atração do culto dos mortos no fim da guerra” (Mosse, 1990, p. 104), Portugal concretizou a mesma ideia com a “consagração do Soldado Desconhecido”, em 1921⁵⁷. Numa cerimónia promovida pelo MG no Mosteiro da Batalha, o 9 de abril é transformando num ritual celebrado numa cerimónia específica e com uma única imagem (Correia, 2009, p. 358). O dia central dessas comemorações ficou associado a um feriado nacional extraordinário, algo que seria renovado em 1927 e 1928 (Andrade, 2001).

Também o 11 de novembro passou a ser celebrado, tendo neste período um cariz de festa popular republicana. Inclusive, constituíram-se como feriados extraordinários as datas do 12 e 28⁵⁸ de novembro de 1918, nas quais se celebrou a vitória aliada. Em 1919 seria também estabelecido o feriado extraordinário a 14 de julho⁵⁹, para celebrar e honrar a Marinha e o Exército (Andrade, 2001).

Em 1926, o 11 de novembro⁶⁰, foi designado como feriado nacional e integrado no culto dos mortos tal como vinha acontecendo com o 9 de abril. Por outro lado, este feriado era entendido como uma celebração do heroísmo do Exército, acabando por legitimar o próprio movimento político e a sua coesão em torno do Golpe Militar de 1926 (Andrade,

⁵⁴ e.g. *Office National des Mutilés Et Réformés*, em França (ONAGVG, 2017). A LCGG aderiu à *Fédération Interalliée des Anciens Combattants* em 1927, no seio da qual desenvolveram atividades comemorativas.

⁵⁵ Relativa ao fardamento e equipamento que alude.

⁵⁶ Já não existe (LC, 2013).

⁵⁷ As celebrações tiveram grande aparato, com início a 5 de abril, com a participação de altos representantes nacionais e estrangeiros (Correia, 2015). Em anos anteriores, os dias 10 de junho e 14 de julho, também estiveram associados às comemorações (CPGG, 1936) (Correia, 2009). Na OE de 1920 era determinado que “O próximo dia 10 de Junho de 1920 será considerado feriado nacional e dedicado à inauguração dos monumentos concelhios em homenagem aos portugueses mortos pela Pátria na grande guerra, em África, em França e no mar” (Presidência do Ministério, 1920, p. 267). Simbolicamente, a partir da década de 20 é colocada uma sentinela junto ao túmulo na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha (LC, 192?).

⁵⁸ Acordo estabelecido entre aliados para a “Festa Internacional entre Nações Aliadas para a Celebração da Vitória” (Andrade, 2001, p. 77).

⁵⁹ Desfile da Vitória, em Paris.

⁶⁰ Diário do Governo – 1ª série nº 252, decreto nº 12635 de 10 de novembro.

2001), repetindo-se em 1931, aquando da inauguração do Monumento Nacional aos Mortos da GG (MNMGG) em Lisboa.

É ainda de salientar a participação de diversas unidades da Marinha e do Exército nas Romagens Patrióticas⁶¹ (CPGG, 1931), predominantes nas décadas de 20 e 30, que correspondiam ao conjunto de manifestações culturais, recreativas e religiosas, realizadas junto do túmulo do “Soldado Desconhecido” no Mosteiro da Batalha (CPGG, 1936, p. 153), correspondendo à descentralização do culto relativamente a Lisboa.



Figura 10 – Comemorações do 11 de novembro junto do MNMGG

Fonte: LC (1939)

Desta forma, a construção memorativa centrou-se no 9 de abril e no 11 de novembro, assumindo uma dimensão nacional aqueles celebrados em Lisboa junto ao MNMGG, mesmo ainda antes da sua construção (LC, 1929). Estes rituais mantiveram grande aparato civil e militar, com forças predominantemente do Exército, mas também da Marinha (CPGG, 1931) (LC, 1933) (LC, 1938) até ao início da década de 1940⁶², algo que só seria recuperado a partir da década de 1960 (LC, 1963). Os rituais, revelaram um carácter de luto e perda, cujas

⁶¹ As unidades militares constituíam-se em Patrulhas de combatentes e não-combatentes para a realização de atividades e participação em atos cerimoniais (CPGG, 1936). Há registo destas atividades em 9 de abril de 1972 (RMT, 1972).

⁶² Durante as décadas de 40 e 50 os cerimoniais do 9 de abril e 11 de novembro, são meramente simbólicos (LC, 1939), mesmo que durante todo este período deles tomassem parte importantes altas patentes militares (LC, 1957a) (LC, 1961) e figuras da sociedade civil (LC, 1949).

iniciativas assentaram numa “base da legitimação histórica da política republicana” (Correia, 2009, p. 351) e um caráter simbólico e restrito durante o Estado Novo (Figura 10).

Ao nível local, a rápida disseminação de núcleos da LCGG veio “servir como centros de rememoração da participação na guerra” (Correia, 2015, p. 215), cumprindo as linhas gerais definidas pela sua Direção Central – assistência, propaganda e rememoração. Podia acrescentar-se a promoção de atividades alusivas a dias festivos, sempre com o intuito da angariação de fundos necessários à sua subsistência (AHM, 1924) (LCGG, 1934).

Em espaços públicos e durante o período em que o Estado Novo restringiu as atividades memorativas, as unidades regimentais e os núcleos locais da LCGG, nunca dispensaram as comemorações do 9 de abril (LC, 1956) (LC, 1957b) e do 11 de novembro (LC, 1953).



Figura 11 – Cerimónia de inauguração (1940)

Fonte: Município de Oeiras (2017)

A este nível, deve ser considerado, a partir de 1920 o impulso dado pelo Presidente da República na edificação de lápides⁶³, possibilitando que elas próprias promovessem as suas representações sociais e com elas a ancoragem memorativa associada aos mortos daqueles que combateram pela respetiva unidade. Pois “essa evocação (...) é sempre saudada nos dias de gala e a sua altíssima significação é explicada aos novos soldados” (CPGG, 1936, p. 175). Estes processos de ancoragem, acabam por confundir-se com as próprias iniciativas cívicas localizados no seu exterior, possibilitando a partilha ritual com as populações locais.

⁶³ Disseminadas a partir de 1920, contendo gravados os nomes dos respetivos mortos (CPGG, 1936).

Muitas das lápides, que sustentavam cerimoniais militares, acabam por ver uma nova realidade a partir da década de 1950, com a construção de quartéis militares⁶⁴, nos quais são edificados novos monumentos, lápides ou transferindo lápides existentes (Esgalho, 2014). No caso da Marinha, eram usuais os cerimoniais de homenagem aos mortos da GG, por parte dos jovens recrutas, os quais se constituíam num importante momento de ancoragem (AHM, 1935).

Há ainda a assinalar outros momentos de ancoragem, materializados pelas diversas inaugurações de monumentos em locais onde existiam unidades militares (AHM, 1940b) (Figura 11), ou mesmo nos diversos encontros com antigos combatentes nas unidades, durante os dias festivos ou em momentos de evocação do 9 de abril (Figura 12) (Galope, 2014). Este foi um padrão que se verificou mesmo durante o período do Estado Novo, para o qual contribuiu ainda a progressiva criação de espaços museológicos⁶⁵ nas unidades.



Figura 12 – Homenagem ao Soldado Milhões (ao centro) durante o dia festivo do RI 15 (1952)

Fonte: Simões (2006, p. 128)

A Guerra de África veio trazer a alteração de paradigma, retirando o carácter de exclusividade no culto dos mortos da GG⁶⁶, passando os rituais do 9 de abril e do 11 de novembro a incluir “na mesma cerimónia todos os combatentes, isto é, os da Grande Guerra e os do Ultramar” (LC, 1973). Passam também a ser edificados diversos monumentos logo

⁶⁴ Associada à renovação das instalações militares durante o Estado Novo, que ficaram conhecidos por CANIFA (Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas) (Governo da República, 1961).

⁶⁵ e.g. o RI10 em Bragança em 1929, tinha um espaço museológico, onde se crê que haveria acervo relativo à GG (Nogueiro, 2009).

⁶⁶ Não há registos que entre a GG e a década de 60 houvesse ritualização aos mortos das Guerras Peninsulares (Revista Militar, 1907) ou mesmo das Campanhas de Pacificação do final do século XIX e início do século XX. Pese embora pudessem existir eventos realizados de forma isolada (Synek, 2007).



a partir de 1964, como o de Sousel (LC, 2013). A sua massificação leva a que na mesma localidade e até no mesmo monumento se partilhe o mesmo ritual⁶⁷, algo que se verifica também no interior das unidades militares (Apêndice F).

O 25 de abril de 1974 e o período conturbado que se seguiu, fez com que as cerimónias públicas se realizassem apenas com um carácter simbólico, não havendo espaço para grandes manifestações (LC, 1974a) e havendo dúvidas sobre os propósitos da continuidade (LC, 1974b). Algo que deixa mesmo de ocorrer nas províncias ultramarinas (LC, 1974c).

Este período concretizou ainda alterações dos propósitos da LC (MDN, 1975) e alterações ao nível da regulamentação de cerimoniais e do enquadramento para a realização dos anuais das respetivas unidades, como já foi mencionado.

No caso particular do Exército, os rituais cerimoniais só em 1980 são regulamentados, como os dias festivos, constituindo-se importantes “para [a] formação castrense dos indivíduos e do espírito de corpo das unidades [através das suas] tradições e cerimónias militares” (CR, 1980a) (CR, 1980b). O regulamento anterior não fazia qualquer referência (SG, 1914c), sendo de admitir, portanto, que ficaria dentro do critério de cada unidade a forma como o estabelecer.

Adicionalmente, são dadas às unidades as responsabilidades de “prestar cuidada atenção a tudo que se prenda com estes assuntos, não consentindo que se deixem esquecer tradições [principalmente quando remetem para] acontecimentos que marcaram a sua história e devem ser cuidadosamente guardadas [devendo ainda, no] dia da unidade (...) dar realce ao facto histórico que se comemora e evidenciar figuras e feitos que prestigiaram a unidade” (CR, 1980a).

O enquadramento dos cerimoniais (EME, 1986) (Exército, 2005) veio promover a evocação histórica da GG, quer através da menção das condecorações do seu estandarte nacional, em dias festivos, quer evocando os seus mortos (CEME, 2012d) que, no caso da Marinha, é mais evidente nas cerimónias militares das unidades de fuzileiros (CEMA, 2003). Na FA não se encontra regulamentada qualquer especificação relacionada com o objeto em análise.

Hoje podemos dizer, que a fusão cerimonial dos dois momentos históricos⁶⁸ é materializada simbolicamente pelo Monumento aos Combatentes do Ultramar. Construído

⁶⁷ e.g. Leiria: monumento da GG datado de 1929 e outros alusivos à Guerra de África edificadas em 1966 e em 2009. Na Figueira da Foz, o monumento alusivo à GG datado de 1928, passa a ser partilhado a partir de 2009, em rituais simultâneos aos mortos da GG e da Guerra de África (LC, 2013).

⁶⁸ GG e Guerra de África.



em 1994 em Belém, representa a homenagem aos combatentes da Guerra de África (Magalhães, 2007), concretizando as imagens sociais e políticas dominantes do pós-25 de abril de 1974 (Peralta, 2014). Desde aí, este espaço de partilha de rituais tem vindo a competir com o espaço memorativo do MNMGG, também em Lisboa, não só por razões evocativas, mas sobretudo por razões organizativas (Rodrigues, 2017).

Hoje as cerimónias do 11 de novembro, para além do seu significado original, passaram também a “relembrar e evocar momentos tão significativos para a história recente de Portugal, como sejam a Grande Guerra e a Guerra do Ultramar [sendo] gesto de continuada cultura de honra, reconhecimento e de identidade nacional” (Monteiro, 2014). Também o significado evocativo do 9 de abril realizado no seu local mais simbólico, a Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha, tem hoje uma característica de partilha evocativa com a Guerra de África e com a recente participação portuguesa em Operações de Apoio à Paz. Naquele momento solene que lhe é característico é acrescentada “a presença daqueles que se bateram em Angola, na Índia, em Moçambique, na Guiné, na Bósnia, no Kosovo, no Iraque, no Líbano, na Somália, no Afeganistão (...) ao serviço de uma causa: Portugal” (Rodrigues, 2014), não sendo por isso restrita àqueles que combateram na GG.

5.2. Contexto evocativo

Tal como em outros momentos históricos⁶⁹, vivemos hoje um contexto evocativo do centenário da participação nacional na GG. Tem-se constituído num catalisador de atividades e vontades tendentes à divulgação e promoção do património cultural e histórico, para o qual têm contribuído os ramos das FFAA e a CCEC1GM, constituída para o efeito. De acordo com Walsh e Ungson (1991), este período de recuperação memorativa tem permitido a regeneração e alargamento da sua construção, cujo padrão se estende muito para além do seio das próprias FFAA (Apêndice H e J).

O facilitador organizacional para a sua construção é garantido pelas respetivas instituições de Memória das FFAA, contribuindo para o esforço institucional de promover atividades culturais (CM, 2014a) (CM, 2014b) (CM, 2014c). No Exército, ela é ainda reforçada pela incumbência legal de a preservar e divulgar. Verificamos diferentes formas de integração organizacional, enquanto o Exército as mantém concentradas, sob a Direção de História e Cultura Militar (DHCM), na Marinha e na FA estão disseminadas pelas

⁶⁹ As primeiras comemorações centenárias nacionais, tiveram início no período do Vintismo, decorrente dos ideais liberais (Assis, 2005). Das principais identificam-se as associadas à questão colonial a partir do final do século XIX (Andrade, 2001) e em 1908 com o Centenário das Guerras Peninsulares, a cargo da Comissão Oficial Executiva do Centenário, cujos trabalhos se iniciaram em 1907 e que se prolongariam até 1914 (Revista Militar, 1907).



respetivas estruturas, sendo que estão mais próximas do topo hierárquico. Na prática, elas traduzem a forma de como são utilizadas na política de comunicação de cada um dos ramos (Flambó, 2017).

A aproximação das comemorações do centenário da GG dinamizou sinergias e vontades um pouco por toda a Europa, especialmente na França, que entendeu envolver os países aliados nas suas celebrações nacionais, para as quais Portugal foi convidado (CCEXC1GM, 2012a). No âmbito nacional, diversas entidades académicas e diplomáticas despertaram para o assunto (DHCM, 2012), catalisando a intenção de alargar a cooperação institucional com o Exército, tendo sido criada a Comissão Coordenadora do Exército para as Comemorações dos 100 anos da 1ª Guerra Mundial (CCEXC1GM) (CEME, 2012a). Dos trabalhos preliminares (CCEXC1GM, 2012c), foi decidido que a comissão ficaria na dependência direta do Ministério da Defesa Nacional (MDN), considerado o elevado significado do momento⁷⁰ (MDN, 2012).

Consideramos pertinente a alteração da designação inicial da comissão, relativa ao termo “comemoração” para “evocação”, para a qual é justificada, paradoxalmente pela alusão à “derrota na Batalha de *La Lys*” (CCEXC1GM, 2012a) (Defesa Nacional, 2014a) pela sensibilidade político-militar que o termo pode despertar, contrariamente à ideia da vitória dos aliados sobre os impérios centrais, em cujo desfile de consagração Portugal participou (Borges, 2003).

Assim, fica claro que, mais do que enaltecer a vitória, deverá a instituição evocar “o esforço militar (...) dos soldados que se bateram e morreram pelo seu país, [promovendo] ações que reforcem a coesão nacional, com cerimónias militares de evocação e homenagem (...) a nível nacional e local” (CCEXC1GM, 2012c). Por outro lado, as FFAA assumem a responsabilidade da necessidade da preservação do passado e do seu papel de cidadania de defesa, no sentido de relembrar e aprender com os erros que há 100 anos foram cometidos (Rodrigues, 2017) (Cardoso, 2017).

O impulso inicial foi dado em 2012, envolvendo inicialmente o Exército (CEME, 2012d) e que se estenderia aos restantes ramos e sociedade civil (Tabela 2), promovendo um conjunto de atividades de âmbito local, nacional e internacional.

⁷⁰ CCEXC1GM, constituída por despacho nº 15602/2012 do MDN, por considerar importante o “significado que a I Guerra Mundial teve na história contemporânea portuguesa (...) [devendo por isso ser] evocado e distinguido com um conjunto de iniciativas públicas” (MDN, 2012).



Tabela 2 – Programa geral da CCEC1GM

Ação	Ano	Descrição
Académica	2012	Criar linha de investigação - "Portugal e os 100 Anos da 1ª Guerra Mundial"
Divulgação		Criação de um "sítio" na internet
Divulgação		Estandartes de unidades participantes
Divulgação		Reedição de obras literárias
Divulgação		Roteiro de fontes e bibliografia
Divulgação		Exposições - "Portugal e os 100 Anos da 1ª Guerra Mundial"
Tratamento de Dados		Tratamento de fichas dos militares do CEP
Tratamento de Dados		Elaboração, instrumento de descrição documental do CEP
Restauro		Recuperação de telas
Divulgação	2013	Apresentação pública das atividades 2014-2018
Académica		Lançamento de trabalhos de investigação
Divulgação	2014	Cerimónias - âmbito geral
Divulgação		Exposições - âmbito geral
Académica/divulgação		Congressos - "...Beligerância Portuguesa na 1ª Guerra Mundial"
Divulgação	2015	Cerimónias - âmbito regimental ou outras
Divulgação		Exposições - âmbito regimental ou outras
Académica/divulgação		Congressos - "TO de Angola e os acontecimentos que precedem a beligerância"
Divulgação	2016	Cerimónias - âmbito regimental ou outras
Divulgação		Exposições - âmbito regimental ou outras
Académica/divulgação		Congressos
Divulgação	2017 (TBC)	Cerimónias - âmbito regimental ou outras
Divulgação		Exposições - âmbito regimental ou outras
Académica/divulgação		Colóquio -TO de Moçambique e formação do CEP"
Divulgação	2018 (TBC)	Cerimónias - âmbito regimental ou outras
Divulgação		Exposições - âmbito regimental ou outras
Académica/divulgação		Colóquio -TO de Moçambique e formação do CEP"
Divulgação		Cerimónia Nacional de Encerramento
Divulgação	a partir de Mai14	Programas televisivos

Fonte: adaptado de CEME (2012c) e Defesa Nacional (2014b)

Do exposto, as FFAA têm retido a Memória da GG, através dos seus militares, das instituições de Memória e de impulsos exteriores à própria organização, como é o exemplo da CCEC1GM. Em última análise, são os processos de retenção que permitem a sua subsequente construção, veiculando-a a outros militares, potencializando as instituições de Memória ou ainda dinamizando as próprias representações sociais. Pode ser feita uma analogia ao modelo teórico de Walsh e Ungson (1991) (Figura 13), onde o seu conceito de retenção pode associar as instituições de Memória às estruturas e a função da LC e CCEC1GM às atividades externas. No entanto, enquanto às instituições de Memória consideradas e a LC, coube a retenção memorativa, no caso particular da CCEC1GM, é-lhe cometida a função de recuperação, sendo simultaneamente um catalisador das anteriores. Adicionalmente e atendendo ao modelo de Bandler e Grinder (1979), também conhecido por

modelo de VAK⁷¹, as representações sociais atuais favorecem a sua recuperação, pese embora sendo mais complexas e por isso mais seletivas (Cardoso, 2017) (Pinto, 2017b).

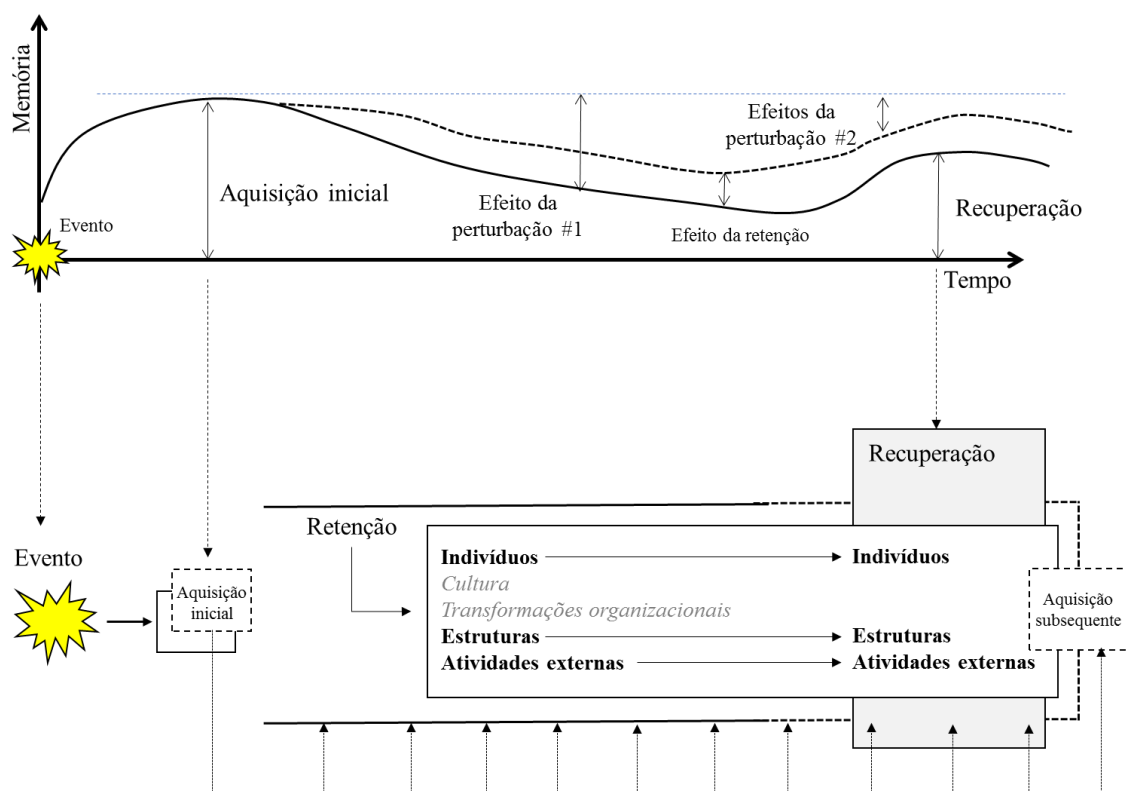


Figura 13 – Retenção e recuperação da Memória

Fonte: adaptado de Walsh e Ungson (1991)

5.3. Síntese conclusiva

Dando resposta à QD4 verificamos que, na sua génese a dialética da construção baseou-se sobretudo em torno de rituais junto dos monumentos e em momentos partilhados com a sociedade civil, sendo essa a sua principal forma de ser veiculada. Voluntária e involuntariamente, a construção memorativa inicial concretizou-se através de uma política de propaganda e por propósitos assistenciais das organizações com quem a Marinha e o Exército partilharam a sua construção. Ao longo do tempo, as vicissitudes políticas determinaram a sua ritualização, se bem que nas unidades militares, a objetivação e ancoragem assumissem características específicas, não só pela particularidade da realização

⁷¹ A aprendizagem e rememoração, são o resultado de três sistemas de representação, o visual, auditivo e cinestésico. A forma de como são apresentados os impulsos, faz depender a forma de como recordamos o impulso transmitido (Bandler & Grinder, 1979). Assim, recordamos 70% do que lemos, 20% do que ouvimos, 30% do que vemos, 50% do que vemos e ouvimos, 80% do que dizemos e 90% do que dizemos e fazemos (Exército, 2011).



das representações sociais, mas também pelo carácter de independência que revelaram relativamente às manifestações de âmbito nacional, de expressão institucional.

Ao nível local, génese da Memória de grupo, a objetivação e ancoragem foi facilitada pela existência de um espaço de empatia entre o objeto da evocação e aqueles que promoveram a representação social, isto é, o militar morto em combate e a respetiva família ou unidade combatente e os camaradas sobreviventes, assim como as gerações seguintes. Algo que não ocorre nas celebrações nacionais, onde há uma identidade com o “Soldado Desconhecido”, que não tem nome, nem rosto.

Com o afastamento temporal dos eventos, surgem dois fenómenos distintos. A construção de novos espaços de Memória nas unidades, como as coleções museológicas e a progressiva evocação de um novo momento, a Guerra de África. Estes dois aspetos, embora tivessem contribuído para a retenção da Memória da GG, retiraram-lhe o carácter de exclusividade memorativa nas FFAA.

Hoje, reconhecendo a sua importância e utilidade institucional, a Memória da GG vive um período de recuperação e com ela um renovado papel das instituições de Memória e uma nova dinâmica de representações sociais.



Conclusões

A investigação associou um conjunto de conceitos que refletem a própria construção da Memória da GG, com o propósito de dar resposta à QC e cumprir com o objetivo de analisar o seu significado e utilidade no seio das FFAA.

Daí que o procedimento metodológico e o modelo de análise adotado, reflitam a associação de tais conceitos. O estudo começou por estabelecer o quadro teórico concetual, onde são reveladas as definições destes conceitos e a forma como se articulam. Concetualmente, são os processos sociais e os diferentes contextos temporais que têm garantido a sobrevivência e a comunicação da Memória às gerações seguintes. Nesta moldura teórica, analisar o objeto constitui-se num desafio que vai para além da historiografia, sendo por isso imperativo atender à multidisciplinariedade das ciências sociais, pois só assim a sua análise é possível.

No segundo capítulo, respondendo à QD1, identificamos os eventos associados aos três TO, cujas ações de combate estão na génese da construção memorativa e que refletem a participação da Marinha e do Exército, bem como o seu impacto na sociedade portuguesa. No âmbito estratégico, apesar da GG se ter saldado na vitória dos aliados e na manutenção do império colonial português, a ela não deixa de estar associada a derrota tática. Contudo, há episódios que se traduzem em glória e vitória, para aqueles que neles participaram, valorizando as virtudes do soldado português.

No capítulo seguinte, foram analisadas diversas manifestações da Memória cumprindo com o objetivo associado à QD2. Foi possível verificar que no período pós-guerra, o esforço foi alicerçado em instituições fora das estruturas das FFAA, mas próximas delas, assumindo uma expressão patriótica de matriz republicana. Tiveram um caráter planeado e com enorme impacto, mesmo quando comparado com outros movimentos, sendo difícil a distinção entre rituais estritamente militares e civis. Contudo, ao nível local e das unidades militares a elas associadas, identificou-se uma comunhão e partilha de rituais em torno dos seus camaradas e conterrâneos, muitas vezes distintas daquelas que tiveram dimensão nacional.

Hoje as representações sociais, embora mantendo o seu padrão original, revelam novas formas que condicionam o acesso ao universo de quem nelas toma parte. Por isso, a sua complexidade de objetivação e ancoragem é maior e consequentemente tornam-se mais seletivas. São disso exemplo as exposições, os seminários ou mesmo o diverso trabalho literário produzido.



Dando resposta à QD3, o quarto capítulo verifica que as instituições de Memória foram vítimas das vicissitudes organizacionais, não tendo capacidade efetiva de recolha e organização de acervo relativo à GG. Contudo, a manutenção de espólios particulares e que ao longo do tempo têm sido doados às instituições, veio a enriquecer o património daquele período e dos museus em particular. Não obstante, cumpriram suficientemente o seu papel de conservadoras de Memória, vendo hoje no recurso às novas tecnologias e em contexto evocativo, uma alteração de paradigma, facilitando a forma de acesso e de organização de toda a Memória. Só assim poderão ser capazes de, também elas ter um papel central na construção memorativa através de representações sociais. Realça-se o carácter excecional do MPGG e a forma de como o arquivo do CEP foi integrado. Sobressaem como considerandos visionários daqueles que, naquela época, pensaram na sua preservação, onde se inclui a profusão de espaços museológicos pelas unidades da Marinha e do Exército.

Finalmente, a construção memorativa baseou-se quase sempre em rituais, muitas vezes com carácter religioso associados a monumentos. Existiu sempre uma simbiose entre a ação da LCGG, mais tarde LC, a Marinha, o Exército e mais recentemente a FA. Ao nível local, as unidades regimentais nunca dispensaram esta relação com os respetivos núcleos da LC. Contudo, concretizamos a ideia de que a Memória preservada no âmbito nacional e institucional e por isso evocando a Memória coletiva, onde a imagem do “Soldado Desconhecido” constitui o melhor exemplo, estiveram sempre sujeitas a forte influência política durante os vários períodos vividos⁷². Já ao nível local ela permaneceu com maior solidez, não só através de manifestações públicas, mas também pelas cerimónias militares e encontros promovidos no interior dos quartéis. Nas duas dimensões, a Memória revelou um carácter de exclusividade de evocação da GG, não estando por isso associado com outro qualquer momento histórico anterior àquele evento.

Contudo e concluindo a resposta à QD4, a ritualização e o progressivo movimento memorativo do esforço militar da Guerra de África passaram a dificultar o processo de ancoragem da Memória da GG, mantendo-se a sua ritualização simultânea e partilhada nos mesmos lugares de Memória.

Avaliando os resultados obtidos face à problemática da investigação, estamos em condições de dar resposta à QC, afirmando que a Memória da GG foi e é preservada em dois universos distintos, no coletivo e no grupo, sendo que revelam evidências que se distinguem

⁷² Os primeiros anos pós-GG, a Revolução de 1926, o Estado Novo, a Guerra de África, o período do 25Abr74 e a década de 1990.



na sua forma de conservação, evocação e preservação. Em ambos universos, o TO Europeu foi predominante nas ações evocativas, pese embora o atual contexto evocativo tenha procurado revelar o TO Africano. A Memória coletiva está profundamente associada à ação da LC, que nas suas formas de construção memorativa é materializada pelo 9 de abril e 11 de novembro. Ao longo do tempo foi permeável à interferência política, oscilando entre períodos de grande intensidade evocativa com outros meramente simbólicos. No início evocaram sobretudo a morte e o esforço daqueles que combateram, revelando ainda um carácter de exclusividade na sua construção. A partir do final da década de 1960 ela começa a revelar traços de sobreposição com uma nova realidade, a Guerra de África.

A Memória de grupo, tem a sua génese logo em 1920, quando são colocadas diversas lápides no interior das unidades militares, criando um espaço para rituais mais restritos àquele universo. Estes rituais estender-se-iam a lugares públicos com a edificação dos monumentos locais muitos deles contíguos às unidades, onde a ritualização dos seus mortos, passou a ter um nome e um rosto. Ao mesmo tempo, os encontros de militares nas unidades onde prestaram serviço são frequentes, normalmente associados aos seus dias festivos. A partir da década de 1950, com a construção dos novos quartéis, assiste-se à edificação de monumentos dedicados aos seus mortos e à criação dos seus próprios espaços de conservação de Memória, através da recolha de espólio particular, armamento e equipamento. Aqui todos os objetos têm uma identidade e uma história que refletem a própria história da unidade.

A Memória de grupo revela traços de vitória e de confraternização entre a geração que combateu e aquela que constrói a sua própria identidade organizacional. A partir do final da década de 1960, quando muitos dos combatentes já tinham morrido, fica mais próxima da Memória coletiva, mantendo nos seus rituais um padrão de sobreposição com o período da Guerra de África.

Feita esta distinção, há ainda a considerar que o Exército é o ramo a quem tem cabido um maior esforço de preservação, bem como, terem sido os monumentos o principal veículo na construção da Memória, em torno dos quais se concretizam as representações com maior significado. Neste âmbito, as instituições de Memória só agora começam a ter um papel mais ativo na construção memorativa. Por outro lado, esta questão vai traduzir-se na atual seletividade e complexidade da sua construção, que é contrária à verificada no pós-guerra, que tinha um carácter mais alargado, quer no seio militar quer na sociedade civil.



Com um carácter singular, a preservação da Memória para as gerações futuras teve subjacente, consciente ou inconscientemente, aquilo a que podemos designar de política de Memória, consubstanciada na sua génese pelos seguintes pilares: (i) criação do MPGG em 1917; (ii) integração de artistas nas unidades militares que participaram na GG; (iii) institucionalização da redação de monografias, a partir de 1920; (iv) colocação de lápides no interior dos quartéis a partir de 1920 e consequente ritualização; (v) partilha de rituais com a LCGG e LC; (vi) edificação de monumentos no interior dos quartéis a partir da década de 50; (vii) criação de espaços museológicos no interior das unidades. Hoje, em período evocativo e por isso de recuperação memorativa, esta política é materializada pela ação da CCEC1GM.

Finalmente, para além da retenção memorativa na organização, considera-se que a Memória da GG é importante e útil, porquanto estar associada aos momentos nobres da instituição e representar dois aspetos centrais: (i) as FFAA, tendo um papel de cidadania orientada para a defesa, assumem a responsabilidade de promover o património histórico, que sendo da instituição militar, representa o próprio património nacional; (ii) é um processo de lição aprendida, orientado não só para todos os quadros militares, mas também para a sociedade em geral, no sentido de manter a consciência de que há contextos históricos que conduzem ao erro e é esse erro que deve ser evitado, sob pena de um elevado custo para a nação.

Reconhecemos que esta investigação trouxe contributos para o conhecimento, não só relativos ao objeto, como também a novos conhecimentos teóricos. No primeiro, articulando e definindo um corpo de conceitos orientados para a compreensão deste fenómeno social e a sua dinâmica de construção. No segundo, identificando duas hipóteses a considerar em trabalhos futuros. Hipótese 1 – a Memória da GG nas FFAA é preservada em duas dimensões distintas, coletiva e grupo. Hipótese 2 – os processos memorativos associados à GG, constituíram-se num elemento inovador nas FFAA.

Como recomendação de ordem prática e atendendo ao momento evocativo, parece oportuno refletir sobre os momentos históricos em que as forças militares têm participado. É neste sentido que se deve vislumbrar uma estratégia, estabelecendo as políticas de Memória, não só do passado como também daqueles em que a instituição militar se revê no presente e que devam ser veiculadas no futuro. A Memória não é uma reflexão espontânea do presente relativamente ao passado, é antes a consequência de estímulos que a instituição deve considerar representar, apoiando-se para tal em dois elementos centrais: as instituições



de Memória e as representações sociais. Tal como a jovem república premeditou a construção da Memória, também hoje deverá ser pensado como se quer que a Memória da Guerra de África ou das Operações de Apoio à Paz seja construída e veiculada. Neste particular, só uma estratégia de retenção de Memória permitirá o alinhamento do coletivo, do grupo, com o indivíduo e assim permitir a sua construção memorativa.

Como limitações à investigação e dada a delimitação temática do trabalho, consideramos aquelas associadas ao facto de não terem sido consideradas outras entidades de análise, como os órgãos de audiovisuais dos ramos, arquivos históricos de outros ministérios, arquivos de unidades do Exército e Marinha, arquivos municipais onde unidades, que estão ou estiveram sediadas, e ainda a diversa imprensa nacional e regional da época.

Do exposto nesta investigação e atendendo à profundidade e complementaridade que esta temática merece, considera-se oportuna a concretização de linhas de investigação deixadas em aberto, tais como: (i) analisar os efeitos da perturbação sobre a Memória da GG; (ii) definir uma política de Memória para as FFAA; (iii) analisar as transições dos processos de construção memorativa entre as Guerras Peninsulares, a GG e a Guerra de África; (iv) conduzir um estudo de caso a uma unidade regimental sobre os processos de construção memorativa desde as guerras peninsulares; (v) definir que narrativa da Memória coletiva e de grupo foi criada sobre a participação militar na GG.

Como consideração final, atendendo aos propósitos evocativos, a Memória da GG sofreu mutações ao longo destes 100 anos, inclusive no seio das FFAA. Aquela que hoje nos chega, mais do que um veículo de propaganda, de motivação solidária ou de espaço de empatia social, é veículo de valores próprios da comunidade castrense, cujo papel de cidadania de defesa se deverá alargar à sociedade em geral. A sua materialização, constitui-se um desafio de hoje e de amanhã, cujos obstáculos, só a resiliência cultural das organizações consegue vencer. Preservar e potenciar a Memória da GG nas FFAA como elemento catalisador de vontades e identidade, é uma responsabilidade individual, sobretudo daqueles a quem cabe liderar.



Bibliografia

Referências bibliográficas

- Abbagnano, N., 2003. *Dicionário de Filosofia*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- Abreu, L., MUSAR_CONSERV@emfa.pt, 2017. *Inquérito aos Museus Militares*. [correio eletrónico] mensagem para M. A. F. Cordeiro (cordeiro.maf@ium.pt) . Enviado a 09 de fevereiro de 2017 às 12:40. Disponível em: <<https://outlook.office.com/owa/?realm=ium.pt&path=/mail/AAMkAGNiMjQ0NGY5LTU4N2EtNGJkYi1hZDYwLTU4NWYwOGQxOTgxMgAuAAAAAACNrKDts6bPRbEq3xh0PHI3AQDP60OSi0gGSL0J3Tjfm3EtAACe1I5aAAA%3D>> [Acedido em 09 de fevereiro de 2017].
- Abrieu, J.C., 1994. *Pratiques Sociales et Représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Academia de Marinha, 2014. A participação da Marinha na Grande Guerra (1914-1918). *Revista da Armada*, dezembro, p. 491.
- Aguiar-Branco, J. P., 2014. Ministro da Defesa Nacional. *Revista Militar*, maio, pp. 357-551.
- AHM, 1930. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. I. Lisboa: AHM.
- AHM, 2007. *Guia do Arquivo Histórico Militar*. Lisboa: AHM.
- AHM, 2017. *Genealogia em Registos Militares* [Em linha] Disponível em: <https://arqhist.exercito.pt/> [Acedido em 7 de fevereiro de 2017].
- Albuquerque, L. S., albuquerque.lpcs@mail.exercito.pt, 2017. *Inquérito aos Museus Militares*. [correio eletrónico] mensagem para M. A. F. Cordeiro (cordeiro.maf@ium.pt). Enviado a 13 de fevereiro de 2017 às 11:37. Disponível em: <<https://outlook.office.com/owa/?realm=ium.pt&path=/mail/AAMkAGNiMjQ0NGY5LTU4N2EtNGJkYi1hZDYwLTU4NWYwOGQxOTgxMgAuAAAAAACNrKDts6bPRbEq3xh0PHI3AQDP60OSi0gGSL0J3Tjfm3EtAACe1I5aAAA%3D>> [Acedido em 13 de fevereiro de 2017].
- Andrade, L.O., 2001. *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: Minerva-História.
- Ângela, M. B., 2007. Memória e Sociedade Contemporânea: Apontando Tendências. *Revista ACB*, jul-dez, Vol 12, pp. 161-176.



- Anjos, A., alexandraanjos@gmail.com, 2017. *Inquérito aos Museus Militares*. [correio eletrónico] mensagem para M. A. F. Cordeiro (cordeiro.maf@ium.pt). Enviado a 1 de março de 2017 às 17:19. Disponível em: <
<https://outlook.office.com/owa/?realm=ium.pt&path=/mail/AAMkAGNiMjQ0NGY5LTU4N2EtNGJkYi1hZDYwLTU4NWYwOGQxOTgxMgAuAAAAACNrKDts6bPRbEq3xh0PHI3AQDP60OSi0gGSL0J3Tjfm3EtAACe1I5aAAA%3D>> [Acedido em 1 de março de 2017].
- AR, 2004. *Lei Quadro dos Museus Portugueses* (Lei nº47/2004 de 19 de agosto). Lisboa: Diário da República.
- Arrifes, M.F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Cosmos, Instituto de Defesa Nacional.
- Ascensão, R., 1928. *Monografia Militar sobre Cavalaria nº 2 na Grande Guerra (1914-1918)*. Porto: Imprensa Nacional.
- Assis, J.L., 2005. A Revista Militar: O Centenário da Guerra Peninsular e o Culto dos Heróis. *Revista Militar*, nº 2454, out, pp, 1079-1090.
- Bandler, R. e Grinder, J., 1979. *Frogs into princes. Neuro linguistic programing*. Utah: Real People Press.
- Barbosa, E., 1915. Sul d'Angola: os alemães invadindo a província. O massacre de Cuangar e a retirada em Naulila. *Revista Militar*, (67/1) janeiro, pp. 19-41.
- BibEx, 2017. *Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional*. [Em linha] Lisboa: Biblioteca do Exército:
http://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=14571HG896213.13423&limitbox_6=LOC01+%3D+BIBEX&menu=search&aspect=subtab15&npp=20&ipp=20&sp=20&profile=bibex&ri=28&source=~!dglb&index=.SW&term=Primeira+Guerra+Mundial&aspect=subtab15#focus, [Acedido em 5 de janeiro de 2017].
- Borges, J. V., 2003. Portugal depois da guerra. A questão militar. In: Afonso, A., Gomes, C. M. *Portugal Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Diário de Notícias. pp. 570-574.
- Braga, E. d. S., 2000. *A Construção Social da Memória*. Ijuí: Unijuí.
- Bucho, J. J. R., musmilelvas.diretor@mail.exercito.pt, 2017. *Inquérito aos Museus Militares*. [correio eletrónico] mensagem para M. A. F. Cordeiro (cordeiro.maf@ium.pt). Enviado a 14 de fevereiro de 2017 às 09:21. Disponível em:
<
<https://outlook.office.com/owa/?realm=ium.pt&path=/mail/AAMkAGNiMjQ0NGY5>



[LTU4N2EtNGJkYi1hZDYwLTU4NWYwOGQxOTgxMgAuAAAAAACNrKDts6bPRbEq3xh0PHI3AQDP60OSi0gGSL0J3Tjfm3EtAACe1I5aAAA%3D>](http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/Eventos.aspx?Paged=Prev&p_St artTimeUTC=20170113T235959Z&View=%7b86A77A37-EC3A-46F3-9DAC-120CAEC90F9F%7d) [Acedido em 14 de fevereiro de 2017].

- Buelens, G., 2016. The Languages of Remembrance. An Attempt at a Taxonomy. In: Declercq, C. e Walker, J., 2016. *Languages and the First World War: Representation and Memory*. Southampton: Palgrave Studies. pp.199-213.
- Calamote, A.S., c.1990. Bibliotecas Militares. Breve reflexão. *Revista Militar*, pp. 757-786.
- Carvalho, J. E., 2009. *Metodologia do trabalho científico. «Saber-Fazer» da investigação para dissertações e teses*. 2ª ed. Lisboa: Escolar Editora.
- Carvalho, M., 2015. *A Guerra que Portugal quis esquecer*. 1ª edição. Lisboa: Porto Editora.
- CCECIGM, 2013. *100 anos da Grande Guerra*. [Em linha] Lisboa: CCECIGM. Disponível em:
http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas/Eventos.aspx?Paged=Prev&p_St artTimeUTC=20170113T235959Z&View=%7b86A77A37-EC3A-46F3-9DAC-120CAEC90F9F%7d, [Acedido em 14 de janeiro de 2017].
- CCEXC1GM, 2012a. *Comemorações dos 100 anos da 1ª Guerra Mundial* (Informação s/n de 23Mai12). Lisboa: DHCM.
- CCEXC1GM, 2012b. *Evocação dos 100 da 1ª Guerra Mundial* (Informação nº2 de 28Jun). Lisboa: DHCM.
- CCEXC1GM, 2012c. *Conceito de Ação do Centenário da I Guerra Mundial* (Informação s/n de 7 de novembro de 2012). Lisboa: DHCM.
- CEHM, 1991. *Genealogia dos Corpos do Exército – 1ª Parte (Armas)*. *Cadernos de História Militar nº 13*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico-Militar.
- CEHM, 1993. *Genealogia dos Corpos do Exército – 2ª Parte (Serviços)*. *Cadernos de História Militar nº 19*. Lisboa: Direção do Serviço Histórico-Militar.
- CEMA, 2003. *Cerimonial na Armada*. Lisboa: GabCEMA.
- CEME, 2008. *Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército* (Despacho nº96/CEME/08 de 22Abr). Lisboa: Chefe de Estado-Maior do Exército.
- CEME, 2012a. *Comemorações dos 100 anos da 1ª Guerra Mundial* (Despacho nº58/CEME/12 de 20 de março). Lisboa: Chefe de Estado-Maior do Exército.
- CEME, 2012b. *Comemorações Internacionais do Centenário da 1ª Guerra Mundial* (Memorando nº97/CEME/12 de 05Jun). Lisboa: Chefe de Estado-Maior do Exército.



- CEME, 2012c. *Evocação do Centenário da 1ª Guerra Mundial* (Memorando nº140/CEME/12 de 29Ago). Lisboa: Chefe de Estado-Maior do Exército.
- CEME, 2012d. *Uniformização das Cerimónias de Homenagem aos Mortos* (Despacho nº46/CEME/12 de 24 de fevereiro). Lisboa: Chefe de Estado-Maior do Exército.
- Cesar, V.J., 1922a. Biblioteca do Ministério da Guerra. *Revista Militar*, pp. 330-336.
- Cesar, V. J., 1922b. *Bibliografia da Grande Guerra*. Lisboa: Padrões da Grande Guerra.
- CM, 1994. *Organização e funcionamento das Instituições Culturais da Marinha* (Decreto Regulamentar nº 35/94 de 1 de setembro). Lisboa: Diário da República – 1ª Série.
- CM, 2014a. *Lei Orgânica da Marinha* (Decreto-Lei nº185/2014 de 29 de dezembro). Lisboa: Diário da República – 1ª Série.
- CM, 2014b. *Lei Orgânica do Exército* (Decreto-Lei nº186/2014 de 29 de dezembro). Lisboa: Diário da República – 1ª Série.
- CM, 2014c. *Lei Orgânica da Força Aérea* (Decreto-Lei nº187/2014 de 29 de dezembro). Lisboa: Diário da República – 1ª Série.
- CNMMGG, 1932. *Relatório da Comissão*. Lisboa: Comissão Nacional do Monumento aos Mortos da Grande Guerra.
- Coelho, A.M., 2014. O Expansionismo alemão em África. *Revista Militar*, maio, pp. 365-392.
- Cordeiro, M.A.F., 2017a. *Espaço Museológico da Escola de Tecnologias Navais - Memorial dos Mortos em Campanha do Corpo de Marinheiros*. [Fotografia] (Recolhida a 9 de fevereiro de 2017 na Escola de Tecnologias Navais). Lisboa: repositório pessoal.
- Cordeiro, M.A.F., 2017b. *Espaço Museológico da Escola de Tecnologias Navais - Memorial com relato do General Pereira d'Eça*. [Fotografia] (Recolhida a 9 de fevereiro de 2017 na Escola de Tecnologias Navais). Lisboa: repositório pessoal.
- Cordeiro, M.A.F., 2017c. *Parada da Escola de Tecnologias Navais - Memorial alusiva às ações em que tomou parte pessoal do Corpo de Marinheiros desde a sua criação*. [Fotografia] (Recolhida a 9 de fevereiro de 2017 na Escola de Tecnologias Navais). Lisboa: repositório pessoal.
- Correia, S., 2009. A Memória da Guerra. In: Rosas, F. e Rollo, M.F., 2009. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 349-370.
- Correia, S., 2015. *Entre a Morte e o Mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933)*. Lisboa: Círculo de Eleitores.



- Correia, S. e Janeiro, H.P., 2013. War culture in the First World War: on the Portuguese participation. *e-Journal of Portuguese History*, Vol 11 (2).
- Costa, G. da, 1925. *Portugal na Guerra: a Guerra das Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Costa, A. J. P. da, 2005. *Os Generais do Exército Português II Volume*, II Tomo: Lisboa: BibEx.
- CPGG, 1931. *Relatório da Comissão Executiva da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, referido a 31 de dezembro de 1930*. Porto: Lito Nacional.
- CPGG, 1936. *Relatório Geral da Comissão dos Padrões da Grande Guerra (1921-1936)*. Lisboa: CPGG.
- CR, 1980a. *Regulamento do Serviço Geral do Exército – Parte II experimental* (Decreto nº 49/80 de 22 de julho). Lisboa: Diário da República.
- CR, 1980b. *Regulamento do Serviço Geral do Exército – Parte II* (Decreto nº 518/80 de 5 de novembro). Lisboa: Diário da República.
- Crespo, V., 1995. Um património de que a Marinha se orgulha. *Revista da Marinha*, nº 280 set-out, pp. 17-20.
- Defesa Nacional, 2014a. *Sociedade Civil- Centenário da Grande Guerra 14-18*. [Em linha] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UCtQOyv9ljM>, [Acedido em 20 de janeiro de 2017].
- Defesa Nacional, 2014b. *RTP associa-se à evocação do Centenário da Primeira Guerra Mundial*. [Em linha] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wSXu7CbbcgI>, [Acedido em 20 de janeiro de 2017].
- DHCM, 2012. *Exército Português nas Comemorações dos “100 anos da 1ª Guerra Mundial”* (Informação nº13/RPC/12 de 12Mar12). Lisboa: DHCM.
- DHCM, 2013. *Evocação do Centenário da Grande Guerra, participação do Exército* (Informação nº13/DHCM de 25 de março de 2013). Lisboa: DHCM.
- Duarte, A.P., 2016. Pensar Estrategicamente Portugal: a Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial. *Nação e Defesa*, nº145, pp.8-23.
- Dupont, C. 2007. Libraries, archives, and museums in the twenty-first century: Intersecting missions, converging futures? *A Journal of Rare Books, Manuscripts, and Cultural Heritage* 8, no. 1.
- EME, 1986. *Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército* (Despacho do CEME de 3 de fevereiro de 1986). Lisboa: EME.



- EME, 1995. *Estudo de Pesquisa sobre a Intervenção Portuguesa na I Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres*. Lisboa: Direção de Documentação de História Militar.
- EPC, 2017. *Fotos – Escola Prática de Cavalaria - Santarém*. [imagem eletrónica]. Disponível em <https://www.facebook.com/groups/198411803520284/photos/>, [Acedido em 23 de janeiro de 2017].
- EPI, 2017. *Fotos – EPI*. [imagem eletrónica]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=587958977910165&set=g.311446564234&type=1&theater>, [Acedido em 23 de janeiro de 2017].
- Esgalho, P., 2014. *O Combate de Naulila*. Viseu: Quartzô Editora.
- Exército, 1911a. *Criação do Arquivo Histórico* (Ordem do Exército 2ª Série, nº11 de 04mai11), Lisboa: Ordem do Exército.
- Exército, 1911b. *Criação do Arquivo Histórico* (Ordem do Exército 1ª Série, nº11 de 26mai11), Lisboa: Ordem do Exército.
- Exército, 1914. *Regulamento da Biblioteca do Ministério da Guerra e Bibliotecas Regimentais* (Ordem do Exército 1ª Série, nº6 de 1914, pp. 247-261), Lisboa: Ordem do Exército.
- Exército, 1921. *Regulamento para a Organização do Arquivo Histórico Militar* (Ordem do Exército 1ª Série, nº12 de 1921, pp. 602-608), Lisboa: Ordem do Exército.
- Exército, 2005. *Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército – I Parte* (Despacho do CEME de 14 de setembro de 2005). Lisboa: Exército Português.
- Exército, 2011. *Manual – Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores*. Lisboa: Exército Português.
- Ferreira, J. J. B., 2016. A Aviação Nacional na I Guerra Mundial: uma atuação quase desconhecida. *Revista Militar*, maio 2016, pp. 521 - 538.
- Fraga, L.A., 2003a. Portugal e a Grande Guerra. Balanço Estatístico. In: Afonso, A., Gomes, C. M., 2003a. *Portugal Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Diário de Notícias. pp.547-552.
- Fraga, L.A., 2003b. Arquivos e Locais de memória portugueses. In: Afonso, A., Gomes, C. M., 2003. *Portugal Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Diário de Notícias. p.586-587.
- Freixo, M.J.V., 2012. *Metodologia Científica. Fundamentos, métodos e técnicas*. 4ª edição. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fussell, P., 1975. *The Great War and Modern History*. London: Oxford University Press.



- Galope, F., 2014. *O Herói Português da I Guerra Mundial*. Lisboa: Matéria-Prima.
- Gil, F., 1984. *Enciclopédia: 1. Memória - História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Gil, J.C.F., 1919. A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses. O esforço da expedição de 1916. *Revista Militar*, jun/jul, pp- 331-352.
- Gilbert, M., 2013. *A Primeira Guerra Mundial*. 3ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Governo da República, 1961. *Criação da Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas* (Decreto-Lei nº44 110 de 21 de dezembro). Lisboa: Diário da República – 1ª Série.
- Guedes, A. M., 1957. *Queen Elizabeth's visit Portugal*. In: Lisbona, Cultural Publication of the Lisbon Municipal Council, year XVIII, nr 72, pp. 13-30.
- Guerra, I.C., 2006. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Parede: Principia.
- Halbwachs, M., 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Hjørland, B., 2000. Documents, Memory Institutions and Information Science. *Journal of Documentation*, vol. 56, nº1 january, pp. 27-41.
- Horne, J., 2008. Defeat and Memory in Modern History. In: Macleod J., 2008. *Defeat and Memory. Cultural histories of militar defeat in the Modern Era*. London: Palgrave Macmillan.
- Hyes, S., 1991. *A War Imagined. The Great War and English Culture*. London: Bodley Head.
- IESM, 2016. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Pedrouços: IESM.
- Inso, J. C., 2015. *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha.
- Instituto de Psicologia, 2005. *Representação Social* [Em linha] Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v6n2/artigos/html/v6n2a03.html> [Acedido em 22 de fevereiro de 2017].
- Isnenghi, M., 1970. *Il mito della Grande Guerra: da Marinetti a Malaparte*. Bari: Laterza.
- IWM, 2017. *Who set up the Imperial War Museums*. [Em linha] London: IWM. Disponível em: <http://www.iwm.org.uk/history/who-set-up-the-imperial-war-museums>, [Acedido em 12 de abril de 2017].
- Izquierdo, I., 2004. *Sobre Memória*. São Leopoldo: Editora Unisinos.



- João, M.I.C., 1999. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Dissertação de Doutoramento em História. Lisboa: Universidade Aberta.
- Jodelet, D., 1992. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: S. Moscovici, S., ed., 1992. *La psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 357-389.
- LC, 2013. *Monumentos aos Combatentes da Grande Guerra e do Ultramar*. Lisboa: Liga dos Combatentes.
- LC, 2017. *Organização. Resenha Histórica* [Em linha]. Disponível em: http://www.ligacombatentes.org.pt/organizacao/resenha_historica [Acedido em 20 de fevereiro de 2017].
- LCGG, 1934. *Relatório da Gerência de 1931 a 1934*. Lisboa: Tipografia da LCGG.
- Le Goff, J., 1996. *History and Memory*. New York: Columbia University Press.
- Leal, E.C., 2003. Memória, literatura e ideologia. Saudade, heroísmo e morte. In: Afonso, A. E Gomes, C.M., 2003. *Portugal. Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias. pp. 588-597.
- Lettow-Vorbeck, P. E.v., 1923. *As minhas Memórias da África Oriental*. Traduzido por A. P. Ramos. Évora: Ministério da Guerra.
- Machado, M., 2015. *Museu do Ar – Sintra* [Em linha] Lisboa: Operacional. Disponível em: <http://www.operacional.pt/museu-do-ar-sintra/>, [Acedido em 20 de janeiro de 2017].
- Magalhães, A., 2007. *Monumento aos Combatentes do Ultramar (1961-1974)*. Lisboa: Europress.
- Martins, I., 2016. Fundador da Liga dos Combatentes. *Combatente*, nº378, dezembro, pp. 14-15.
- Marques, J.F., et al., 2014. *A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas*. Trabalho de Investigação de Grupo do CEM-E 2014. Pedrouços: IESM.
- MDN, 1975. *Introduz alterações no Estatuto da Liga dos Combatentes da Grande Guerra*. (Portaria nº745/75 de 16 de dezembro). Lisboa: Diário da República 1ª Série.
- MDN, 2012. *Constituição da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da 1ª Guerra Mundial* (Despacho nº15601/2012 de 27 de novembro). Lisboa: Diário da República 2ª Série.
- MDN, 2017. *Memorial aos Mortos da Grande Guerra*. [Em linha] Lisboa: SG/MDN. Disponível em: <http://www.memorialvirtual.defesa.pt/Paginas/Inicio.aspx> [Acedido em 7 de fevereiro de 2017].



- Meneses, F.R., 2004. *Portugal 1914-1926: from the First World War to Military Dictatorship*. Bristol: HiPLAM.
- Meneses, F.R., 2006. A Comemoração da Grande Guerra em Portugal, 1919– 1926. *Revista Portuguesa de História*, vol. 38, 109–133.
- Meneses, F.R., 2010. Intervencionistas e Anti-intervencionistas. In: Rosas, F. e Rollo, M.F., 2009. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 267-276.
- Meneses, F.R., 2011. Salazar, the Portuguese Army and Great War Commemoration, 1936-45. *Contemporary European History*, vol. 20 (4), November 2011, 405–418.
- Meneses, F.R., 2012. Os Limites do Salazarismo: o exército e as comemorações da Primeira Guerra Mundial, 1936 1945. In: Martins, F., 2012. *A Formação e a Consolidação Política do Salazarismo e do Franquismo. As décadas de 1930 e 1940*. Lisboa: Colibri, pp.137-153.
- MG, 1920. *Elaboração de Monografias do período da Grande Guerra (1914-1918)* (Portaria nº 2:536 de 19 de novembro de 1920). Lisboa: Ordem do Exército 1ª Série.
- MG, 1924. *Aprovação dos Estatutos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra*. (Portaria nº 3:888 de 29 de janeiro de 1924, pp. 186-196). Lisboa: Diário do Governo n.º 22/1924 - Série I.
- MG, 1929. *Regulamento para o serviço do Ministério da Guerra* (Decreto nº17:320 de 10 de setembro de 1929). Lisboa: Diário do Governo.
- MG, 1932. *Estatutos da CPGG* (Decreto-Lei nº 21:652 de 8 de setembro de 1932) Lisboa: Diário do Governo.
- MG, 1934. *Suspensão dos Estatutos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra* (Portaria nº 7:826 de 18 de maio). Lisboa: Diário da República 1ª Série.
- Monteiro. A. P., 2014. Alocução do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas por ocasião do 96º Aniversário do Dia do Armistício, 91º Aniversário da Liga dos Combatentes e 40º Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar e evocação do Centenário da Grande Guerra. In: Liga dos Combatentes, 2014. *Cerimónias oficiais das Comemorações do Aniversário do Armistício, do Aniversário da Liga dos Combatentes e do Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar*. Lisboa, 11 de novembro de 2014.



- Moraes, P. R. d. et al., 2014. *Revistas Eletrónicas*. [Em linha] Disponível em: http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2013/teoria_re_presentacoes.pdf [Acedido em 1 dezembro 2016].
- Morigi, V., Rocha, C. P. V. e Semensatto, S., 2012. Memória, representações sociais e cultura imaterial. *Morpheus*, nº14, pp. 182-191.
- Moscovici, S., 1979. *El psicoanálisis, su imagen y su público*. 2ª ed. Buenos Aires: Huemul.
- Mosse, G.L., 1990. *Fallen Soldiers. Reshaping the memory of the world wars*. Oxford: Oxford University Press.
- Mosse, G.L., 1999. *De la Grande Guerre au totalitarisme. La brutalisation des sociétés européennes*. Paris: Hachete Littératures.
- Município de Oeiras, 2017. *Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios – Oeiras 2014*. [Em linha] Oeiras: Município de Oeiras. Disponível em: <http://www.cm-oeiras.pt/noticias%5CPaginas/DiaInternacionalMonumentosSitios.aspx>, [Acedido em 20 de janeiro de 2017].
- Musée de la Grande Guerre, 2017. *Musée de la Grande Guerre*. [Em linha] Pays de Meaux: Musée de la Grande Guerre. Disponível em: <http://www.museedelagrandeguerre.eu/en.html> [Acedido em 18 de abril de 2017].
- Musée Somme, 2017. *Création du Musée*. [Em linha] Albert: Musée Somme 1916. Disponível em: http://www.musee-somme-1916.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=305&lang=en [Acedido em 12 de abril de 2017].
- Neves, B. G. N., [goncalves.neves@marinha.pt](mailto:gonalves.neves@marinha.pt), 2017. *Inquérito aos Museus Militares*. [email] mensagem para M. A. F. Cordeiro (cordeiro.maf@ium.pt). Enviado a 17 de fevereiro de 2017 às 20:23. Disponível em: <https://outlook.office.com/owa/?realm=ium.pt&path=/mail/AAMkAGNiMjQ0NGY5LTU4N2EtNGJkYi1hZDYwLTU4NWYwOGQxOTgxMgAuAAAAACNrKDts6bPRbEq3xh0PHI3AQDP60OSi0gGSL0J3Tjfm3EtAACe1I5aAAA%3D> [Acedido em 17 de fevereiro de 2017].
- Nogueiro, E., 2009. *Museu Militar de Bragança: Fundação*. Tese de Mestrado de Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira, A. N. R. de, 1993. *História do Exército Português (1910-1945) – Vol II*. Lisboa: EME.



- Oliveira, A. N. R. de, 1994. *História do Exército Português (1910-1945) – Vol III*. Lisboa: EME.
- Oliveira, A. N. R. de, 1995. *História do Exército Português (1910-1945) – Vol IV*. Lisboa: EME.
- ONAGVG. 2017, *Office National des Ancients Combattants et Victimes de Guerre* [Em linha] Paris: ONAGVG. Disponível em <http://www.onac-vg.fr/fr/onacvg/historique/> [Acedido em 21 de fevereiro de 2017].
- Peixoto, A.C.S., Fonseca, H.O. e Oliveira, R.M.S.R., 2013. Anclagem. *Cadernos Cespuc – Universidade Católica de Minas Gerais*, nº23, pp. 8-12.
- Peniche, A.S.V., 2015. A Junta Patriótica do Norte (1916-1918): Ação e assistência às vítimas de guerra. In: Pereira, G.M., Alves, J.F., Meireles, M.C., 2015. *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*. Lisboa: CITCEM, pp. 257-270.
- Peralta, E., 2014. O Monumento aos Combatentes: a performance do Fim do Império no espaço sagrado da Nação. In: Godinho, P., ed. 2014. *Antropologia e Performance. Agir, atuar, exhibir*. Castro Verde: 100Luz. pp. 215-238.
- Pereira, J.A.R., 2013. *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Pereira, J.A.R., 2014. A Marinha na Grande Guerra. O Teatro de Operações de África. *Revista Militar*, vol. 66 (5), pp.459-471.
- Pereira, J.A.R., 2016. A Marinha na Grande Guerra. Teatros de Operações da Europa, Atlântico e Mediterrâneo 1914-1918. *Revista Militar*, maio, pp- 489-519.
- Pinto, A.S., 2017a. O Exército Português e a Grande Guerra. *Revista Militar*, nº2/3 – fev/mar, pp. 189-206.
- Pinto, J.L.L., 2003. Biblioteca Central de Marinha. Um valioso património bibliográfico e documental. *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXXIII, out-dez, pp. 733-740.
- Pinto, J.L.L., 2010. O Cruzador “Adamastor”. *Revista da Armada*, ed. 437, janeiro 2010.
- Pinto, J.L.L., 2013, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra* [Em linha] Lisboa: CCECIGM. Disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Lists/Artigos%20e%20Textos/DispForm.aspx?ID=49> , [Acedido em 28 de janeiro de 2017].
- Pires, N.C.B.L., 2014. Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da Revista Militar. *Revista Militar*, Maio 2014, pp.429-458.



- Pomian, K., 1998. De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d'histoire. *Revue de Métaphysique et de Morale*, Janvier-Mars, pp. 63-114.
- Porto Editora, 2011. *Dicionário de Língua Portuguesa 2011*. Porto: Porto Editora.
- Presidência do Ministério, 1920. *Feriado Nacional* (Ordem do Exército nº 6 de 4 de junho - 1ª série). Lisboa: Presidência do Ministério.
- RAL, 1992. *Guarda de Honra ao Túmulo do Soldado Desconhecido*. (Diretiva nº 02/92 de 18 de março de 1992). Leiria: RAL.
- Rego, A. D. R., 1963. *Lições de Metodologia e Ciências Históricas*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- Revista Militar, 1907. Comemoração Centenária da Guerra da Península. *Revista Militar*, nº11, pp. 761-766.
- RI2, 1960. *Anuário do Regimento de Infantaria nº2*. Abrantes, RI2.
- RI13, 2001. *Anuário do Regimento de Infantaria nº13*. Vila Real: RI13.
- RI14, 2005. *Anuário do Regimento de Infantaria nº14*. Viseu: RI14.
- RI15, 2005. *Anuário do Regimento de Infantaria nº15*. Tomar: RI15.
- RMN, 2006. *Guarda de Honra ao Soldado Desconhecido*. (Nota nº1877/Pess Pº 1.3.06 de 16 de maio de 2006). Porto: RMN.
- Robinson, H., 2012. Remembering things differently: museums, libraries and archives as memory institutions and the implications for convergence. *Museum Management and Curatorship*, vol. 27, nº4, october, pp. 413-429.
- Rodrigues, J.C., 2014. Alocução do Presidente da Liga dos Combatentes. In: Liga dos Combatentes, 2014. *Cerimónias do Dia do Combatente*. Batalha, 5 de abril de 2014.
- Rouquette, M.L., 1994. *Sur la Connaissance des Masses*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Sá, C. P. d., 1998. *A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EduRJ.
- Serejo, C.M.R., 2012. *Subsídios para a História da Força Aérea*. Alfragide: Força Aérea Portuguesa.
- SG, 1911. *Criação da Aerostação Militar* (Ordem do Exército de 25 de maio de 1911 – 1ª série). Lisboa: Secretaria da Guerra.
- SG, 1914a. *Criação da Escola Aeronáutica Militar* (Ordem do Exército nº 12 1ª série de 14 de maio de 1914 p. 420, Lei nº 162). Lisboa: Repartição do Gabinete.



- SG, 1914b. *Constituição das Expedições para Angola e Moçambique* (Ordem do Exército nº 19 1ª série de 18 de agosto de 1914 p. 1209-1215). Lisboa: Repartição do Gabinete.
- SG, 1914c. *Regulamento Geral do Serviço do Exército* (Ordem do Exército nº 16 de 11 de julho de 1914 pp. 807-1004, Decreto de 6 de junho de 1914). Lisboa: Repartição do Gabinete.
- SG, 1917. *Criação do Museu Português da Grande Guerra* (Publicação na Ordem do Exército nº 14 de 27 de outubro - 1ª série, do Decreto do Governo nº 3:468 de 19 de outubro de 1917). Lisboa: Repartição do Gabinete.
- SG, 1918. *Anulação do Decreto nº 3:468 de 19 de outubro de 1917* (Publicação na Ordem do Exército nº 3 de 6 de março - 1ª série, do Decreto do Governo nº 3:920 de 28 de janeiro de 1918). Lisboa: Repartição do Gabinete.
- Silva, M. H., 2006. *Dicionário de Conceitos Históricos - Memória*. [Em linha] Disponível em: http://www.igt.f.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_MEM%C3%93RIA.pdf [Acedido em 30 novembro 2016].
- Silva, E. F. F., 2015. *Estação Literária: Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina, Paraná*. [Em linha] Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/estacaoliteraria/issue/view/1204> [Acedido em 1 dezembro 2016].
- Simões, J. A. C., 2006. *A História do Regimento de Infantaria nº15*. Tomar: Câmara Municipal de Tomar.
- Sinson, O. R. d. M. V., 2001. *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas: Unicamp.
- Stanley, J., 2000. Involuntary commemorations: post-traumatic stress disorder and its relationship to war commemoration. In: Ashplant, T.G., Dawson, G. e Roper, M., 2000. *The Politics of War Memory and Commemoration*. London: Routledge, pp.240-259.
- Sure, Y. e Studer, R., 2005. Semantic Web technologies for digital libraries. *Library Management*, 26: 4/5. London, pp.190-195.
- Synek, M., 2007. A Guerra nas Artes. Elementos Iconográficos e Monumentos Escultóricos que representam os Heróis da Guerra Peninsular em Portugal. In: CPHM, 2007. *XVII Colóquio de História Militar - A Guerra Peninsular: Perspetivas multidisciplinares, vol II*. Lisboa: CPHM. Pp. 191-214.



- Tavares, J.M., 2014. Memórias da Grande Guerra no Arquivo Histórico Militar. *Jornal do Exército*, nº 640, pp.36-43.
- Tavares, J.M., 2016. Memórias da Grande Guerra: Passado, Presente e Futuro. *Nação e Defesa*, nº145, pp.33-43.
- Teixeira, N. S., 1998. *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri.
- Telo, A. J., 2010. *Primeira República I. Do sonho à realidade*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença.
- Telo, A.J., 2014. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa*, nº139, pp.8-33.
- Telo, A. J., 2015. Erros e Ilusões sobre a Beligerância Portuguesa. In: Academia Militar, 2015. *A Grande Guerra: um Séculos Depois*. Lisboa: Fronteira do Caos.
- Tendeiro, R., 2014. O Nascimento da Aeronáutica Militar. In: Academia Militar, 2014. *A Grande Guerra: um Século depois*. 1ª edição. Lisboa: Fronteira do Caos. pp. 214-228.
- Traverso, E., 2007. Historia y memoria. *Historia reciente - perspectivas y desafios para un campo en construcción*, pp. 67-96.
- Walsh, J. P. e Ungson, G. R., 1991. Organizational Memory. *The Academy of Management Review*, 16(1), 57-91.
- Winter, J., 2006. *Remembering War. The Great War between memory and history in the twentieth century*. London: Yale University Press.

Entrevistas

- Cardoso, M. O., 2017. A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas. [Entrevista]. IUM, Pedrouços (12 de abril de 2017).
- Flambó, A. A., 2017. A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas. [Entrevista]. DHCM, Lisboa (10 de abril de 2017).
- Miranda, J.M.B., 2017. A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas. [Entrevista]. EMFA, Alfragide (26 janeiro 2017).
- Pinto, A. C. S., 2017b. A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas. [Entrevista]. Palácio da Independência, Lisboa (10 de abril de 2017).
- Rodrigues, J.C., 2017. A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas. [Entrevista]. Sede da LC, Lisboa (07 de abril de 2017).



Fontes de Arquivo

- AHM, 191-. *Contrato com o pintor Sousa Lopes*. Lisboa: AHM, Fundo Orgânico, 6-L-20-77.
- AHM, 1917a. *Convenção para o emprego das Forças Portuguesas em França*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 1381 nº2.
- AHM, 1917b. *Instalação do Serviço Artístico*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 80-01.
- AHM, 1924. *Subscrição nas unidades militares*. Lisboa: AHM, Fundo Orgânico, Caixa nº 897, folha 12.
- AHM, 1921. *Monografia do Batalhão de Infantaria nº22 do CEP*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 1344.
- AHM, 1935. *Homenagem dos recrutas da Armada aos mortos da Grande Guerra*. Lisboa: AHM, Fundo Orgânico 006/L/45, Caixa nº 896-2.
- AHM, 1940a. *Visitas ao Túmulo do Soldado Desconhecido por embaixadas do Brasil e Uruguai*. Lisboa: AHM, Fundo Orgânico, Caixa nº 896, folha 4.
- AHM, 1940b. *Inaugurações de monumentos aos Mortos da Grande Guerra em Oeiras e Abrantes*. Lisboa: AHM, Fundo Orgânico, Caixa nº 896, folha 4.
- BCM, 2017. *Obras da 1ª Guerra Mundial* [manuscrito] Listagem de obras associadas à 1ª Guerra Mundial do Diretor da BCM. Lisboa: BCM.
- Beato, I., 2013. *Documentação relacionada com a I Guerra Mundial e CEP, Angola e Moçambique* (reprodução de documento disponibilizado pela Dra. Isabel Beato em fevereiro de 2017 e disponível no arquivo do Arquivo Histórico da Marinha), Lisboa: Arquivo Histórico da Marinha, 2017.
- Beato, I., 2017a. *A Marinha e os Arquivos. Historial e evolução dos arquivos na Marinha* (reprodução de documento disponibilizado pela Dra. Isabel Beato em fevereiro de 2017 e disponível no Arquivo Histórico da Marinha), Lisboa: Arquivo Histórico da Marinha, 2017.
- Beato, I., 2017b. *Bibliografia relativa a armamento da I Guerra Mundial* (reprodução de documento disponibilizado pela Dra. Isabel Beato em fevereiro de 2017 e disponível no arquivo do Arquivo Histórico da Marinha), Lisboa: Arquivo Histórico da Marinha, 2017.
- Beato, I., 2017c. *Imagens/Fotografias referentes à I Guerra Mundial* (reprodução de documento disponibilizado pela Dra. Isabel Beato em fevereiro de 2017 e disponível



- no arquivo do Arquivo Histórico da Marinha), Lisboa: Arquivo Histórico da Marinha, 2017.
- Beato, I., 2017d. *Batalha Naval do NRP “Augusto Castilho”* (reprodução de documento disponibilizado pela Dra. Isabel Beato em fevereiro de 2017 e disponível no arquivo do Arquivo Histórico da Marinha), Lisboa: Arquivo Histórico da Marinha, 2017.
- BibEx, s.d. *Nótulas Históricas. Achegas para a História da Biblioteca do Estado-Maior do Exército* [papel], Arquivo da BibEx.
- CEP, 1917a. *Boletim Individual de Adriano de Sousa Lopes*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 07, folha nº2133.
- CEP, 1917b. *Boletim Individual de Arnal Garcez Rodrigues*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 09, folha nº2825.
- CEP, 1918. *Ofício nº 198 de 15 de maio de 1918*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 213, folha nº2.
- Gonçalves, B. N., 2017. *História do Museu de Marinha* (informação disponibilizada em fevereiro de 2017, pelo Primeiro-tenente Neves Gonçalves, chefe do Serviço de Investigação do Departamento de Museologia do Museu de Marinha, e disponível no Departamento de Museologia daquele Museu), Lisboa: Museu da Marinha, 2017.
- LC, 192?. *Sintinela junto à Sala do Capítulo*. [Fotografia] (Álbum nº19, fotografia nº 15, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1929. *Comemorações do 11 de novembro*. [Fotografia] (Álbum nº19, fotografia nº 37, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1931. *Comemorações do 9 de abril em Guimarães*. [Fotografia] (Álbum nº27-1, fotografia nº 10, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1933. *Comemorações do 11 de novembro em Lisboa*. [Fotografia] (Álbum nº27-1, fotografia nº 55, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1938. *Comemorações do 9 de abril em Lisboa*. [Fotografia] (Álbum nº26-1, fotografia nº 41, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1939. *Comemorações do 11 de novembro em Lisboa*. [Fotografia] (Álbum nº27-1, fotografia nº 99, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1949. *Comemorações do 9 de abril em Lisboa*. [Fotografia] (Álbum nº26-1, fotografia nº 57, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1953. *Comemorações do 11 de novembro em Estremoz*. [Fotografia] (Álbum nº29-1, fotografia nº 19, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).



- LC, 1956. *Comemorações do 9 de abril em Estremoz*. [Fotografia] (Álbum nº28-1, fotografia nº 90, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1957a. *Governador Militar de Lisboa nas Comemorações do 9 de abril em Lisboa*. [Fotografia] (Álbum nº26-1, fotografia nº 97, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1957b. *Comemorações do 9 de abril em Estremoz*. [Fotografia] (Álbum nº28-1, fotografia nº 98, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1961. *Comemorações do 9 de abril em Lisboa*. [Fotografia] (Álbum nº26-2, fotografia nº 4, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1963. *Comemorações do 11 de novembro*. [Fotografia] (Álbum nº27-3, fotografia nº11, Lisboa: Arquivo da Liga dos Combatentes).
- LC, 1973. *50º Aniversário/Romagem à Batalha – 9 de Abril*. (Nota da LC de 21 de fevereiro de 1973, alusiva aos preparativos das comemorações, à guarda do Arquivo da LC – Pasta 06.08), Lisboa: Liga dos Combatentes, 1973.
- LC, 1974a. *Comemorações do 11 de novembro – Delegação da Batalha* (Nota nº 40 de 7 de novembro, alusiva às atividades realizadas por aquela delegação, à guarda do Arquivo da LC – Pasta 06.06 1ª Parte), Lisboa: Liga dos Combatentes, 1974.
- LC, 1974b. *Homenagem aos mortos – Subagência de Espinho* (Nota nº 51/74 de 7 de novembro, à guarda do Arquivo da LC – Pasta 06.06 1ª Parte), Lisboa: Liga dos Combatentes, 1974.
- LC, 1974c. *Relatório de atividades – Agência de Lourenço Marques* (Nota nº 7834 de 20 de novembro, à guarda do Arquivo da LC – Pasta 06.06 1ª Parte), Lisboa: Liga dos Combatentes.
- MMLisboa, 2016. *Caracterização do Museu Militar de Lisboa* (cópia de documento disponibilizado pela Técnica Superior Dra. Conceição Marques, Chefe da Secção Museológica do MMLisboa). Lisboa: MMLisboa.
- MMPorto, 2017. *Museu Militar do Porto* (informação constante em documento disponibilizado pela Técnica Superior, Dra. Alexandra Anjos do MMPorto). Porto: MMPorto.
- MPGG, 1917. *Ofício nº 203 de 9 de novembro de 1917*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 1057, folha nº2.
- MPGG, 1918a. *Ofício nº 176 de 28 de janeiro de 1918*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 1057, folha nº2.



- MPGG, 1918b. *Ofício nº 825 de 25 de maio de 1918*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 1057, folha nº2.
- MPGG, 1918c. *Ofício nº 879 de 6 de junho de 1918*. Lisboa: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa nº 1057, folha nº2.
- Museu de Marinha, 2017. *Inventário: Objetos* (informação constante na plataforma de inventário *Patrimonium Premium*®, referente aos nº de inventário: BA-I-26, CO-111, CO-116, CO-1118, CO-1121, CO-1122, CO-1127, MM-04739, MM-05277, MM-05310, MM-05311, MM-05321, MM-05314, MM-08411, MM-05464, MM-05483, MM-08316, MM08636, disponibilizada pelo Departamento de Museologia do Museu de Marinha). Lisboa: Museu de Marinha.
- Nunes, J. L., 1948. *Conferência da Biblioteca do Exército* (reprodução de documento disponibilizado pelo Coronel Freire da Silva em Jan17 e disponível no arquivo da BibEx), Lisboa: BibEx, 2017.
- RCRPP, 2016. *Apoios do Exército à Liga dos Combatentes* [informático] Base de dados de registo de apoios do Exército à Liga dos Combatentes no ano de 2016. Lisboa: RCRPP, GabCEME.
- RMT, 1972. *Cerimónias Militares – Comemorações do 09ABR na Batalha* (Nota Circular nº 3/634 Processo 508.01 do Quartel General da Região Militar de Tomar. Arquivo da LC, Pasta 06.03), Tomar, 3ª Repartição do Quartel General da Região Militar de Tomar, 1972.

Bibliografia de apoio

- Abric, J.C., 2003. *Methodes d'étude des représentations sociales*. Ramonville Saint-Agne: Érès.
- Achugar, M., 2008. *What we Remember. The construction of memory in militar discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Andrade, A. M., 2013. *História do Regimento de Lanceiros nº2 (1833-1974)*. Porto: Fronteira do Caos.
- Ashplant, T.G., 2000. War commemoration in Western Europe. Changing meanings, divisive loyalties, unheard voices. In: Ashplant, T.G., Dawson, G. e Roper, M., 2000. *The Politics of War Memory and Commemoration*. London: Routledge, pp. 263-272.
- Ashplant, T.G., Dawson, G. e Roper, M., 2000. The politics of war memory and commemoration. Contexts, structures and dynamics. In: Ashplant, T.G., Dawson, G.



- e Roper, M., 2000. *The Politics of War Memory and Commemoration*. London: Routledge, pp.3-85.
- Barbosa, E., 1918. O nosso esforço militar em África. *Revista Militar*, Março de 1918, pp. 129-134.
- BibEx, 2017b. *Revista Militar: 1900-1924*. [Em linha] Lisboa: Biblioteca do Exército: http://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1486L8F95871N.10153&profile=bde&source=~!dglb&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!339296~!6&ri=1&aspect=subtab260&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=revista+militar&index=.GW&uindex=&aspect=subtab260&menu=search&ri=1&limitbox_6=LOC01+=+BDE [Acedido em 7 de fevereiro de 2017].
- Brun, A., 1918. *A malta das Trincheiras. Migalhas da Grande Guerra*. Lisboa: Editor Guimarães e Companhia.
- Carmo, R. G., 2013. Ideologia e memória social: a concreticidade das representações. *O Social em Questão*, nº30, pp. 395-410.
- CEME, 2012. *Evocação do Centenário da 1ª Guerra Mundial* (Diretiva nº146/CEME/12 de 31Ago). Lisboa: Chefe de Estado-Maior do Exército.
- Correia, Z.P., Pinto, I.M.S., 2007. Bibliotecas Militares Portuguesas: um recurso negligenciado. *Revista Militar*, nº 2463, Abr 2007, pp. 487-498.
- Cortesão, J., 1919. *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*. Porto: s.n.
- Erikson, E. H., 1987. *Childhood and Society*. Londres: Paladin Grafton Books.
- Exército, 2017. *Organização. Cadeia de Comando do Exército*. [Em linha] Lisboa: Exército Português. Disponível em: <https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao> [Acedido em 20 de janeiro de 2017].
- FA, 2017. *Estrutura da Força Aérea*. [Em linha] Lisboa: Força Aérea Portuguesa. Disponível em: <http://www.emfa.pt/www/unidades> [Acedido em 20 de janeiro de 2017].
- Fraga, L.A., 2003c. As minhas fontes. In: Afonso, A., Gomes, C. M., 2003. *Portugal Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Diário de Notícias. p.602.
- Gomes, N.S.C., 2003. Mutilados. A face incómoda da guerra. In: Afonso, A. E Gomes, C.M., 2003. *Portugal. Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias. pp. 543-546.
- Gondar, J. e Dodebei, V., 2005. *O que é Memória Social?*. Rio de Janeiro: Universidade Federal.



- Hyes, S., 1997. *The Soldier's Tale. Bearing Witness to Modern War*. New York: Penguin Press.
- Hunt, N. C., 2010. *Memory, War and Trauma*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IESM, 2014. *Normas e Procedimentos relativos à elaboração, aprovação e atribuição aos discentes dos temas para os trabalhos de investigação e de aplicação a realizar no âmbito dos cursos do Instituto de Estudos Superiores Militares* (NEP/ACA 010B de 1 de julho de 2014). Pedrouços: IESM.
- IESM, 2015. *Regras de Apresentação e Referenciação para trabalhos escritos a realizar no IESM* (NEP/ACA – 018 de 15 de setembro de 2015). Pedrouços: IESM.
- IESM, 2015. *Trabalhos de Investigação* (NEP/ACA – 010 de 15 de setembro de 2015). Pedrouços: IESM.
- Jodelet, D., 1989. *Les Représentations Sociales*. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jorge, V. O., 2015. *Instituto de História Contemporânea*. [Em linha] Disponível em: <http://www.ihc.fcsh.unl.pt/pt/ihc/item/39171-hist%C3%B3ria-e-exterioriza%C3%A7%C3%A3o-objetiva%C3%A7%C3%A3o-da-mem%C3%B3ria-colectiva> [Acedido em 1 dezembro 2016].
- King, A., 1998. *Memorials of the Great War in Britain. The Symbolism and Politics of Remembrance*. London: Bloomsbury.
- Lopes, C. A., 2013. *Momentos de História – Aviação Naval* [imagem eletrónica]. Disponível em, http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_03_Marinha.htm [Acedido em 25 de janeiro de 2017].
- Lopes, C. A., 2016. *Momentos de História. Soldado Desconhecido*. [Em linha] Lisboa: Carlos Alves Lopes. Disponível em: http://www.momentosdehistoria.com/MH_06_05_Patriotismo.htm [Acedido em 21 de janeiro de 2017].
- Marinha, 2017. *Organização. Estrutura*. [Em linha] Lisboa: Marinha. Disponível em: <http://www.marinha.pt/pt-pt/marinha/organizacao/estrutura/Paginas/Estrutura.aspx> [Acedido em 20 de janeiro de 2017].
- Marques, R., 2012. *Os Fantasmas do Rovuma*. Lisboa: oficina do Livro.
- Martins, F., 1934. *Portugal na Grande Guerra*, vol 2. Lisboa: Ática.



- Motta, M. M. M., 2016. *Cadernos do CEOM*. [Em linha] Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2196/1282> [Acedido em 30 novembro 2016].
- Oliveira, A. N. R. de, 1993a. *História do Exército Português (1910-1945) – Vol I*. Lisboa: EME.
- Pereira, J.A.R., 2014b. A Marinha na mobilização militar para África. *Revista Militar*, setembro, pp. 721-740.
- Pereira, G.M. et al., ed. lit., 2015. *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*. Porto: CITCEM.
- Ricoeur, P., 2014. *Universidade de Coimbra*. [Em linha] Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia [Acedido em 30 novembro 2016].
- Rodrigues, F.A. e Teixeira, M.J., 2012. *Museus Militares do Exército. Um modelo de gestão em rede*. Lisboa: Edições Colibri.
- Salgado, A.A. e Russo, J., 2014. Submarinos Alemães na costa portuguesas. O caso do U-35. In: Academia Militar, 2014. *A Grande Guerra: um Século depois*. 1ª edição. Lisboa: Fronteira do Caos. pp. 173-191.
- Selvagem, C., 1999. *Portugal Militar: Compêndio de História militar e Naval de Portugal*. Lisboa: INCM.
- Telo, A.J., 2003. A defesa das comunicações marítimas. In: Afonso, A. E Gomes, C.M., 2003. *Portugal. Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias. pp. 271-272.
- Winter, J. e Prost, A., 2005. *The Great War in History. Debates and Controversies, 1914 to the presente*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Winter, J., ed. lit., 2009. *The legacy of the Great War: ninety years on*. Missouri: University of Missouri Press.



Apêndice A — Corpo de conceitos

Ancoragem – é um “processo de transformar algo estranho e perturbador em algo comum, familiar. Isso ocorre quando somos capazes de colocar um objeto estranho em uma determinada categoria e rotulá-lo com um nome conhecido” (Peixoto, et al., 2013). Segundo Chamon (Peixoto, et al., 2013) é o “processo [que se refere] ao enraizamento social da representação social, cuja função é realizar a integração cognitiva do objeto representado num sistema de pensamento preexistente. Assim, os novos elementos de conhecimento são colocados numa rede de categorias mais familiares”. Ao nível de um grupo social, Jodelet (1992) defende que a sua concretização, revela o processo de identidade e a partilha do entendimento que esse grupo dá a uma determinada representação social.

Ancoragem do tipo sociológico - “refere-se à maneira como as relações simbólicas entre grupos intervêm na apropriação do objeto” (Instituto de Psicologia, 2005).

Conservar/conservação – “manter em bom estado (...) manter presente; fazer durar; reter na memória”; “ato de conservar, de manter intacto ou não deixar deteriorar” (Porto Editora, 2011, p. 406).

História e Memória - para Enzo Traverso (2007, p. 5) “história e memória são de esferas distintas que se cruzam constantemente”⁷³, acrescenta a este respeito que “a história nasce da memória, emancipando-se dela ao ponto de fazer da memória um dos seus temas de investigação, como prova a história contemporânea⁷⁴”. Esta demarcação concretiza a ideia de que a história implica credibilidade e confiança (Pomian, 1998, p. 80), ao contrário daquilo que é a “experiência vivida e experiência transmitida” (Traverso, 2007, p. 67), o que confere de certa forma uma espécie de mandato ético (Traverso, 2007, p. 68), sujeita a abusos, constituindo um fator de afirmação da classe dominante na sua incessante luta pela sua sobrevivência e promoção sociais (Gil, 1984, p. 46).

Instituições de Memória – de acordo com Sure e Studer (2005), são espaços que têm como objetivo a preservação e a disponibilização de coleções à sua guarda. Estes espaços estão associados a museus, bibliotecas e arquivos, segundo a designação de Birger Hjørland (2000). Segundo o mesmo autor, os artigos à sua guarda, são considerados importantes em virtude da informação que transmitem para o universo coletivo. Daí se encontrarem reunidas, organizadas, recuperadas e disseminadas por estas instituições (Hjørland, 2000). Ainda de acordo com Dupont (2007), “é entendido que os museus, arquivos e bibliotecas, podem ser agrupadas conceitualmente na temática da memória, porque elas existem para construir um futuro, ajudando aqueles que se encontram no presente a recordar e a compreender o passado⁷⁵”. Partilham o conceito de Memória coletiva, que vai para além do papel exclusivo de âmbito cultural de facilitar a aprendizagem e a pesquisa, criando antes um ambiente de partilha e entendimento cultural, sendo esse o seu valor proeminente nos tempos recentes (Robinson, 2012).

Memória – “é o produto de uma multiplicidade de impulsos, reunidos em forma de imagem, ou numa aproximação a um evento passado. A Memória não é algo fotográfico, ou imagem do passado. É antes a recreação e reconstrução do passado das nossas experiências, indo para além da sua simples recuperação ou restauração. Muitas vezes no seu processo de reconstrução adicionamos sentimentos, crenças ou mesmo conhecimento obtido. Por outras

⁷³ Tradução livre do autor.

⁷⁴ Tradução livre do autor.

⁷⁵ Tradução livre do autor.



palavras, nós influenciámos a Memória do passado, atribuindo-lhe emoções e conhecimento que adquirimos depois do evento que lhes deu origem” (Winter, 2006, p. 4).

Memória – (na sua estrita associação à derrota) incorpora duas dimensões distintas, o evento e um processo. O evento corresponde ao momento quando o vencedor e vencido são definidos através de uma batalha, um ato de rendição. Sendo ainda o momento em que há a quebra temporal da sua continuidade histórica e que é traduzida pelo horizonte incerto do derrotado. Já o processo, corresponde à nova realidade apreendida, evoluindo para a aceitação, normalização ou rejeição (Horne, 2008, p. 19).

Memória coletiva - “não é algo que é dado, é uma noção e uma construção social (...) enquanto esta perdura e cuja força assenta na base de um corpo homogêneo de pessoas, são os indivíduos que a compõem que procedem à sua recordação” (Halbwachs, 1990). Acrescenta o mesmo autor que é algo que requer o apoio de um grupo, estando delimitado no espaço e no tempo. Preenche e alimenta o aparente vazio entre os períodos de agitação e a rotina social, assumindo as mais variadas formas como os rituais e cerimoniais de atos heroicos, que a mantém viva. Morigi, et al. (2012, p. 184), é naquele espaço de empatia social que se desenvolvem sentimento de pertença e identidade, pois é caracterizada por um intenso componente afetivo que surge da interação e das experiências entre os membros da comunidade”.

Memória de grupo –pretendemos que neste trabalho que seja interpretada como uma dimensão da Memória, cujo universo é mais restrito na partilha dessa identidade, assim como no seu processo de transmissão individual. Assim refere-se ao universo participantes de um sistema de valores que os une, partilhando necessidades, interesses e ambições, num mesmo tempo e espaço geográfico. Constitui-se como uma parte da Memória coletiva, pois esta “é sempre dependente das interações e dos grupos sociais, (...) quem faz a memória coletiva é o grupo” (Morigi, et al., 2012, p. 184). Para Halbwachs, a Memória coletiva é construída sobre aquelas que correspondem às ações do grupo e dos indivíduos (Winter, 2006, p. 22).

Memória individual - “aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas próprias experiências, mas que contém também aspetos da memória do grupo social onde ele se formou, isto é onde ele foi socializado” (Sinson, 2001, p. 63).

Objetivação – é um processo que transforma algo que é abstrato em concreto, possibilitando a partir daí, o inter-relacionamento com o grupo. “Na realidade, ela substitui o conceito pelo que é percebido, o objeto pela sua imagem, a imagem tornando-se o objeto e não sua representação. A imagem é sempre uma simplificação, necessariamente deformada, do conceito que lhe deu origem (...) uma representação social é opaca em si mesma, isto é, ela não se coloca no discurso como representação. Ela é vista como forma de verdade. A maior parte do tempo, cada um está convencido de que fala da realidade das coisas, quando apenas exprime sua própria compreensão daquilo que percebe” (Rouquette, 1994). Tem como funções, facilitar a comunicação.

Objetivação e ancoragem – são processos que transmitem a forma como um produto social transforma conhecimento em representação e por sua vez esta se transforma novamente em produto social. A associação destes dois conceitos materializa a função principal da representação social, isto é, a integração do novo, do inesperado e do inexplicável (Jodelet, 1992, p. 367).



Percepção e imaginação - Abbagnano refere-se à memória como um grau de conhecimento, o qual articula duas faculdades distintas: a percepção e a imaginação, mas nunca uma delas de forma isolada (2003, p. 175).

Preservar/preservação – “garantir a continuidade”; “ação que visa garantir a continuidade ou sobrevivência de algo” (Porto Editora, 2011, p. 1285).

Recordação - a recordação é o simples registo histórico dos factos (Morigi, et al., 2012, p. 184), pois ela é “afetada por transformações inconscientes, em função de interesses e sentimentos, individuais ou coletivos; todavia, esse movimento só é possível se as pessoas fizeram ou ainda fazem parte de um mesmo grupo social” (Braga, 2000, p. 51).

Representação social – “apresentam-se sempre sob dois aspetos: o da imagem (reprodução do real de maneira concreta) e o do conceito (abstração do sentido do real, significação que corresponde à imagem do real). Para compreender a dinâmica das representações sociais é preciso analisar os dois processos que intervêm na sua formação: a objetivação e a ancoragem” (Instituto de Psicologia, 2005).

Representações sociais – (funções) (i) função associada ao saber: permite que cada indivíduo adquira um dado conhecimento e o integre no seu quadro de valores, possibilitando-lhe a compreensão e explicação da realidade. (ii) função de identidade: permite enquadrar o indivíduo e o grupo num dado contexto social e a partir daí construir uma identidade compatível com o sistema de valores e normas, historicamente e socialmente aceites por todos que dele fazem parte. (iii) função orientadora: permite o guiamento de comportamentos e práticas, através de: definição da finalidade; um sistema de antecipação e de espera; indicação de comportamento. Por último (iv) a função de justificação: subjacente às tomadas de posição e dos comportamentos dos seus participantes, no que se refere à sua conduta numa situação ou em relação a seus parceiros (Abric, 1994).



Apêndice B — Problemática da investigação

Tabela 3 – Problemática da investigação

Objeto de Investigação	Objetivo Geral	Questão Central	Objetivos Específicos	Questões Derivadas
A Memória	OG: Analisar o significado e utilidade da Memória da GG nas FFAA	QC: Como é preservada a Memória da GG nas FFAA?	ObE1: Identificar os acontecimentos da GG que estão na génese da construção da Memória.	QD1: Que acontecimentos da GG estão na génese da construção da Memória e que hoje são evocados?
			ObE2: Analisar as manifestações de Memória da GG nas FFAA.	QD2: De que forma se manifesta a Memória da GG nas FFAA?
			ObE3: Caracterizar os processos de conservação da Memória da GG nas FFAA.	QD3: Como tem sido conservada a Memória da GG nas FFAA?
			ObE4: Analisar o processo de construção da Memória da GG nas FFAA.	QD4: Como é veiculada institucionalmente a Memória da GG nas FFAA?

Fonte: autor (2016)



Apêndice C — Modelo de análise

Tabela 4 – Modelo de análise

Conceito	Dimensão	Variável	Indicador
Representações Sociais	Material	Públicas	Cerimónias
			Objetos
			Escrita
Memória	Coletiva	Marinha	Frequência
			Local
			Destinatários
			Motivo
		Exército	Frequência
			Local
			Destinatários
			Motivo
		Força Aérea	Frequência
			Local
			Destinatários
			Motivo
	Grupo	Marinha	Frequência
			Local
			Destinatários
			Motivo
		Exército	Frequência
			Local
			Destinatários
			Motivo
		Força Aérea	Frequência
			Local
			Destinatários
			Motivo
Instituição de Memória	Papel	Arquivística	Organização
			Conteúdo
	Objetos	Museológica	Inventariação
			Origem
			Referência
	Livros	Bibliotecária	Catálogo
			Edição
			Referência
			Origem

Fonte: autor (2016)



Apêndice D — Entrevistas

1. Tipo e função de entrevista

Semiestruturada e expressiva.

2. Definição de perfis de entrevista

Tabela 5 – Perfis de entrevista

	Força Aérea	Liga dos Combatentes	Comissão Portuguesa de História Militar	Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da 1ª Guerra Mundial	Direção de História e Cultura Militar
Identificação	General Brochado Miranda	Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues	Tenente-Generam Alexandre Sousa Pinto	Tenente-General Mário Oliveira Cardoso	Major-General Aníbal Alves Flambó
Cargo	ex-Chefe de Estado-Maior da Força Aérea	Presidente da Liga dos Combatentes	Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar	Presidente da CCEC1GM	Diretor da Direção de História e Cultura Militar
Data	26 de janeiro de 2017	7 de abril de 2017	10 de abril de 2017	12 de abril de 2017	10 de abril de 2017
Local	Estado-Maior da Força Aérea (Alfragide)	Liga dos Combatentes (Lisboa)	Palácio da Independência (Lisboa)	Instituto Universitário Militar (Lisboa)	Campo de Santa Clara (Lisboa)

Fonte: autor (2017)

3. Guião de entrevista

A elaboração deste documento teve como referência o preconizado por Guerra (2006, p. 53) e enviado antecipadamente aos entrevistados, contendo três partes distintas.

Na primeira – Situação, identifica a temática a tratar e estabelece-se o enquadramento do trabalho no âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto e a relevância da técnica da recolha de dados que a entrevista proporciona, tendo em conta o universo dos entrevistados. Neste contexto específico e como ideia orientadora, evidenciou-se a sua importância pelo facto de possibilitar duas abordagens distintas, mas complementares. Por um lado, a obtenção de dados junto daqueles que atualmente desempenham funções com responsabilidades institucionais na preservação da Memória, e por outro, emprestam a esta temática uma experiência e uma visão pessoal e profissional que em muito valoriza a compreensão do objeto de análise desta investigação. Na segunda – Objetivos, enuncia-se a forma como se pretende que a entrevista seja conduzida e identificam-se os conceitos centrais a abordar, isto é, a Memória, as Representações Sociais e as Instituições de Memória, para os quais é feita uma breve definição com a finalidade de uniformizar entendimentos. Na terceira parte – Entrevista, é definido o conjunto de perguntas-guia associadas a cada conceito, estando orientadas de acordo com as responsabilidades que cada um dos entrevistados tem. As mais relevantes para este trabalho, a sua transcrição e análise, constam no quadro de sinopse (Guerra, 2006) de entrevista que se segue.

Os entrevistados identificam-se nos quadros de sinopse que se seguem, de acordo com a seguinte codificação: (1) General Brochado Miranda; (2) Tenente-general Chito Rodrigues; (3) Tenente-general Sousa Pinto; (4) Tenente-general Oliveira Cardoso; (5) Major-general Aníbal Flambó.



4. Sinopse de entrevista

Tabela 6 – Quadro de sinopses de entrevistas (I)

Conceito	Pergunta	Análise	Excerto da entrevista	Entrevistado				
				(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Memória	Fará sentido considerar que a FA preserva Memória da participação nacional na GG?	A Memória da GG na FA está associada à criação da aviação militar e não à sua participação nos TO.	"A FA, enquanto ramo das FFAA, não viveu a GG, pese embora a aviação militar tivesse participado nos três TO. Assim, é difícil concretizar a ideia de que a FA tem uma Memória daquele conflito. Contudo, este período está profundamente associado à criação da aviação militar, onde deu os primeiros passos, sendo por isso o aspeto que consubstancia a efetiva Memória da FA daquele período."	X				
	Atendendo à interpretação dos conceitos de Memória coletiva e de grupo, como se posiciona relativamente à sua aplicação no universo das FFAA?	Há uma Memória coletiva e de grupo e podem ter significados distintos.	"A Memória coletiva está associada às FFAA como um todo, sendo que a de grupo está intimamente ligada à missão que cada uma das unidades tiveram no seu emprego operacional nos diferentes TO da GG."		X			
		Independentemente do seu significado evocativo, as duas dimensões de Memória têm um papel de condutor de valores que, em última análise, são idênticos.	"No entanto, a linha que separa o conceito de Memória coletiva de Memória de grupo é de difícil distinção. Independentemente de cada uma poder estar associada a momentos de históricos próprios da GG e de acordo com as vivências de cada um dos seus elementos participantes, não podemos esquecer que tudo isso é fundido na condição militar. É ela que agrega os valores da defesa da Pátria e que devem ser transmitidos de geração em geração."		X			
		Pode vislumbrar-se a distinção entre as duas dimensões de Memória, contudo, são concorrentes e complementares.	"A Memória coletiva e de grupo complementam-se. Apesar da segunda ser mais evidente quando os seus intervenientes estavam vivos. No entanto materializa-se num grupo restrito que partilharam e comungaram um determinado momento vivido de forma intensa, cujos elementos se sentem atores."				X	
		A Liga dos Combatentes e as FFAA, contrariando as contingências conjunturais, conservaram a Memória da real dimensão da participação nacional da GG.	"Os momentos e acontecimentos históricos que hoje são evocados, não são proporcionais ao que aconteceu na realidade. O TO Africano e o de Moçambique em particular, foi esquecido. Só muito recentemente é que saiu do desconhecido. É uma evidência da instrumentalização política daquele período sobre esses acontecimentos. Contudo, a Liga dos Combatentes e as próprias FFAA, nunca deixaram de honrar os seus mortos independentemente do teatro onde combateram. A preservação dessas Memórias permitem que hoje, a sociedade conheça o esforço militar português."		X			
		É difícil distinguir os dois universos, contudo apesar de poderem ter significados distintos, concorrem para o mesmo objetivo organizacional.	"Não é fácil a sua distinção, mas assumindo que há essa distinção, elas complementam-se e concorrem para o mesmo objetivo."					X
	Os acontecimentos que hoje são evocados correspondem, na devida proporcionalidade, aos eventos associados à GG nos três TO, ou considera haver uma evocação desequilibrada?	A Memória da GG foi facilmente perturbável, tornando-se mais simbólico o papel da Liga dos Combatentes e das FFAA.	"Esquecer os acontecimentos do TO Africano foi fácil, não só pela pressão da propaganda da 1ª República, mas também e principalmente pelo efeito que teve sobre os oficiais do Exército e Marinha. Adicionalmente o analfabetismo nacional daquele período permitiu que fossem esquecidos aqueles que defenderam a soberania portuguesa em terras de África."		X			
		Com este período evocativo procura-se equilibrar aquilo que foi a verdadeira participação nacional na GG.	"Neste período evocativo houve a preocupação de revelar o TO de África, que era praticamente desconhecido."				X	
			"O que hoje evocamos é desequilibrado, face ao que verdadeiramente ocorreu durante a GG. Institucionalmente e atendendo ao momento evocativo que vivemos, tem havido a preocupação de corrigir esse desequilíbrio, dando a conhecer o que foi o TO Africano e a sua dimensão relativamente à participação global portuguesa na GG."					X
	Considera que a Memória da GG que as FFAA preservam e que pretendem ancorar nas próximas gerações, está associada ao esforço, à vitória ou à morte? Ou a outros valores?	Os valores que a Memória da GG deve aludir devem ser aqueles associados ao Exemplo, Dever e Amor à Pátria.	"A preservação da Memória da GG é uma missão de todos quantos servem a Pátria e a mensagem que deve ser passada às próximas gerações deve ser associada ao Exemplo, o Dever e o Amor à Pátria."		X			
		Razões pela qual se deve associar à Memória da GG a vitória.	"Relativamente à Memória da GG, há uma leitura errada da sua dimensão, seja ela associada a La Lys, a Angola ou mesmo a Moçambique. Feita uma análise tática e estratégica das operações militares, é injusto associar termos como tragédia, desastre ou catástrofe. Devem antes estar associados à vitória. Em África mantivemos a integridade territorial e em França batemo-nos como os Ingleses e Franceses. O 9 de abril, taticamente não nos revelou nada de extraordinário. Mostra a nossa bravura e resiliência face às contingências do nosso débil preparo e às condições desvantajosas do nosso setor para deter a ofensiva alemã."		X			
		A Memória da GG está associada ao esforço.	"O que se pretende preservar e ancorar relativamente à Memória da GG é o enaltecimento do Esforço, apesar de ser ter apropriado em alguns momentos, a figura do herói, do qual o soldado Milhões é o melhor exemplo."					X
		A Memória da GG, é a própria Memória e História das FFAA. Há uma proximidade identitária, a qual deverá ser inseparável da instituição militar.	"A Memória da GG permanecerá no Exército e nas FFAA. Não pelo facto de ser um acontecimento recente, mas sobretudo porque está associado ao Exército, em particular, na forma de como hoje o conhecemos. Outros acontecimentos, como a Batalha de Aljubarrota, têm uma conotação exclusivamente militar."					X
	Será o processo de ancoragem cada vez mais difícil de concretizar à medida que nos afastamos dos acontecimentos? Ou será fruto do papel do esforço institucional?	As reorganizações têm um grande impacto na preservação da Memória.	"É um aspeto que tradicionalmente desconosco. Não há cultura organizacional nem individual de preservar a nossa História."			X		
		A ancoragem manifesta-se como uma necessidade social e institucional.	"Hoje, embora os seus intervenientes já terem morrido, os seus familiares e mesmo as unidades sentem a obrigação moral de evocar os seus."				X	
		As novas tecnologias potenciam a conservação e com elas a ancoragem.	"É verdade que o afastamento dos acontecimentos potencia o esquecimento. No entanto, hoje as organizações que têm a responsabilidade na sua preservação estão melhor preparadas. Podemos adicionar a este facto as capacidades que a ciência nos dá para garantir um tratamento diferenciado daquele que era feito até à pouco tempo. Essa é a garantia da sua continuidade pelo menos na forma de como ela é conservada."					X
	Qual o impacto das reformas ou reorganizações da Marinha ou do Exército na sua Memória da GG?	A Memória da GG nas FFAA foi e é vítima das sucessivas reorganizações vividas durante os últimos 100 anos.	"As reorganizações tiveram e têm um grande impacto na conservação e preservação da Memória. Não foram acutelados esses momentos e hoje há alguma dificuldade em corrigir esse impacto negativo. Embora nem sempre consensual, tem sido feito um esforço em recuperar, registar e dar o devido tratamento a esses materiais."					X
			"Tem um grande impacto, tanto é que muito do espólio se encontra disperso e que hoje se procura organizar. É também o reflexo das estruturas que apoiam a conservação e preservação dessas Memórias."				X	
		As reorganizações têm um grande impacto na preservação da Memória.	"Com a extinção e transferência de diversas unidades ao longo deste período, muito espólio encontra-se perdido. Se não forem encontrados, parte da cultura e da Memória das unidades que tomaram parte na GG, perde-se. Por isso, sabendo que a preservação da Memória é uma responsabilidade organizacional, ela é acima de tudo individual. Cada um de nós é um veículo e um agente de conservação e preservação."					X

Fonte: adaptado de Cardoso (2017), Flambó (2017), Miranda (2017), Pinto (2017b) e Rodrigues (2017)



A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas

Tabela 7 – Quadro de sinopses de entrevistas (II)

Conceito	Pergunta	Análise	Excerto da entrevista	Entrevistado				
				(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Instituições de Memória	Qual o papel das Instituições de Memória (da respetiva instituição) na conservação e preservação da Memória da GG?	Na FA, as Instituições de Memória não têm tido um papel relevante na conservação.	"O Arquivo Histórico da FA, apesar de possuir diversa documentação referente ao período da GG, ainda não se encontra devidamente organizado. Tem sido feito um esforço no sentido de recolher documentação daqueles que foram os pioneiros da aviação militar, para o qual tem contribuído a doação particular e diversas diligências do pessoal afeto à História e Cultura da FA no sentido de obter cópias ou originais, junto de outras instituições, como o AHM."	X				
		O papel da Liga dos Combatentes é complementar com o das FFAA.	"A preservação da Memória coletiva é uma responsabilidade da Liga dos Combatentes." "A missão da Liga dos Combatentes na preservação da Memória da GG, é a continuação da preservação dos próprios valores que as FFAA cultivam e honram."		X			
		Há uma lógica de preservação da Memória da GG, se bem que integrada com outros momentos históricos.	"Hoje, a Liga dos Combatentes desenvolve três programas estruturantes, que associa os três momentos da nossa história. A GG, a Guerra de África e as recentes Operações de Apoio à Paz, são eles: cultura e cidadania e defesa; conservação das Memórias e passagem de testemunho."		X			
	Ao longo destes 100 anos, como tem sido conseguida essa conservação, face às diversas vicissitudes políticas e sociais?	Na conjuntura mais difícil, a Memória foi conservada pela Liga dos Combatentes.	"A Liga dos Combatente, durante toda a sua história, preservou e evocou os momentos históricos dos três TO, fugindo à pressão política, à qual as FFAA não foram imunes, não só na 1ª República como também durante o período do Estado Novo."		X			
	Verifica-se um distinto posicionamento organizacional destas instituições em cada um dos ramos. Que interpretação pode ser feita?	As instituições de Memória são utilizadas na política de comunicação da organização.	"Há diferentes formas de utilização dos recursos, que correspondem às necessidades de cada um dos ramos. Os ramos devem ter uma política de comunicação que possa potencializar o valor acrescentado dos museus, bibliotecas e arquivos. Há que chegar a um número cada vez mais alargado." "Os Ramos utilizam as suas instituições de acordo com a sua política de comunicação. No Exército a divulgação do seu património têm beneficiado de um grande impulso quer pela aposta na formação do seu pessoal, quer ainda pelo recurso às tecnologias de informação."				X	
Representações Sociais	Como é que a FA tem materializado a Memória da GG?	Na FA a Memória da GG que é manifestada, representa a criação da aviação militar e não a sua participação.	"Na FA, a evocação ou materialização da Memória da GG é residual, estando sobretudo orientada para o elevado simbolismo que o momento representa pela comemoração do centenário da criação da aviação nacional. Contudo, faz todo o sentido integrar as atividades da comissão evocativa do centenário da GG, com os restantes ramos."	X				
	Serão as atuais manifestações de Memória (quantidade e tipo) suficientes à sua preservação?	O ritual cerimonial é o elemento central da construção memorativa. Daí que as duas/três datas tenham idêntico significado.	"O elemento chave da criação memorativa são as cerimónias que decorrem um pouco por todo o país. Estão principalmente associadas ao 9 de abril e 11 de novembro, se bem que o Dia de Finados é feita a celebração centrada junto dos talhões e ossários de ex-combatentes. Em todas elas a Liga dos Combatentes e as FFAA têm um papel central, arrastando a comunidade civil a associarem-se a esses momentos."		X			
		A comunicação da Memória no seio das FFAA é conseguido, no entanto é ineficaz com a sociedade civil. Assim, podemos dizer que a Memória coletiva/grupo é distinta da Memória política ou nacional da GG em Portugal.	"As atuais manifestações evocativas são as suficientes para a preservação da Memória. Contudo, entendendo que existe um problema de comunicação. Não no seio da comunidade castrense, mas sobretudo na sociedade civil. Pode ser comprovado pela reduzida importância que os órgãos de comunicação social lhe dão ou mesmo a reduzida importância que as escolas dão à História de Portugal e em concreto ao período da GG."		X			
		As manifestações têm sido adequadas para a sua preservação. Em termos de enquadramento poderiam ter uma dimensão mais nacional. O objeto assim o merece.	"As manifestações que têm ocorrido no âmbito das evocações do centenário são as adequadas aos seus propósitos iniciais. Contudo o esforço evocativo deveria ir mais além do universo do MDN. Deveria assumir uma dimensão nacional, envolvendo outros ministérios. Só assim este esforço seria mais efetivo e mais alargado."					X
		A Memória é seletiva e resultado das necessidades sociais do contexto.	"A nossa História é muito rica. Podemos identificar diversos momentos de vitória e de derrota. Por isso não podemos evocar todos esses momentos, há que selecionar, com um critério. Devem ser considerados os números redondos, com são os centenários. As pessoas e as instituições estão mais receptivas e sensíveis a esses momentos."				X	
		As elites são os primeiros responsáveis por preservar a Memória e como tal são eles que têm de promover as suas representações.	"É verdade que hoje as evocações da Memória da GG atingem um universo mais seletivo, não pela dificuldade de acesso a elas mas sim pela capacidade de as entender e interpretar. Constituem exemplo, as exposições de pintura, concertos musicais ou mesmo um colóquio temático." "No entanto se recuarmos ao período da guerra, também assumiam essa complexidade, vejamos o trabalho de Sousa Lopes ou de JJ Ramos. Hoje são mais elaboradas e mais frequentes. As tradicionais, associadas aos rituais cerimoniais junto dos monumentos cumprem a mesma finalidade da sua génese."			X		
	Que distinção considera ser feita entre manifestações cívicas e militares? Têm significados distintos ou a diferença reside no universo de quem nelas participa?	As manifestações, face à sua importância, devem ser partilhadas entre a sociedade civil e castrense e atingir um universo alargado.	"A Comissão procura envolver a sociedade por todo o país, em todas as faixas etárias, inclusivamente outras áreas ministeriais, como o Ministério da Cultura." "As atividades associadas a este momento evocativo, tal como a sua Comissão Coordenadora, mereciam outro enquadramento, que vai muito para além do MDN. O esforço evocativo não é só das FFAA, ele deverá ser de toda a sociedade e só assim a missão de cidadania é alcançada."				X	
	Porquê da opção de manter a comemoração do 9 de abril e não o 11 de novembro, como principal momento evocativo da GG?	O ritual cerimonial é o elemento central da construção memorativa. Daí que as duas/três datas tenham idêntico significado. O 9 de abril representa simbolicamente o momento da participação nacional na GG.	"O simbolismo das cerimónias do 9 de abril, na Batalha e do 11 de novembro, em Belém, têm igual importância e significado." "11 de novembro é a data tradicionalmente celebrada por todos os países participantes, sendo que cada um também celebra outros momentos. O 9 de abril é o acontecimento relevante nacional, por relembrar o sacrifício do combatente português, onde se viveu uma derrota tática mas uma vitória estratégica. Foi a partir daquele momento que se iniciou aquilo que viria a ser a vitória dos aliados."		X			
	Hoje, fará sentido evocar isoladamente o combatente da GG? Ou os valores associados e que se pretendem preservar, são alcançados com a evocação simultânea do combatente da Guerra de África?	Os objetivos para as manifestações memorativas associadas ao combatente são iguais. Os valores que se pretendem cultivar são os mesmo.	"O racional deverá ser a partilha evocativa do combatente, independentemente do período histórico a que está associado. As divisões devem ser evitadas."					X

Fonte: adaptado de Cardoso (2017), Flambó (2017), Miranda (2017), Pinto (2017b) e Rodrigues (2017)



Tabela 8 – Quadro de sinopses de entrevistas (III)

Conceito	Pergunta	Análise	Excerto da entrevista	Entrevistado				
				(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Apreciação	Qual o atual significado e utilidade da Memória da GG nas FFAA?	Evocar a Memória da GG, é veicular valores de cidadania.	"A preservação da Memória da Grande Guerra, mantém hoje, toda importância e utilidade, pois com ela é possível promover o espírito de Defesa na sociedade portuguesa, para além de permitir contar a nossa História, que não deve ser esquecida."		X			
		A Memória para além de ter um significado identitário, tem também uma lógica de relembrar que há erros que não podem voltar a ser cometidos.	"Mesmo se houvesse dúvidas relativamente à importância e significado da Memória da GG, considero que a sua preservação é um alerta, um aviso para erros que foram cometidos e que não podem ser cometidos, no fundo a sua Memória é como se fosse um conjunto de Lições Aprendidas, que não podemos esquecer."		X			
		Nas FFAA, o significado evocativo da Memória da GG, é alcançado pela evocação de outros momentos históricos, possibilitando um universo mais alargado de participantes, maior facilidade de ancoragem e por conseguinte maior facilidade de preservação.	"Independentemente do que é evocado, há valores permanentes, que têm que ser interpretados muito para além do horizonte, pois só assim faz sentido evocá-los. Por isso ser comum evocar simultaneamente os nossos mortos da GG, da Guerra de África e os mais recentes das Operações de Apoio à Paz. É uma evocação sobreposta, mas o seu objetivo é igual, transmitem os mesmos valores, que correspondem aos que devem ser preservados."		X			
		A Memória para além de ter um significado identitário, tem também uma lógica de relembrar que há erros que não podem voltar a ser cometidos.	"Para além de formalmente ter assumido recentemente um valor acrescido, é um aspecto de elevado valor na cultura organizacional. É o reconhecimento do esforço daqueles que serviram nas fileiras e é também uma forma de mostrar e não esquecer os erros que foram cometidos, quer em termos militares quer políticos."					X
			"Quem não se lembra do seu passado está condenado no seu futuro. Nós temos passado e lições identificadas que não foram transformadas em lições aprendidas."				X	
			"A evocação que hoje é feita àqueles que serviram Portugal tem que ser visto como um compromisso de sangue."				X	
			"A Memória deve ser evocada, mas tem que ser evocada a saudável Memória coletiva."				X	
	Que importância teria a definição de uma estratégia de retenção de Memória nas FFAA?	As FFAA têm um papel de cidadania.	"A instituição militar tem a responsabilidade de cultivar a sua história, o que por defeito é cultivar a história de Portugal. Assim todas as ações deverão ser feitas para complementar aquelas que são de envolvidas nas escolas ou promovidas por outras organizações."					X
		A Memória da GG é um elemento que une gerações, assumindo hoje novas particularidades decorrentes da Guerra de África e das Operações de Apoio à Paz.	"Existe uma lógica para a sua preservação, onde aquela que está associada à GG é a sua génese, a da Guerra de África e a de hoje, cujos interlocutores são os seus participantes. Finalmente aquela que agora se começa a construir, decorrente das Operações de Apoio à Paz, que agora nasce e cuja geração se pretende que seja associada às anteriores, por forma a garantir a preservação da nossa Memória."		X			
		Valorização de uma estratégia ou política de Memória planeada.	"No caso atual das FND, é fundamental haver uma estrutura de retaguarda que faça esse trabalho. Tem que haver essa preocupação. É importante a recolha e organização de material de momentos importantes da participação militar nos conflitos."				X	
		Devia ter associada uma estratégia.	"A definição de uma estratégia, possibilitaria ações coordenadas entre as várias entidades. Acima de tudo evitaria aquilo que hoje identificamos como dificuldades na preservação da Memória da GG."					X

Fonte: adaptado de Cardoso (2017), Flambó (2017), Miranda (2017), Pinto (2017b) e Rodrigues (2017)



Apêndice E — Empenhamento militar português

1. Forças do Exército no TO de Angola

Tabela 9 – Expedições do Exército no TO de Angola

Unidade	Origem	Unidade Herdeira	Condecorações
1ª Expedição			
3BI	RII4 - Viseu	RII4 - Viseu	-
3ECav	RC9 - Porto	QCav - CMSM	Cruz de Guerra 1ª Classe (Angola 1915 -Cuanhama) (OE nº14 - 2ª série de 18ago23)
			Cruz de Guerra 1ª Classe (Angola 1914-1915 -Môngua) (OE nº7 - 2ª série de 31mai27)
1/3ECav			Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (Cuamato) (OE nº6 - 2ª série de 31mar23)
2BAM	RAM (Viana do Castelo)	RA5 - Vendas Novas	Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (OE nº6 - 2ª série de 31mar23)
2BMetr	1GMetr	RII - Beja	Comendador da Ordem Miliar de Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (Cuamato) (OE nº6 - 2ª série de 31mar23)
1GCSaúde	Lisboa	?	-
1GCAdMil	Lisboa	?	-
1ª Expedição - Reforço: 1º Destacamento			
3BI	RII6 - Lisboa	RII - Beja	-
3BI	RII7 - Elvas		Cruz de Guerra 1ª classe (Angola Môngua 1915) (OE nº14 - 2ª série de 31mar23)
9/3BI			Cruz de Guerra 1ª classe (Angola 1915) (OE nº12 - 2ª série de 21jul22)
2?3?/2GMetr	Guarda	RII4 - Viseu	Comendador da Ordem Militar de Torre e Espada, Valor, Lealdade e Mérito (Angola 1914-1915 - Cuamato) (OE nº06 - 2ª série de 31mar23)
2/3GMetr	Porto	?	Cruz de Guerra 1ª classe (Angola 1915 - Cuanhama) (OE nº14 - 2ª série de 18ago23)
3ECav	RC11 - Braga	RC6 -Braga	Cruz de Guerra 1ª classe (Angola 1915) (OE nº12 - 2ª série de 21jul22)
			Cruz de Guerra 1ª classe (Angola 1915 - Cuanhama) (OE nº14 - 2ª série de 18ago23)
4/3ECav			Comendador da Ordem Miliar de Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (Angola 1915 - Cuamato) (OE nº6 - 2ª série de 31mar23)

Unidade	Origem	Unidade Herdeira	Condecorações
1ª Expedição - Reforço: 2º Destacamento			
3BI	RII8 - Porto	RII4 - Viseu	Comendador da Ordem Miliar de Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (Angola 1915 - Cuamato) (OE nº6 - 2ª série de 31mar23)
BI	RII9 - Chaves	RII9 - Chaves	-
2xCompInf	RI20 - Guimarães	RII - Beja	-
2xECav	RC3 - Estremoz	RC3 - Estremoz	-
BAC	RA1 - Lisboa	RAAA1 - Queluz	-
BAC	RA2 - F. Foz	?	-
BAC	RA3 - Santarém	?	-
BAC	RA7 - Viseu	?	-
BAC	RA8 - Abrantes	?	-
2BMetr	1GMetr	RII - Beja	Cruz de Guerra 1ª classe (Naulila) (OE nº12 - 2ª série de 21jul22)
BMetr	1GMetr - Lisboa	?	-
BMetr	2GMetr - Porto	?	Cruz de Guerra 1ª Classe (Angola 1914-1915 - Cuanhama) (OE nº14 - 2ª série de 18ago23)
BMetr	2GMetr - Porto	?	-
BMetr	6GMetr - Bragança	RII9 - Chaves	-
2ª Expedição - Destacamento de Rendição			
9 e 10 CompInf	RI20 - Guimarães	RII - Beja	-
12CompInf	RI22 - Portalegre	?	-
2x ?/11CompInf	RI22 - Portalegre	?	-
2BMetr	4GMetr	?	-
2BMetr	5GMetr	?	-
6BAM	RAM	RA5 - Vendas Novas	-
5BA	RA4 - Amarante	?	-
6BA	RA5 - V. do Castelo	?	-
6BA	RA6 - Porto	?	-
4BA	RA7 - Viseu	?	-

Fonte: adaptado de EME (1995), CEHM (1991) e (1993), Oliveira (1994) e (1995), CCEXC1GM (2012b) e Marques et al. (2014)



2. Forças do Exército no TO de Moçambique

Tabela 10 – Expedições do Exército no TO de Moçambique

Unidade	Origem	Unidade Herdeira	Condecorações	Unidade	Origem	Unidade Herdeira	Condecorações
1ª Expedição				2ª Expedição			
3BI	RI15 - Tomar	RI15 - Tomar	-	3BI	RI21 - Penamacor	?	-
4ECav	RC10 - Vila Viçosa	?	-	4ECav	RC3 - Estremoz	RC3 - Estremoz	-
4BAM	RAM - Évora	RA5 - Vendas Novas	(RAM) Cruz de Guerra 1ª Classe (África 14-15) (OE nº9 - 2ª série de 31mai21)	5BAM	RAM - Évora	?	-
2GCSaúde	Lisboa	?	-	2BMetr	7GMetr - Castelo Branco	?	-
2GCAdMill	Lisboa	?	-	Engenharia	?	?	-
Engenharia	Lisboa	?	-	Svc Saúde	?	?	-
-	-	-	-	Svc Adm	?	?	-
3ª Expedição				4ª Expedição			
3BI	RI24 - Aveiro	-	-	3BI	RI29 - Braga	-	-
3BI	RI28 - F. da Foz	-	-	3BI	RI30 - Bragança	-	-
CompInf	RI21 - Castelo Branco	-	-	3BI	RI31 - Porto	-	-
CompInf		-	-	BMetr	?	-	-
1BMetr	4GMetr - Estremoz	-	-	BMetr	?	-	-
1BMetr	5GMetr - Coimbra	-	-	2xBAM	RAM - Évora	-	-
2BMetr	8GMetr - Valença	-	-	CompEng	Lisboa	-	-
1GArt	RAC - Évora	-	-	Svc Saúde	?	-	-
2GArt		-	-	Svc Adm	?	-	-
CompEng	Lisboa	-	-	-	-	-	-
Svc Eng SecTSF CompAuto	-	-	-	-	-	-	-
Hospital Svc Vet Svc Adm	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: adaptado de EME (1995), CEHM (1991) e (1993), Oliveira (1994) e (1995), CCEXC1GM (2012b) e Marques et al. (2014)



3. Forças do Exército no TO de França

Tabela 11 – 1ª Divisão do CEP

Unidade a)		Unidade de Origem	Unidade Herdeira	Ação em combate a 9Abr18 b)	Condecorações
Designação	Escalão Superior				
BI21	1ª Brig	RI21 - Covilhã	EA -Mafra	-	-
BI22		RI22 - Portalegre	EA -Mafra	-	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº11 - 2ª série de 1921)
BI28		RI28 - F. Foz	?	-	-
BI34		RI34 - Mangualde	RI14 - Viseu	-	-
BI7	2ª Brig	RI7 - Leiria	RI14 - Viseu	-	-
BI23		RI23 - Coimbra	RI14 - Viseu	-	Comenda da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (OE nº25 - 2ª série de 22Nov19) Cruz de Mérito de Guerra (OE nº25 - 2ª série de 1921)
BI24		RI24 - Aveiro	RI10 - S.Jacinto	-	-
RI35		RI35 - Coimbra	RI14 - Viseu	-	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº20 - 2ª série de 1922)
BI9	3ª Brig	RI9 - Lamego	EA -Mafra	X	-
BI12		RI12 - Guarda	RI14 - Viseu	X	-
BI14		RI14 - Viseu	RI14 - Viseu	X	Cruz de Guerra 1ª Classe
BI15		RI15 - Tomar	RI15- Tomar	X	Medalha de Ouro de Valor Militar Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito Cruz de Guerra com Palma <i>Fourragère</i> da Guerra Cruz de Guerra Cruz de Mérito de Guerra (Itália)
5º GBA	Artilharia	RA1 - Lisboa	?	X	Cruz de Guerra 1ª Classe (1ª, 2ª e 4ªBA) (OE nº10 - 2ª série de 10jul20)
4º GBA		RA3 - Santarém	RAA1 - Queluz	-	Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (OE nº15 - 2ª série de 31dec20)
1º GBA		RA2 - F. Foz	?	X	Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (1) (OE nº23 - 2ª série de 31dec20) Cruz de Guerra 1ª Classe (4ªBA) (OE nº20 - 2ª série de 19nov20) Cruz de Guerra 1ª Classe (5ªBA) (OE nº10 - 2ª série de 10dec20)
5º GMetr	MPes	Coimbra	?	X	Cruz de Mérito de Guerra Italiana
2º GMetr		Guarda	?	-	-
1º GMetr		Lisboa	?	X	-
3ª CSM	Engenharia	RSM - Lisboa	?	X	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº10 - 2ª série de 10jul20)
1ª CSM		RSM - Lisboa	?	X	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº10 - 2ª série de 10jul20)

a) Não inclui tropas Divisionárias nem de Corpo

b) Publicado em OS do CEP

Fonte: adaptado de EME (1995), CEHM (1991) e (1993), Oliveira (1994) e (1995), CCEXC1GM (2012b) e Marques et al. (2014)



Tabela 12 – 2ª Divisão e outras forças do CEP

Unidade a)		Unidade de Origem	Unidade Herdeira	Ação em combate a 9Abr18 b)	Condecorações	
Designação	Escalão Superior					
BI3	4ª Brig	2ª Divisão	RI3 - V. Castelo	EA -Mafra	X	Medalha de Ouro do Valor Militar (OE nº25 - 2ª série de 22nov19) Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº6 - 2ª série de 31mar26)
BI8			RI8 - Braga	EA -Mafra	X	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº10 - 2ª série de 10jul20) Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº6 - 2ª série de 31mar26)
BI20			RI20 - Guimarães	EA -Mafra	X	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº7 - 2ª série de 1923) Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº6 - 2ª série de 31mar26)
BI29			RI29 - Braga	EA -Mafra	X	Medalha de Ouro do Valor Militar (OE nº25 - 2ª série de 22Nov19) Cruz de Mérito de Guerra (Itália) (OE nº25 - 2ª série de 02dec21) Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº6 - 2ª série de 31mar26)
BI4	5ª Brig		RI4 - Faro	RI3 ou EPI	X	-
BI10			RI10 - Bragança	RI13 - V. Real	X	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº10 - 2ª série de 10jul20)
BI13			RI13 - V. Real	RI13 - V. Real	X	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº25 - 2ª série de 22 set19)
BI17	6ª Brig		RI17 - Beja	RI1 - Beja	?	-
BI1			RI1 - Lisboa	RI1 - Beja	X	-
BI2			RI2 - Lisboa	EA -Mafra	X	-
BI5			RI5 -Lisboa	ESE - C. Rainha	X	-
BI11			RI11 - Setúbal	RI1 - Beja	X	-
6º GBA		RA1 - Lisboa	RAAA1 - Queluz	X	Cruz de Guerra 1ª Classe (2ª e 3ªBA) (OE nº10 - 2ª série de 10 de jul20)	
3º GBA		RA8 - Abrantes	?	-	Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (OE nº15 - 2ª série de 14set20)	
2º GBA		RA7 - Viseu	?	X	Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito Cruz de Guerra 1º Classe (OE nº10 - 2ª série de 10jul20)	
6º GMetr	MPes	Bragança	RI19 - Chaves	X	Medalha de Ouro do Valor Militar Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº6 - 2ª série de 31mar26)	
4º GMetr		Estremoz	?	X	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº6 - 2ª série de 31mar26)	
3º GMetr		Porto	?	X	-	
4ª CSM	Engenharia	RSM - Lisboa	?	-	-	
2ª CSM		RSM - Lisboa	?	X	Cruz de Guerra 1ª Classe	
4/6/ROC	Artilharia	Fora da estrutura das Divisões	RA F. Foz (?) Viseu (?)	RA4 - Leiria	-	Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (OE nº23 - 2ª série de 31dec20)
ROC			RA F. Foz (?) Viseu (?)	?	-	Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (OE nº3 - 2ª série de 10mar28)
ROC			RA F. Foz (?) Viseu (?)	?	-	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº7 - 2ª série de 21mai27)
CMIn/RSM			RSM - Lisboa	?	-	Cruz de Guerra 1ª Classe (OE nº10 - 2ª série de 10jul20)

a) Não inclui tropas Divisionárias nem de Corpo b) Publicado em OS do CEP

Fonte: adaptado de EME (1995), CEHM (1991) e (1993), Oliveira (1994) e (1995), CCEXC1GM (2012b) e Marques et al. (2014)



Apêndice F — Lugares de Memória da GG na Marinha e Exército

Tabela 13 – Lugares de Memória da Marinha e Exército (I)

Unidade	Local	Depositária de espólio	Participação em Teatro de Operações			Representação Social					Imaterial
			Angola	França	Moçambique	Exposição	Cerimónia	Escrita	Material	Objeto	
ETN	BNL	Corpo de Marinheiros	Batalhão de Marinha	-	Batalhão de Marinha	Espaço museológico	-	-	-	Lápide com inscrições no exterior da unidade	-
RA4	Leiria	ROC - Castelo Branco	-	1ª, 5ª e 6ª GrObuses	-	Material de guerra em vários pontos da unidade Espaço com estandartes das unidades de que é herdeira	Guarda diária ao túmulo do Soldado Desconhecido - Mosteiro da Batalha	-	Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito	Monumento de homenagem aos mortos da GG (com referência aos militares do RJ7) Inscrições murais e placas dispersas pela unidade	Homenagem aos mortos em dias festivos
		RA2 - Figueira da Foz	1 Bateria	GrTiroTenso					Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito		
				GrMort					3x Cruz de Guerra 1ª Classe (2 - França, 1 - Angola)		
RA5	Vendas Novas	EPA	-	-	-	Material de guerra em vários pontos da unidade	-	-	-	Lápide com inscrições no exterior da unidade	Homenagem aos mortos em dias festivos
		RA5 - Viana do Castelo	3 Bat	X					3 Cruz de Guerra 1ª Classe - 1918 França		
		RA6 - Vila Nova de Gaia		X					-		
RAA1	Queluz	RA8	X	3GArt	-	-	-	-	Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito	Monumento de homenagem aos mortos pela pátria	Homenagem aos mortos em dias festivos
QCav	CMSM	RC4	X	-	-	Coleção visitável com espólio das unidades de que é herdeira, relativas a Angola	-	-	Cruz de Guerra 1ª Classe - Angola 1915	Lápide alusiva aos seus mortos	Homenagem aos mortos em dias festivos
									Ordem de Torre e Espada, Valor, Lealdade e Mérito - Angola 1914-1915		
									Cruz de Guerra 1ª Classe - Angola 1914-1915 (Cuanhama)		
RC3	Estremoz		ECav	-	-	Alguns objetos disponíveis	-	-	Cruz de Guerra 1ª Classe - Angola 1914-1915 (Mongua)	Monumento de homenagem aos mortos pela pátria	Homenagem aos mortos em dias festivos
		RC10 - Castelo Branco	-		ECav				-		
		RC5 - Évora		Grupo	-				-		
RC6	Braga	RC6 - Chaves	ECav			Coleção visitável com espólio das unidades de que é herdeira, relativas a Angola	-	-	-	Monumento de homenagem aos mortos da GG	Homenagem aos mortos em dias festivos
		RC9 - Porto	ECav	-	-				Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, Valor, Lealdade e Mérito - 1914-1915 Cuamato		
		RC11 - Braga	ECav						2 Cruz de Guerra 1ª Classe - 1915 Angola		
RE1	Tancos	?	1ª FExp	-	-	Coleção visitável com espólio das unidades de que é herdeira	-	-	-	?	Homenagem aos mortos em dias festivos
				CSM	-				3 Cruz de Guerra 1ª Classe - 1918 França		
			-	-	3ª Fexp				-		
				BSapCF	-				Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito		
EA	Mafra	EPI	-	X	-	Espaço museológico com armamento da GG	-	-	-	Toponímia do Convento	Homenagem aos mortos em dias festivos

Fonte: adaptado de Marques et al. (2014) e autor (2017a), (2017b) e (2017c)



A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas

Tabela 14 – Lugares de Memória da Marinha e Exército (II)

Unidade	Local	Depositária de espólio	Participação em Teatro de Operações			Representação Social					
			Angola	França	Moçambique	Exposição	Cerimónia	Escrita	Material		Imaterial
									Objeto	Cerimónia	
ESE	Caldas da Rainha	R15	-	3/5/2/CEP (B15)	-	-	-	-	-	Monumento de homenagem aos mortos da GG	Homenagem aos mortos em dias festivos
RI1	Beja	1GMetr (Lisboa)	1/1GMetr (Lisboa)	-	-	-	-	-	Comendador da Ordem Militar Da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito - Angola 1914-1915 Cuamato	Placa memorial - DestTavira Monumento de Homenagem aos Mortos - Beja	Homenagem aos mortos em dias festivos
			2/1GMetr (Lisboa)	-	-	-			Cruz de Guerra de 1ª Classe - Angola 1915 Naulila		
		RI3 - RI16	-	BMin	-	-			-		
			RI3 - BII7	-	4/5BrigInf/2Div	-					
		RI3 - 3/RI16	Integrou a 2ª FExp	-	-	-					
		RI3 - 3/RI17	Integrou a 2ª FExp	-	-	Espaço museológico com espólio de unidades herdeiras					
RI13	Vila Real	-	-	1/RI13	-	Espaço museológico - espólio de unidades herdeiras	Dia da Unidade - <i>La Lys</i>	Hino da unidade Grito da unidade	Cruz de Guerra 1ª Classe - <i>La Couture</i>	Monumento de homenagem aos mortos da GG	Homenagem aos mortos (dias festivos) Homenagem ao Sold "Milhões" Grito Hino
		BII10	-	3/BII10					-		
RI14	Viseu	RI7 - Leiria	-	4BI	-	Coleção visitável - espólios de militares da unidade e de unidades de que é herdeira	Dia da Unidade - 19Mar - Ofensiva à frente Alemã	-	-	Monumento de homenagem aos mortos da GG Inscrições murais pela unidade	Homenagem aos mortos em dias festivos
		RI14	-	1BI	-				Cruz de Guerra 1ª Classe - 1918 França		
			3BI	-	-				-		
		RI12 - Guarda	-	3BI	-				-		
		1GMetr - Guarda 5GMetr - Guarda	2xGMetr	2GMetr	-				Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito - 1914-1915 Cuamato (3/2GMetr) Cruz de Guerra 1ª Classe - 1914-1915 Angola Cuanhama (1/2GMetr) Cruz de Guerra 1ª Classe - 1918 França (5GMetr)		
									Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito - 1918 França Cruz de Mérito de Guerra Italiana - 1918 França (RI23)	Nome da Parada	
		RI23 - Coimbra	3ªBat Exp	2BI	-				-		
		RI24 - Aveiro	-	1BI	-				-		
		RI34 - Mangualde		3BI	-				-		
		RI35 - Coimbra		3BI	-				-		
3BatMortLig	-			-	-						
RI15	Tomar	-	-	4/3/1/CEP (BII5) BatMortLig	3BI - 1ª Força Expedicionária	Espaço museológico - espólios das unidades de que é herdeira	-	Alusão à flor de Lis no Brasão de Armas	Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito Medalha de Ouro de Valor Militar Cruz de Guerra com Palma - 1918 França <i>Fourragère</i> da Guerra de 1914-1918 Cruz de Guerra - 1914-1918 França Cruz de Mérito de Guerra - concedida por Itália	Memorial de homenagem aos mortos da GG	Homenagem aos mortos em dias festivos
									-		
									-		
									-		
									-		
									-		
RI19	Chaves	-	3BI - 3ª FExp	-	-	-	-	-	-	Memorial de homenagem aos mortos da GG	Homenagem aos mortos em dias festivos
		6GMetr - Bragança	-	6GMetr	-				Medalha de Ouro de Valor Militar - 1918 França		
			2/6GMetr - 3ª FExp	-	-				Cruz de Guerra 1ª Classe		

Fonte: adaptado de Marques et al. (2014) e autor (2017a), (2017b) e (2017c)



Apêndice G — Edificação monumental da Grande Guerra

Tabela 15 – Edificação monumental da Grande Guerra (I)

Local	Data	Inscrição	Categoria	Referência					Escultura							
				TO França	TO Moçambique	TO Angola	Ulysses	Outro monumento	Soldado	Mulher	Monumento	Monumento	Monumento	Monumento	Monumento	Monumento
Anadia	1955	"...combatentes da guerra de 1914-1918..."	Cívico													
Abercotes	05/jun/40	-	Patriótico	X					2007		X				X	
Alequer	28/jun/59	-	Funerário												X	
Almeida	28/jul/40	"Aos combatentes da guerra de 1914-1918"	Cívico													X
Almada	08/dez/29	"Aos Mortos da Grande Guerra o concelho de Almada"	Funerário													
	13/jun/29	"...que perderam a vida na Grande Guerra honrando..."	Cívico-patriótico													X
Arruda dos Vinhos	09/abr/29	"França (1917-18); Raids de Neuve Chapelle 20/07/1917; 14/09/1917 e 14/03/1918 - Batalha de La Lys e combate de La Couteure 9-4-1918 - Nos mares dos Açores — Caça Minas Augusto Castilho em defesa do Paquete "S. Miguel" 18-10-1918 - colocação da 1ª pedra em 11-11-28 e África (1914-18) Sul de Angola"	Cívico-patriótico													X
Aveiro	27/abr/34	"Aos mortos da Grande Guerra"	Cívico							X						
Barcelos	11/nov/30	"Aos Mortos da Grande Guerra de 1914-1918 - Pela Junta de Freguesia 1930"	Cívico						2008							X
Batalha	09/abr/21	-	Militar	X	X	X				X				X	X	
Braga	25/jun/25	-	Cívico													X
Bragança	28/ago/28	"Aos combatentes mortos pela pátria..."	Cívico						2004							X
Caldas da Rainha	08/ago/53	-	Militar - ESE													X
Cartaxo	29/out/22	"Soldados mortos pela França..."	Cívico													X
Cascais	12/abr/25	"Soldados mortos em África..."	Cívico													
Castelo Branco	09/abr/24	"...mortos na guerra com a Alemanha 1916-1918..."	Funerário						1972						X	
	-	-	Funerário-patriótico					(OAP)								X
Chaves	08/jun/22	"Aos mortos da Grande Guerra de 1914-18 do Regimento de Infantaria nº19"	Militar-RI19													X
Coimbra	10/jul/32	"Homagem de Chaves aos seus mortos 1914-1918"	Cívico													X
Coimbra - a Nova	09/mar/21	"Coimbra - Aos seus mortos da Grande Guerra 1914-1918"	Cívico-patriótico						1971	X						
Cortez	29/set/19	-	Cívico													X
Covilhã	26/jun/30	"1914-1918"	Religioso													X
Elvas	22/set/58	"A perpétua memória dos mortos da Grande Guerra naturais de Elvas 1914-1918"	Cívico							X						
Espinho	06/ago/30	"Espinho aos Mortos da Grande Guerra — França e África"	Funerário						2008						X	X
	17/nov/57	-	Cívico													X
	-	"Aos mortos pela pátria"	Militar													
Estarreja	17/jun/22	"Aos heróicos soldados deste concelho mortos na Grande Guerra 1914-1918"	Cívico							X						X
Estremoz	08/set/41	-	Patriótico													X
Évora	04/jun/33	"Filis Pro patria caesis Eborá"	Vitorioso										X			X
	-	"Mortos na Grande Guerra em França e África"	Militar - RALag3													X
	-	"1914-França e Portugal 1. R. L. 20 Lacouture"	Cívico													
Fafe	12/jun/31	"Flandres-Neuve Chapelle-Chapigny. Aos mortos da Grande Guerra"	Cívico						2005							X
	12/jul/31	"La Lys-Rouvma-Negomano. Câmara Municipal de Fafe, 12 de Julho de 1931"	Cívico													
	-	"1918 — Nauilila Nevala"	Cívico													
Famalicão	09/abr/24	"Aos mortos da Grande Guerra"	Cívico													X
Faro	1940(?)	-	Cívico													
	set/28	"Aos mortos na Grande Guerra. Figueira da Foz"	Cívico						2009							X
Figueira da Foz	04/abr/32	"A António Gonçalves Curado, primeiro combatente português morto em combate — 4 de Abril de 1917 — em França"	Cívico							X						
Guarda	31/jul/40	-	Cívico													X
Ilhavo	09/abr/24	"Ilhavo aos seus mortos da Grande Guerra"	Cívico						2008							X
Lagos	15/jun/40	"Lagos glorifica a memória dos seus filhos mortos na Grande Guerra"	Cívico-funerário													X
Lamego	05/set/32	"Aos mortos da Grande Guerra"	Cívico-patriótico							X				X		
Leiria	11/mar/29	-	Cívico													
	02/mar/29	"Leiria — Aos Mortos da Grande Guerra. 1914-18"	Funerário						1966							X
	-	-	Cívico						2009							
	-	-	Militar - RAL													X
	-	-	Militar - RE1													X
	-	-	Cívico						1994							
	-	-	Militar - RL2						1987							
	-	-	Militar - RL2						1987							
	1933	-	Cívico-funerário													
	21/nov/31	-	Patriótico							X				X	X	
Lousã	08/dez/29	-	Cívico													
Lousã	09/abr/37	"Homagem do povo da lousã aos gloriosos mortos deste concelho na Grande Guerra em África e na Flandres"	Patriótico-funerário	X												
Lousã	abr/38	-	Cívico (placa)													
Marco de Canaveses	1927	-	Cívico						2009							X
Marinha Grande	09/abr/35	-	Cívico						2005							X
Mealhada	12/fev/25	-	Cívico						1965							X
Mira	17/set/32	-	Cívico													
Mondim de Basto	09/abr/30	"Aos que morreram na guerra 1914-1918"	Patriótico													X
Montemor-o-Novo	09/abr/23	"Mortos em França"	Cívico						2001	X						X
Monte Redondo	9(3)Abr25	-	Cívico													X
Murtosa	09/abr/29	"Homagem do Concelho da Murtosa aos seus queridos Mortos"	Cívico	X												X
Oeiras	07/abr/40	-	Cívico						1997							X
Oliveira de Azeméis	16/nov/30	-	Cívico						2001	X						X
Oliveira do Bairro	01/jan/26	"...Grande Guerra..."	Cívico						2005							X
Oliveira do Hospital	04/ago/35	-	Cívico													X
Ovar	-	-	Cívico													X
Palmeira	01/nov/12	"Homagem aos Mortos da Grande Guerra militares naturais..."	Cívico													X
Penafiel	11/nov/27	-	Cívico													X
Penafiel	-	"Mártires da Pátria. Filhos da nossa terra soldados de Portugal mortos na Grande Guerra"	Cívico (placa)													X

Fonte: adaptado de LC (2013), Marques et al. (2014), Correia (2015) e autor (2017a), (2017b) e (2017c)



A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas

Tabela 16 – Edificação monumental da Grande Guerra (II)

Local	Data	Inscrição	Categoria	Referência				Escultura							
				TO França	TO Moçambique	TO Angola	Ultramar		Soldado			Motivo			
							Mesmo monumento	Outro monumento	TO França	TO Moçambique	TO Angola	Vitória	Esforço	Morte	Neutro
Penamacor	09/jun/21	...“Expedição a Moçambique” “Comemoração aos mortos da Grande Guerra 1914-1918” “R.I. 3o Batalhão”	Cívico					2011							X
Penela	-	-	Cívico												X
Pinhel	09/abr/22	-	Cívico												X
Portalegre	11/nov/35	-	Vitorioso									X			
Porto	09/abr/28	“1914 — Aos mortos da Grande Guerra — A cidade do Porto - 1918” “Angola - 1914-1916/Nautila - 18-XII-914 - Inhoca - 15-VIII-915/Mongua - 20-VIII-915 - Negiva - 4-IX-915” “Moçambique - 1914-1918/Nevala - 28-XI-916 - Negomano-25-XI-917- Serra Mecula-3-XII-917- Nhamacurra I-VI-918” “França 1917-1918/La Lys- 9-IV-918 - Laventie - 9-IV-918- La Couture- 10-IV-918”	Cívico	X					X						X
	16/out/48	-	Funerário												
Póvoa do Varzim	14/ago/33	“Aos seus filhos mortos na Grande Guerra dedica a Póvoa de Varzim - 1914-1918”	Cívico												X
Régua	16/jun/28	-	Cívico												
Reguengos de Monsarraz	-	“Aos Mortos da Grande Guerra”	Cívico					2001							X
S. João da Madeira	11/nov/37	“Aos mortos da Grande Guerra 1914-1918”	Patriótico										X	X	
S. Pedro de Alva	1920(?)	?	Cívico												X
Santarém	09/abr/32	“O concelho de Santarém aos seus Mortos da Grande Guerra”	Cívico	X					X				X		
Seia	17ago26(?)	-	-												
Seixal	28/out/34	“Memória dos mortos e homenagem aos Combatentes da Grande Guerra (1914-1918)”	Cívico												X
Senhora do Monte	19nov29 ou 35	-	-												
Serúbal	22/nov/31	-	Cívico												X
Sintra	11/nov/40	-	Cívico	X											X
Soure	25/jun/34	“Aos mortos da Grande Guerra”	Patriótico						X				X		
Tancos	20(?)Fev(?)36(?)	“Engenharia 2 Aos seus Mortos pela Pátria” “O Batalhão de Pontoneiros aos seus mortos na Grande Guerra” “França-Moçambique-Angola”	Militar - EPE					1968 (RegPQ)							X
Tavira	09/abr/33	“França-Africa. Aos mortos da Grande Guerra — A cidade de Tavira 1914-1918”	Cívico ou patriótico												X
Tomar	11/nov/31	“Aos Mortos da Grande Guerra — O Concelho de Lomar — 1914-1918”													
	22/nov/32	“...Mortos na Grande Guerra em França ao Cívico Serviço da Pátria”	Cívico					?	X				X		
Tondela	mar/33	“Aos mortos da Grande Guerra...”	Cívico					R115							
Torres Novas	11/nov/27	-	Cívico					2002	X				X		
Vagos	20/jul/23	“Homenagem do Concelho de Vagos aos seus Mortos na Grande Guerra”	Cívico					2003							X
Valença	18jun33 18jun38 (8Abr51)	“Mar — Ar — França — Angola — Moçambique”	Vitorioso									X			
Vendas Novas	11/nov/27	“Aos artilheiros de campanha...Aos combatentes mortos pela Pátria...da Grande Guerra”	Militar - EPA/RA5												X
Viana do Castelo	24/set/22	“Aos nossos mortos na guerra com a Alemanha. 9 de Março de 1916 — 9 de Março de 1920...”	Cívico												X
Vila do Conde	15Abr32 9abr32	-	Cívico												X
Vila Nova da Barquinha	09/abr/36	-	Funerário											X	
Vila Nova de Gaia	25/mar/25	“Aos nossos mortos”	Militar - SerraPilar		X	X									X
Vila Nova de Foz Côa	-	“Aos mortos da Grande Guerra 1914-1918”	Cívico					2011							X
Vila Nova de Oliveirinha	10/jan/41	“Homenagem do povo de Vila Nova de Oliveirinha aos mortos da Grande Guerra 1914-1918”	Cívico												X
Vila Real	14/out/31	“A Carvalho Araújo. Homenagem de Vila Real a Carvalho Araújo pelo...”	Cívico-patriótico					2000					X		
Vila Verde	11nov31 7nov31	“Aos mortos da Grande Guerra”	Cívico-patriótico												X
Viseu	13/jun/28	-	Cívico						X				X		
Ponta Delgada	26set36 9abr36	“Aos Marinheiros portugueses”	Patriótico					2005		TN			X		
Vila do Porto	14/out/29	?	Cívico												X
Santa Maria	11/nov/29	-	Patriótico												
Funchal	15/dez/36	“Aos mortos da Grande Guerra”	Cívico					2003							X

Fonte: adaptado de LC (2013), Marques et al. (2014), Correia (2015) e autor (2017a), (2017b) e (2017c)



Apêndice H — Atividade memorativa partilhada

Tabela 17 – Apoios do Exército à Liga dos Combatentes em 2016

Evento	Data	Local	Universo de divulgação	Representação Social						Instituição Memória			Outra	Evocação de memória				
				Material						Arquivística	Bibliotecária	Museológica		Coletiva			Grupo	
				Exposição	Cerimónia	Escrita	Escultural	Memorial	Virtual					Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército
<i>Bits and Pieces of the Great War (1914-1918)</i>	20-24Mai16	<i>Motta di Livenza - Itália</i>	Internacional	X								<i>MN CIMIC Group</i>		X				
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	08Abr16	Braga	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC6					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	09 e 11Abr16	Beja	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RI1					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	09Abr16	Espinho	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RE3					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	09Abr16	Portalegre	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC3					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	09Abr16	Chaves	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RI19					X	
Dia do Combatente	09Abr16	Mosteiro da Batalha	Público - civil/militar		X							Comando do Exército	X	X	X			
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	09Abr16	Elvas	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC3					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	11Abr16	Viseu	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RI14					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	12Abr16	Porto	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RTim					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	12Abr16	Abrantes	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + NPRAME					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	12Abr16	Entroncamento	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RE1					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	12Abr16	Oeiras	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RAAA1					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	13Abr16	Oliveira de Azeméis	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RE3					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	14Abr16	Évora	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC3					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	15Abr16	Cantanhede	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + BrigMec					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	16Abr16	Estremoz	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC3					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	16Abr16	Penafiel	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RTim					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	16Abr16	Vizela	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC6					X	
Inauguração de Monumentos aos Combatentes do Ultramar	16Abr16	Casais Revelhos - Abrantes	Público - civil/militar		X			X				Liga dos Combatentes + NPRAME					X	
Inauguração de Memorial aos Combatentes do Ultramar e da GG	25Abr16	Salvatera de Magos	Público - civil/militar		X			X				Liga dos Combatentes + UAGME					X	
Celebração do 98º aniversário da Batalha de La Lys	30Abr16	Matosinhos	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RTim					X	
Celebração do Dia do Armistício	01, 02 e 12Nov16	Obão	Público - civil/militar		X												X	
		Loulé	Público - civil/militar		X												X	
		Faro	Público - civil/militar		X								Liga dos Combatentes + RI1				X	
		Tavira	Público - civil/militar		X												X	
		Lagoa	Público - civil/militar		X												X	
Celebração do Dia do Armistício	01Nov16	Montemor-o-Novo	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RA5					X	
Celebração do Dia do Armistício	11Nov16	Abrantes	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RAME					X	
Celebração do Dia do Armistício	11Nov16	Évora	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC3					X	
Celebração do Dia do Armistício	12Nov16	Elvas	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC3					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Campo Maior	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC3					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Figueira da Foz	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RA4					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Matosinhos	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RTim					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Laça da Palmeira	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RTim					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Póvoa do Varzim	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + ES					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Queziz, Armadora, Belas, Alameda do Bispo	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RAAA1					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Torres Novas	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RE1					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Beja	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RI1					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Caldas da Rainha	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + ESE					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Entroncamento	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RE1					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Espinho	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RE3					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Leiria	Público - civil/militar		X												X	
		Batalha	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RA4					X	
		Marinha Grande	Público - civil/militar		X												X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Lisboa	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes	X	X	X			
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Loures	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RTrans					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Peniche	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + ESE					X	
Celebração do Dia de Finados	02Nov16	Vendas Novas	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RA5					X	
Celebração do Dia de Finados	04Nov15	Porto	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RTim					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	11Nov16	Estremoz	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC3					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	11Nov16	Póvoa do Varzim	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + ES					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	11Nov16	Setúbal	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RA5					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	11Nov16	Viana do Castelo	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC6					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	11Nov16	Chaves	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RI19					X	
Homenagem aos Mortos da GG	11Nov16	Lisboa - FSJB	Restrita		X	X						MDN	X	X	X			
Cerimónia Comemorativa do 98º Aniversário do Armistício da GG, 98º Aniversário da Fundação da Liga dos Combatentes, 42º aniversário do Fim da Guerra do Ultramar e Evocação do Centenário da GG	11Nov16	Lisboa - Forte Bom Sucesso	Público - civil/militar		X							FFAA em coordenação com a Liga dos Combatentes	X	X	X			
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	12Nov16	Oliveira de Azeméis	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RE3					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	12Nov16	Portalegre	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC3					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	13Nov16	Loures	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RTransp					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	14Nov16	Oeiras	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RAAA1 + RCmds					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	14Nov16	Viseu	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RI14					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	14Nov16	Marinha Grande	Público - civil/militar		X												X	
		Batalha	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RA4					X	
		Leiria	Público - civil/militar		X												X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	15Nov16	Braga	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RC6					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	15Nov16	Coimbra	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + ?					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	15Nov16	Entroncamento	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RE1					X	
Celebração do 98º aniversário do Dia do Armistício	15Nov16	Porto	Público - civil/militar		X							Liga dos Combatentes + RTim					X	
Cerimónia de Inauguração do Monumento aos Combatentes da Freguesia da Mota - Anadia	19Nov16	Anadia	Público - civil/militar		X				X			Liga dos Combatentes + RI10					X	
Cerimónia de Inauguração do Monumento aos Combatentes da Azóia - Leiria	27Nov16	Leiria	Público - civil/militar		X				X			Liga dos Combatentes + RA4					X	

Fonte: adaptado de RCRPP (2016)



Apêndice I — Inquérito aos Museus Militares

1. Situação

Os museus, enquanto instituições de Memória, têm à sua guarda um conjunto de objetos que evocam a Memória da GG. Para efeitos académicos e atendendo à participação militar portuguesa na GG, procurou-se compreender de que forma estão integrados na museologia militar.

2. Objetivo

Os inquéritos enviados aos respetivos diretores tiveram como objetivo analisar os indicadores⁷⁶ – inventariação, origem e referência, associadas à dimensão museológica e ao conceito de instituição de Memória.

3. Apreciação qualitativa

Revelando-se difícil o acesso e recolha de informação com maior detalhe, consideramos que a apreciação, com base empírica, daqueles a quem este questionário se dirige, constitui uma fonte útil, que deverá ser considerada. Assim os destinatários foram convidados a valorar cada uma das variáveis de acordo com as tabelas que abaixo se indicam.

Tabela 18 – Resultados dos inquéritos aos Museus Militares

	Marinha	Exército				Força Aérea
		MMLisboa	MMPorto	MMBragança	MMElvas	
Inventariação de objetos						
Armamento	8	10	10	n/r	2	10
Equipamento	6	7	8	n/r	3	6
Uniformes	3	4	6	n/r	n/a	7
Pinturas	4	8	3	n/r	n/a	4
Esculturas	2	3	2	n/r	n/a	1
Transmissões	1	1	n/a	n/r	4	2
Espólios pessoais	7	6	7	n/r	n/a	9
Fotos/documentos	10	5	9	n/r	n/a	5
Falerística	9	9	5	n/r	n/a	8
Outros	5	2	4	n/r	1	3
Origem dos objetos						
Doação particular	5	4	5	n/r	n/a	5
Aquisição	3	2	n/a	n/r	n/a	1
Movimento interno de materiais	6	5	n/a	n/r	n/a	6
Cedência temporária	2	1	4	n/r	n/a	2
De unidades intervenientes	4	6	6	n/r	n/a	4
Outros	1	3	n/a	n/r	6	3
Referência ao TO						
Angola	4	4	3	n/r	n/a	1
França	3	5	2	n/r	4	5
Moçambique	2	3	4	n/r	n/a	4
Território Nacional	5	2	5	n/r	1	3
Outros	1	1	n/a	n/r	n/a	2
Referência institucional						
Marinha	4	3	3	n/r	n/a	2
Exército	2	4	4	n/r	4	3
Aviação (Militar/Naval)	3	2	n/a	n/r	n/a	4
Outros	n/a	1	n/a	n/r	n/a	1

(1 – reduzida quantidade/significado; 10 – elevada quantidade/significado)

Fonte: adaptado de Abreu (2017), Albuquerque (2017), Anjos (2017), Bucho (2017) e Neves (2017)

⁷⁶ Indicadores obtidos em entrevista exploratória ao Coronel Amado Rodrigues (AM).



Apêndice J — Atividades da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da 1ª Guerra Mundial

Tabela 19 – Atividades da CCEC1GM em 2016

Ação	Evento	Data	Local	Alvo	Representação Social				Instituição Memória			Outra (e.g. espaços museológicos)	Evocação de memória					
					Material				Arquivística	Bibliotecária	Museológica		Coletiva			Grupo		
					Exposição	Cerimónia	Escrita	Objeto					Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea
Divulgação	Exposição Itinerante	Anual	Distrito Bragança	Escolas	X					M.M.Bragança			X					
Divulgação	Exposição	26Fev17	Ponte Delgada	Público civil/militar	X				Arquivo Regional de Ponte Delgada	Biblioteca Pública de Ponte Delgada	COA		X					
Divulgação	Exposição - GG na Madeira: os ataques dos submarinos alemães	01Mar16	Funchal	Público civil/militar	X							CCECIGG	X					
Cerimónia	Dia do RMAn	03Mar16	Entroncamento	Rastro	Meios na GG							RMAn					X	
Divulgação	Exposição	09Mar16	Póvoa do Varzim	Rastro	Meios na GG							ES					X	
Divulgação	Exposição Itinerante	01Abr16	Aveiro	Público civil/militar	X							RI10					X	
Divulgação	Exposição - "A aviação militar e naval"	01Abr16	Lisboa	Público civil/militar	X						Museu da Marinha Museu do Ar		X		X			
Divulgação	Exposição - "Evocação da História da Unidade"	09Abr16	Vila Real	Público civil/militar	X							RI13					X	
Divulgação	Exposição Itinerante - "Portugal na GG"	09Abr16	Vila Real	Público civil/militar	X							RI13					X	
Divulgação	Exposição Itinerante - "Portugal e a Grande Guerra"	16Abr16	Lamego	Público civil/militar	X							CTOE		X				
Divulgação	Exposição Itinerante - "Portugal e a Grande Guerra"	27Set16	Beja	Público civil/militar	X							RI1					X	
Divulgação	Exposição Itinerante - "Portugal e a Grande Guerra"	24Out16	Tarçós	Público civil/militar	X							RE1					X	
Divulgação	Exposição	10Nov16	Porto - S. Bento	Público	X						M.M.Porto			X				
Divulgação	Exposição	01Dez16	Ponte Delgada	Público	X						M.M.Açores						X	
Cerimónia	Evocação - Dia do RI10	01Abr16	Aveiro	Rastro		X						RI10					X	
Cerimónia	Evocação - Dia do RI113	09Abr16	Vila Real	Rastro		X						RI13					X	
Cerimónia	Evocação - Dia do RI1	27Set16	Beja	Rastro		X						RI1					X	
Cerimónia	Evocação - Dia do RE1	24Out16	Tarçós	Rastro		X						RE1					X	
Cerimónia																		
Académica divulgação	Conferência: "Os Açores e a 1ª GM"	26Fev16	Ponte Delgada	Público civil/militar		X						COA				X	X	
Académica divulgação	Conferência: "A GG na Madeira"	01Mar16	Funchal	Público civil/militar		X						?					X	
Académica divulgação	Congresso Internacional	08Mar16	Coimbra	Público civil/militar	X							Brefre	X	X	X			
Académica divulgação	Seminário Internacional - "Entradas na GG - Portugal e os outros"	30Mar16	Lisboa	Público civil/militar	X							IDN	X	X	X			
Académica divulgação	Seminário - "A Brigada de Tanques vs manobras de Tanques"	01Abr16	Santa Margarida	Público civil/militar	X							Brigade	X	X				
Académica divulgação	Conferência - "Portugal e a Grande Guerra"	16Abr16	Lamego	Público civil/militar	X							CTOE		X				
Académica divulgação	Seminário Internacional - "Preparação do CEP"	21Abr16	Lisboa	Público civil/militar	X							?		X				
Académica divulgação	Conferência - "Declaração de guerra da Alemanha a Portugal e a participação do CEP"	01Mai16	Porto	Público civil/militar	X						M.M.Porto			X				
Académica divulgação	Seminário Internacional	01Nov16	Lisboa	Rastro	X							AM	X	X	X			
Académica divulgação	Colóquio sobre a GG na Madeira	01Dez16	Funchal	Público civil/militar	X						M.M.Madeira		X	X				
Académica divulgação	Colóquio sobre a GG nos Açores	01Dez16	Ponte Delgada	Público civil/militar	X						M.M.Açores		X	X				
Divulgação	Concerto Evocativo da GG	26Fev16	Ponte Delgada	Público civil/militar	X							COA - Banda Militar dos Açores	X	X	X			
	Concerto Evocativo da GG	01Jun16	Lisboa	Público civil/militar	X							Banda da Força Aérea	X	X	X			

Fonte: adaptado de CCEC1GM (2013)